



**ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
REFUGIADOS**

**“CRISES MIGRATÓRIAS MUNDIAIS: O destino dos refugiados e a
manutenção de seus direitos como cidadãos globais”**

Guilherme Augusto Amaro de Souza

Ingrid Isabela Barbosa dos Santos

Kevin Caramelo Muniz

SUMÁRIO

● Carta de apresentação e saudação aos ministros	03
● O comitê.....	04
● “CRISES MIGRATÓRIAS MUNDIAIS: O destino dos refugiados e a manutenção de seus direitos como cidadãos globais”	05
❑ Continente Americano.....	05
❑ Região do Mediterrâneo.....	06
❑ Ásia Central e Norte.....	07
❑ Continente Africano.....	08
● Delegações participantes.....	10
● Concepções Gerais.....	12
● Posicionamentos Oficiais.....	22
❑ Países.....	2
❑ Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGs).....	76
∄ Finalização.....	80
● Referências bibliográficas.....	81
❑ De acordo com as delegações.....	81
❑ Referências gerais.....	111

Carta de apresentação e saudação aos ministros

Senhores delegados,

É com esplendorosas saudações que os recebemos na JWONU 2019, no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a fim de debater e, acima de tudo, buscar resoluções concretas e benéficas acerca das problemáticas apresentadas por este comitê.

Sabemos que a reflexão é tão importante quanto a comunicação; porém, nestas reuniões, prezamos pela capacidade de organização e compreensão das situações contemporâneas no cenário global, bem como pela manutenção e asseguarção dos direitos humanos fundamentais de todos indivíduos afetados por tais eventos. Como representantes das relações exteriores de suas delegações, cabe aos senhores assumir a responsabilidade grandiosa de decidir o futuro de milhões de vidas, independentemente de cultura, raça, gênero, orientação sexual e quaisquer diferenças físicas e/ou psicológicas que as tornem únicas.

Acerca da agenda de trabalho inicial, a discussão estará centrada no destino dos refugiados, isto é, nas novas estratégias adotadas pelo conselho, tendo em vista que reuniões e medidas anteriores não foram totalmente efetivas ou colocadas em prática, de tal forma que a crise migratória se tornou a maior problemática humanitária do século XXI de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). Ademais, é importante considerar que os aspectos políticos, econômicos e culturais devem ser abordados e explorados ao longo das sessões de trabalho, a fim de manter a identidade das nações e sua soberania estatal.

A mesa diretora e o secretariado geral esperam de forma congruente que os senhores presentes tenham a consciência de suas ações e decisões, fundamentadas sempre na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobretudo no respeito, e dotadas de sabedoria. Não obstante, é de suma importância a ciência da delicadeza das temáticas, uma vez que vidas humanas estão em pauta, e, como uma das maiores agências das Nações Unidas, é de responsabilidade coletiva preservar e zelar não só pelos direitos inalienáveis dos indivíduos, mas também pela sua identidade como membro de uma comunidade internacional.

Atenciosamente,

A mesa diretora.

O comitê

Fundado em dezembro de 1950, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi dado pela Agência Geral das Nações Unidas como uma solução temporária para administração e gerência dos emigrados oriundos das principais áreas de conflito envolvidas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sobretudo do continente europeu.

Oficialmente, o conselho iniciou suas atividades no ano seguinte à fundação, sendo de importante destaque a “Convenção de 1951”, que foi responsável pela reunião, discussão e aplicação de medidas em prol da problemática pós-guerra. Após anos turbulentos para o cenário mundial, o comitê convocou nova conferência com uma agenda de trabalho ambiciosa e abrangente, visando a expandir suas ações de forma descentralizada, principalmente em relação à Europa, e estabelecer metas e medidas de cunho global. Tal evento deu origem ao “Protocolo de 1967”, que reuniu todos os objetivos elencados.

Por meio de documentações, no ano de 1995, a ONU estabeleceu o ACNUR como órgão internacional responsável pelas crises migratórias decorrentes da guerra e propulsoras de possíveis instabilidades entre as nações, com função de assegurar os direitos humanos inalienáveis de todos os cidadãos. No mesmo ano, a ONU declarou também, de forma oficial, a responsabilidade do comitê em discutir sobre a situação dos apátridas espalhados ao redor do globo e em definir medidas de proteção para eles.

Logo no começo do século XXI, em 2003, durante uma reunião geral, vetou-se a carta diplomática que estabelecia a renovação do mandato do comitê a cada três anos. A partir de então, o ACNUR se tornou oficial e se instaurou como um dos braços mais potentes e importantes da ONU.

Na contemporaneidade, o comitê atua de forma intensa nas regiões em estado de emergência, isto é, em que há os maiores fluxos de refugiados do planeta, a partir de auxílios financeiros internacionais (parcerias), doações e campanhas humanitárias em prol da garantia de um recomeço aos civis. De acordo com o conselho, graças a esses programas, o ACNUR conta com um orçamento anual estimado em US\$ 7,5 bilhões, além de reconhecimentos como dois Prêmios Nobel da Paz (em 1954 e 1981) pelas ações de caráter exemplar para todo o globo.

Em reuniões recentes com Filippo Grandi, alto comissário do ACNUR, foi considerado um dos maiores desafios para o futuro da organização a manutenção dos recursos internacionais de forma sábia, ágil e eficiente para atender e concretizar os planejamentos anuais em prol dos refugiados, fomentando a discussão e a criação de propostas vindas das nações, a fim de atender os deslocados e apátridas.

Destarte, é notória a participação ativa e influente do comitê na proteção e no incentivo internacional de populações inseridas em meios desfavoráveis para o exercício de seus direitos, sobretudo à vida, como cidadãos globais de identidade única, em respeito às diversidades.

TEMÁTICA MATRIZ

“CRISES MIGRATÓRIAS MUNDIAIS: o destino dos refugiados e a manutenção de seus direitos como cidadãos globais”

Tendo como parâmetro de análise o atual cenário político e social no mundo, é possível apontar as principais áreas que sofrem com a vazão incontrolável de migrantes. No entanto, é importante destacar as peculiaridades de cada região (seja a religião, as etnias presentes, os posicionamentos divergentes/convergentes ou as crenças e afins) para contextualizar e concluir os fatos que originam tal problemática, visando à elaboração de soluções concretas e pautadas nas necessidades fundamentais. São estas regiões:

★ CONTINENTE AMERICANO

De forma notável, as Américas possuem uma divisão clara entre si, destacando as regiões de atração (países de maior desenvolvimento) e as áreas de repulsão (países emergentes com lideranças autoritárias). Desde o século XX, as nações subdesenvolvidas presenciaram governos de posicionamentos extremistas, repressivos e até ditatoriais, muitas vezes apoiados pelos Estados Unidos da América (EUA), uma vez que o globo se encontrava em uma bipolaridade ideológica evidente e, para manter seu posto como a nação capitalista representante do ideal positivista, enxergavam-se esses regimes como estratégia política de perpetuação hegemônica.

Mesmo após episódios-chave para o rompimento da divisão internacional, a situação política, econômica e social no continente passa por auges e quedas constantes, necessárias para a manutenção do sistema. Porém, a política autoritária de determinadas nações pode levar à quebra da economia e da ordem local, como ocorre, por exemplo, na Venezuela, país alvo não só de uma negligência representativa, mas também de um histórico de líderes e movimentos de caráter extremista desde sua colonização pela metrópole espanhola. Nesse caso exemplificado, tais fatores culminaram na atual migração para países vizinhos, como o Brasil e a Colômbia, o que configura

um processo que não garante sua legitimação como parte das comunidades que os recebem legalmente ou não.

Ao mesmo tempo, a independência e a organização administrativa tardia das nações centro-americanas tornam complexo o gerenciamento de seus respectivos governos. Dependentes exclusivamente de empresas multinacionais e do mercado externo, suas ordens financeiras são frágeis devido a crises no sistema ou até mesmo a desastres naturais que assolam a região intertropical, iniciando um processo de imigração desenfreada entre as próprias nações e os países com maior grau de desenvolvimento. Não suficiente, é interessante observar a dependência de iniciativas humanitárias para o desenvolvimento de melhores estratégias, ou até mesmo de ações efetiva, para combate desses problemas. A exemplo das características citadas, tem-se Honduras, Haiti, Nicarágua e Cuba como pontos iniciais dessas crises, que, com pequenos abalos financeiros, são submetidos a instabilidades de longo prazo e/ou sem solução evidente.

De maneira análoga (e com maior destaque nas mídias internacionais), é interessante observar a tensa relação diplomática entre os EUA e o México, haja vista que a fronteira entre tais países é apontada como um dos maiores impasses políticos bilaterais já presenciados no continente. O tráfico de drogas, de pessoas e de armas são os maiores causadores da imigração ilegal na região; são dezenas de civis condenados ao encarceramento americano e mexicano devido a práticas inconstitucionais. É notória também a relação entre área de atração (EUA) e repulsão (México) que resulta no mesmo processo, porém com viés diferenciado, voltado, nesse caso, para a busca por uma melhor qualidade de vida, por empregos e/ou demais motivações que levem os mexicanos à marginalidade na transição da fronteira. Como medida autoritária, o governo estadunidense iniciou a construção de muros que dividem os países nas regiões com maior índice de imigração ilegal, justificando a ação como solução para o problema atrelada a um maior investimento no setor de segurança nacional e estatal fronteiriço. Em resposta às medidas adotadas, entretanto, o governo mexicano e as demais nações americanas condenam tais práticas, caracterizando-as como um processo de imposição e de caráter unilateral, sendo de relevante ressalva que, para a construção dos muros, não

houve autorização e/ou acordo com o governo do México, o que evidencia outro artifício de uso contra a representação americana.

Ainda acerca dos EUA, deve-se destacar o movimento administrativo denominado “*Reforma Migratória*”, já debatido no começo dos anos 2000 ao detectarem uma nova onda de migrantes para o país, sobretudo de civis oriundos da Ásia e da América Latina. Com o atentado de 11 de setembro de 2001, ficou ainda mais evidente uma postura governamental protecionista para as áreas de fluxos populacionais devido ao receio de novos ataques. Em seguida, a partir das eleições presidenciais estadunidenses de 2016 e, conseqüentemente, da posse de Donald J. Trump (membro do Partido Republicano e líder da implementação de ideais conservadores), tornaram-se latentes os debates sobre entradas e saídas constantes de migrantes no país, pautados não só na ilegalidade desses refugiados como também nas conseqüências sociais e econômicas desses movimentos para os EUA. Diante de tais eventos, nota-se que as políticas conservadoras tenderam a ganhar força nos últimos anos para a população norte-americana.

Ademais, é interessante observar as restrições detalhistas proferidas pelos órgãos administrativos dos Estados Unidos, nas quais civis asiáticos (principalmente de países do Oriente Médio) possuem maiores documentações a serem entregues para os consulados americanos, além de investigação mais cuidadosa do setor de segurança do país para a identificação daqueles que possuem qualquer ligação e/ou participação com grupos extremistas (religiosos, políticos e afins). Paralelamente, o enrijecimento das legislações migratórias também afetam pessoas provindas da América Latina, por exemplo, o que revela tal aplicação especialmente a grupos de nações como as já citadas, fazendo emergir mundialmente pilares como a xenofobia, a exclusão social e o extremismo político.

★ MAR MEDITERRÂNEO

Sendo a região com maiores destaques na mídia internacional, o Mar Mediterrâneo é a principal rota de fuga para refugiados de guerras civis, perseguições religiosas e governamentais. Grande parte das embarcações

ilegais que atravessam a região são administradas por traficantes de pessoas, o que significa que os responsáveis por esses movimentos corroboram para uma intensa crise migratória, mas, além disso, ainda têm relações com o tráfico de entorpecentes e de armamentos; bem como com o grande redirecionamento dos poucos sobreviventes às águas para o trabalho escravo ou análogo, sobretudo mulheres e crianças.

Sobre a grande entrada de imigrantes ilegais em território europeu, as nações afetadas, na última década, implementaram medidas de fechamento fronteiriço e controle intenso de aeroportos e portos, sendo argumento para tais medidas a segurança efetiva da população europeia. Não obstante, episódios como o “*BREXIT*”, ou seja, a declaração de saída do Reino Unido da União Europeia (UE), oficialmente no dia 29 de março de 2017, intensificaram a política isolacionista e excludente dos países europeus para os refugiados. Frente a esse posicionamento, a mídia internacional e os países dos continentes vizinhos declararam repúdio às ações tomadas, o que se revela como símbolo para uma pressão política global. Contudo, mesmo diante desse cenário, o bloco europeu não revogou suas medidas.

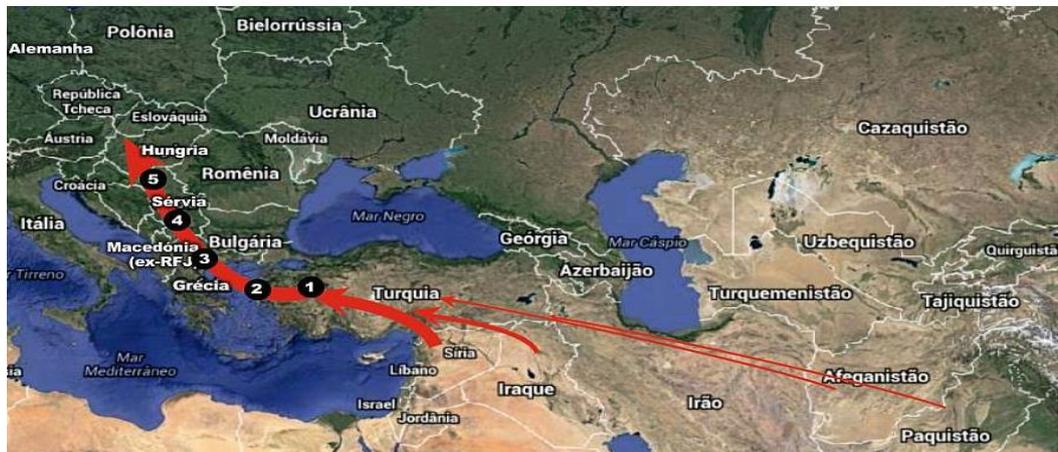
De maneira geral, o ACNUR declara o estado de alerta vermelho para Mediterrâneo, uma vez que a transição e a manutenção das políticas intergovernamentais têm se tornado de caráter ainda mais complexo, envolvendo quesitos culturais, econômicos e administrativos. Mesmo com o grande problema instaurado na região, o comitê frisa a importância de se tratarem todas as regiões igualmente, haja vista que crises desse aspecto possuem intensidades distintas, mas não as caracterizam como prioridade ou não.

Acerca dos apátridas, deve-se observar a presença do maior contingente populacional na região da Ásia menor, sendo países-alvo a Síria, a Turquia, o Irã e o Iraque, que têm a presença dos Curdos, ou seja, da massa populacional que reivindica internacionalmente o reconhecimento de sua própria unidade territorial administrativa, o Curdistão.

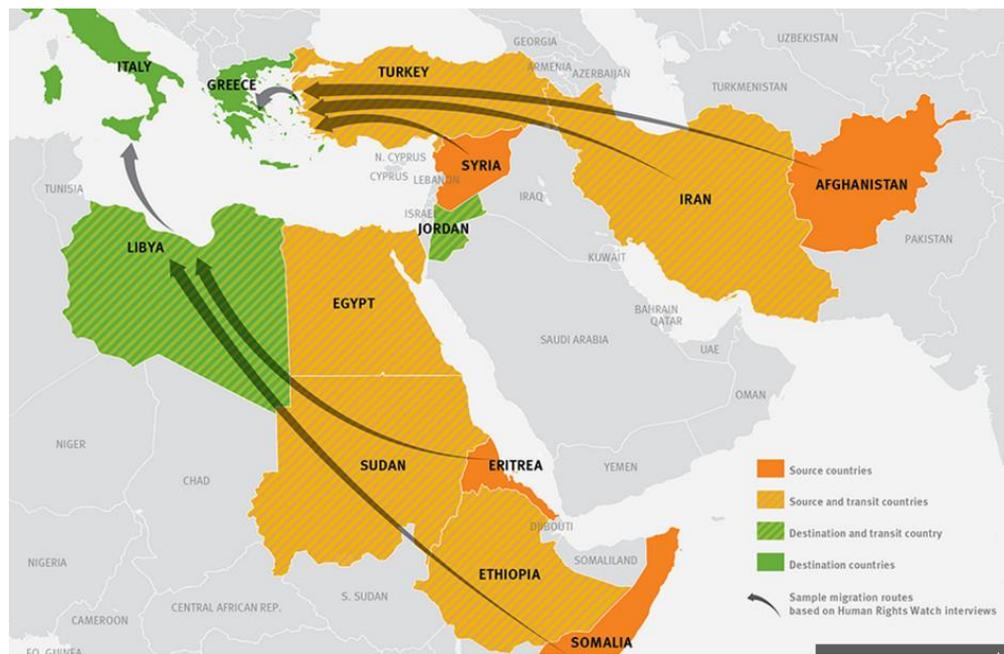
A problemática centrada na região mediterrânea é alvo de grandes charges e críticas de cientistas sociais, uma vez que o estado crítico atingiu tal pico a partir de eventos históricos, sobretudo desencadeados pela colonização

européia no continente africano e asiático, como, por exemplo, a partilha do continente africano na Conferência de Berlim (1884-1885), a disputa territorial secular entre determinadas religiões e etnias, a expansão Islâmica pelo Oriente-Médio, a consolidação de grupos terroristas por diversas nações, entre outros. Todos esses grandes eventos contribuíram diretamente para a consolidação da atual situação migratória em toda a região, em que, de acordo com dados geográficos do ACNUR de setembro de 2018, 1,6 mil refugiados morreram e/ou desapareceram no Mar Mediterrâneo na tentativa de chegar ao continente europeu.

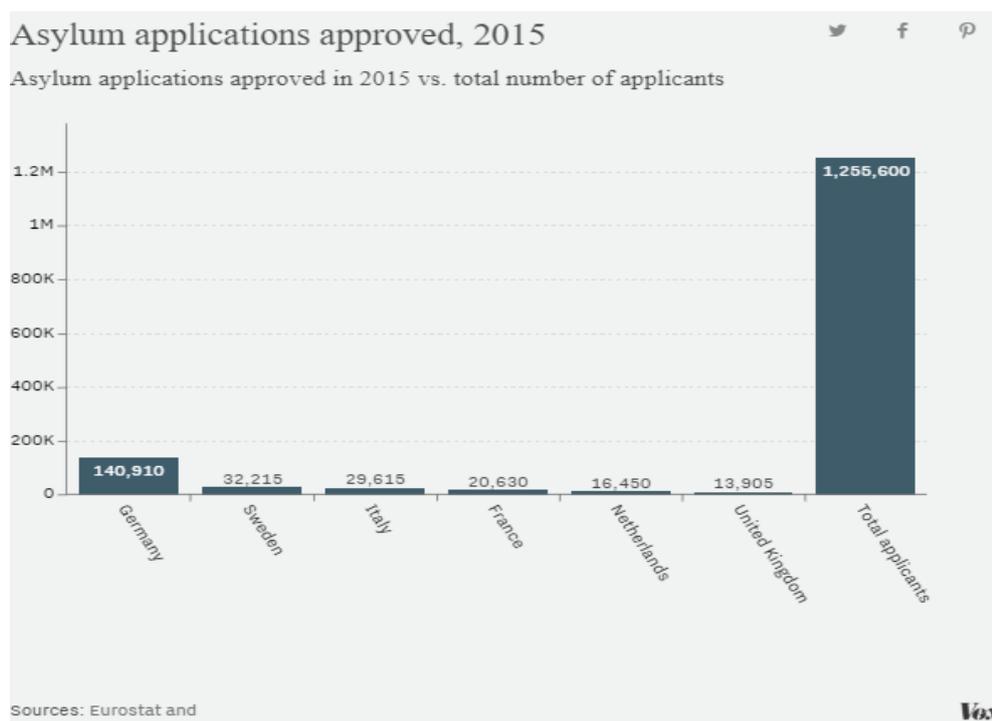
A Rota dos Balcãs



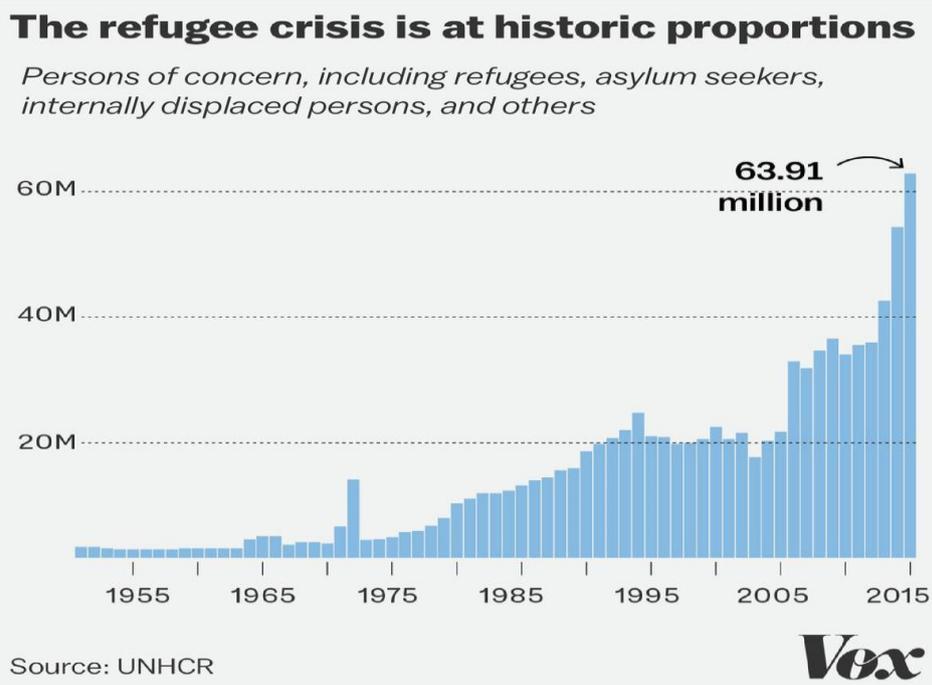
Mapa das principais rotas de migração do Oriente Médio e da Ásia para o continente europeu, com foco na Turquia.



Mapa das principais rotas de migração do oeste africano e do Oriente Médio para o continente europeu.



Dados de 2015 acerca do recebimento de migrantes nos países membros do bloco europeu.



Estatísticas sobre o grande fluxo migratório em escala de 10 anos para o presente, contabilizando milhões de refugiados que deixaram a Síria, maior impulsionador da crise dos refugiados em sua região e um dos Estados em emergência humanitária no mundo.

★ NORTE E CENTRO ASIÁTICO

Por ser a região com maior densidade demográfica do mundo, o continente asiático possui grandes fluxos migratórios se comparados aos das demais áreas do globo. A consolidação da atual divisão político-administrativa do continente foi permeada por grandes impérios e dinastias, divisões extremistas entre populações e intensa migração por parte delas. A partir disso, é possível afirmar que a região não está isenta de problemáticas envolvendo conflitos territoriais, políticos e/ou sociais, tendo em vista a presença de grandes nações e comunidades em conflito reivindicando territórios e/ou seus respectivos direitos.

A República da União de Myanmar (ex-Birmânia) é conhecida por ordenar a perseguição, a tortura e a morte de milhares de muçulmanos *Rohingya* —

minoria muçulmana considerada apátrida —, o que faz com que a nação seja constantemente criticada pela ONU devido à quebra de protocolos anteriores que continham ações a serem tomadas acerca dessa população. Mesmo com a pressão internacional e humanitária, o país nega as acusações de segregação e de quebra dos direitos humanos e considera o povo Rohingya uma ameaça à sua unidade política. Diante desse cenário, a República Popular de Bangladesh, apesar de sua baixa unidade financeira, promove a criação de campos de atendimento aos refugiados provindos de Myanmar; contudo, grupos extremistas do governo vizinho são constantemente enviados para destruir essas pequenas regiões.

Ainda sobre a região asiática, é importante destacar a Coreia do Norte, destaque nas mídias pela ditadura de extrema-esquerda promovida no país. O regime é promotor de controle populacional, censura, restrições de entretenimento e contato com demais nações, caracterizando o país como isolacionista perante seus vizinhos. Assim como outras entidades, o governo é responsável por limitar o acesso à educação e às oportunidades de ascensão social e política, a fim de se manter no comando administrativo. A região também é a motivadora do terrorismo de Estado contra a própria comunidade, isto é, da limitação e da manutenção da sua soberania por meio de artifícios militares. As tensões políticas universais contra o ocidente, sobretudo os EUA, preocupam os líderes internacionais, uma vez que a população norte-coreana não possui acesso a condições básicas cidadãs (educação ou saúde), evidenciando um contingente populacional permeado pela miséria, pelo analfabetismo e pela desnutrição e revelando que o Estado norte-coreano pode ser o próximo responsável por retirar esses mesmos direitos de demais pessoas ao redor do mundo com o estudo de energias nucleares.

Tendo em vista os aspectos abordados, são poucos os sobreviventes na tentativa de atravessar as fronteiras para a Rússia, a China e a Coreia do Sul, tendo em vista que a maioria desaparece ou morre. No entanto, é necessário considerar que, embora haja dificuldade das grandes organizações não governamentais em promover suas atividades a favor dos cidadãos da Coreia do Norte, há registros de incentivos de educação e segurança para os

sobreviventes que conseguem pedir socorro nas embaixadas globais ou sedes de grandes corporações.

★ CONTINENTE AFRICANO

De forma geral, são aproximadamente 16 milhões de pessoas deslocadas em 21 países africanos. Frequentemente, populações inteiras, compostas em sua maioria (70%) por mulheres e crianças, fogem de combates, de escassez de alimentos e de catástrofes naturais, normalmente em situação crítica, necessitando de assistência humanitária e proteção governamental. Não suficiente, os deslocados internos na África estão entre os mais vulneráveis do mundo, enfrentando riscos de contínuos ataques armados, desnutrição, violência, exploração sexual, recrutamento militar forçado e doenças.

Além disso, as migrações internas e externas são um fenômeno histórico no continente, e os deslocamentos transfronteiriços frequentes entre as comunidades, que são próximas às fronteiras nacionais, envolvem dados numéricos extensos, como o território entre Ruanda e República do Congo. Apesar das crescentes restrições impostas por políticas fronteiriças, deixando os migrantes numa situação irregular, esses movimentos têm sido mantidos ou amplificados, tanto por razões sociais, econômicas e/ou administrativas. Nesse contexto, vale ressaltar os crescentes casos de xenofobia acompanhados por ondas de violência em países africanos que acolhem um grande número de migrantes, como também em nações exteriores que os acolhem. Dessa forma, pode-se considerar que a região em questão integra, simultaneamente, países de partida e países de acolhimento, como se verifica no Sudão e na África do Sul.

Os movimentos migratórios estão se desenvolvendo e se tornando mais complexos. Os destinos se multiplicam e os itinerários se alongam, com um crescente número de migrantes da África Ocidental para a África do Sul, o que ocasiona uma problemática devido à falta de base não só política, mas também financeira para atender à quantidade exponencial de refugiados. A princípio, muitos deslocados abandonam suas casas e sua terra, mas não atravessam fronteiras, tendo como rumo locais próximos, pois esperam poder regressar

rapidamente. Tal evento faz com que esses indivíduos não sejam englobados pela Convenção de Genebra de 1951, uma vez que não ultrapassam os limites territoriais e, por isso, são isentos do auxílio humanitário internacional, o que culmina no difícil acesso dessas organizações ao respectivos necessitados.

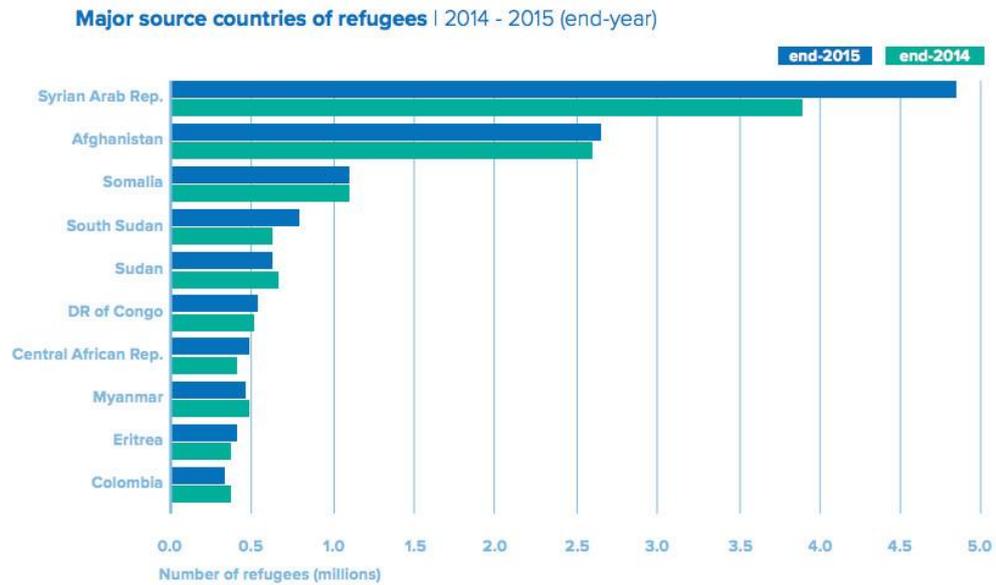
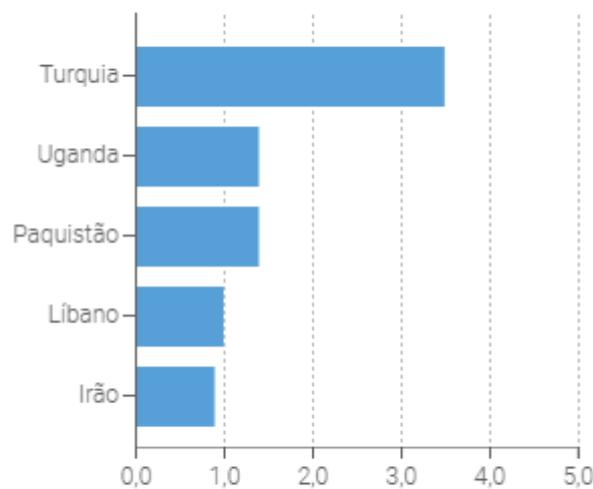


Gráfico dos países que mais emitem fluxos migratórios no mundo (2014 e 2015), em escala de milhões.

REFUGIADOS NO MUNDO



Os cinco países que mais receberam refugiados em 2017, em milhões



ver menos ^

Fonte: ONU a 29/06/2018

[Sugestões?](#)

Gráfico de representação, em milhões, da quantidade de refugiados em países que mais os receberam em 2017.

CONCEPÇÕES GERAIS

❖ Os apátridas (de acordo com a ONU)

O conceito de apátrida, de acordo com a ONU, baseia-se em pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida pelo país de origem ou por nenhum outro Estado.

A apatridia ocorre por diversas razões, dentre elas por discriminação contra minorias na legislação nacional, por falha jurídica em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos (quando há independência do indivíduo ou separação territorial) e por divergências legislativas ou militares entre países.

Os apátridas, em sua maioria, são considerados como um problema invisível, uma vez que permanecem desconhecidos perante a sociedade. Como consequência, essas comunidades não possuem condições de acessar infraestruturas básicas, como ir à escola, possuir serviços de saúde, empregar-se, abrir uma conta bancária, possuir moradia própria, entre outras, dependendo exclusivamente de ações humanitárias para maior auxílio e tentativa de garantir seus direitos.

➤ O povo Rohingya

A minoria muçulmana Rohingya, descrita pelas Nações Unidas como um dos povos mais perseguidos do mundo, "sem amigos e sem terra", vem sofrendo a chamada "limpeza" étnica em Myanmar. Entretanto, tal perseguição contra essa etnia não é atual, uma vez que, desde sua instalação no território birmanês, o governo e a sociedade, em sua maioria, se voltam contra esse povo, alegando que se tratam de imigrantes ilegais vindos de Bangladesh. A origem dessa população é amplamente discutida, pois há divergências em relação à época correta com que se estabeleceram em Myanmar. Por outro lado, no entanto, é indiscutível que há famílias Rohingyas de

longa data que têm suas vidas estabelecidas nesse território e que, ainda assim, lidam com a negação do reconhecimento de sua cidadania como povo. Dessa forma, é inquestionável que o principal motivo por tal perseguição possui veias religiosas, posto que o Estado de Myanmar é majoritariamente budista, contrário aos Rohingya que são, predominantemente, muçulmanos.

O povo Rohingya representa cerca de 5% entre os 60 milhões de habitantes de Myanmar e encontra-se, principalmente, no Estado de Rakhine. O êxodo começou há mais de cinco décadas, por meio de uma perseguição religiosa iniciada pela Junta Militar que governa a antiga Birmânia desde 1962. Uma das medidas tomadas pelo governo birmanês que demonstra as ações contra a minoria trata-se das Leis de Cidadania, aprovadas em 1982, que impedem o reconhecimento desse povo como plenos cidadãos de Myanmar e a possibilidade de adquirirem os mesmos direitos que o restante da população birmanesa.

Dentre os vários relatos históricos de povos que sofreram repressão, nota-se que surgiam grupos para representá-los e para lutar em nome da minoria por uma causa comum. No caso dos Rohingyas não foi diferente. O grupo armado ARSA (Exército de Salvação Arakan Rohingya) surgiu em 2016 e opera no Estado de Rakhine, no norte de Myanmar. De acordo com o “*International Crisis Group*”, esse grupo, também conhecido como “*Harakah Al-Yaqin*”, é liderado por comitês de integrantes Rohingyas na Arábia Saudita, em que recebem treinamento internacional. O governo os chama de “organização terrorista”, já que o ARSA foi responsável por alguns ataques contra postos policiais no Estado de Rakhine, em resposta à negligência e à discriminação que seu povo enfrenta por parte da população e das autoridades birmanesas.

O último ataque desse grupo ocorreu em 2017, tendo sido correspondido pelo exército local de maneira desproporcional, o que demonstra atitudes com caráter exterminador. A seguir, pode-se ter acesso a alguns depoimentos dos sobreviventes desse episódio que ocasionou o levante de centenas de Rohingyas para os países vizinhos, a fim de escaparem da violência em Myanmar. Os relatos são oficiais e retirados da “EuroNews”.

“Nós mal escapamos de Myanmar vivos.”

“200 soldados atacaram as aldeias, atacaram as pessoas e atearam fogo nas casas.”

Em 2016, ocorreu uma situação semelhante que ocasionou no êxodo de mais centenas de Rohingya. A seguir, estão listados outros depoimentos reais de sobreviventes, retirados da “Anistia Internacional”.

“Então eles atiraram nas pessoas que estavam fugindo. Eles cercaram a cidade e foram de casa em casa. Eles insultaram as pessoas. Eles ameaçaram estuprar as mulheres dizendo: ‘Nós vamos estuprar suas mulheres kalar¹’.”

“Vimos helicópteros atirarem na cidade. Nós corremos para a selva para salvar a vida.”

“O exército sequestrou minha irmã e meu irmão. Eu vi com meus próprios olhos como os soldados atearam fogo ao nosso povo e como os soldados estupraram mulheres e meninas.”

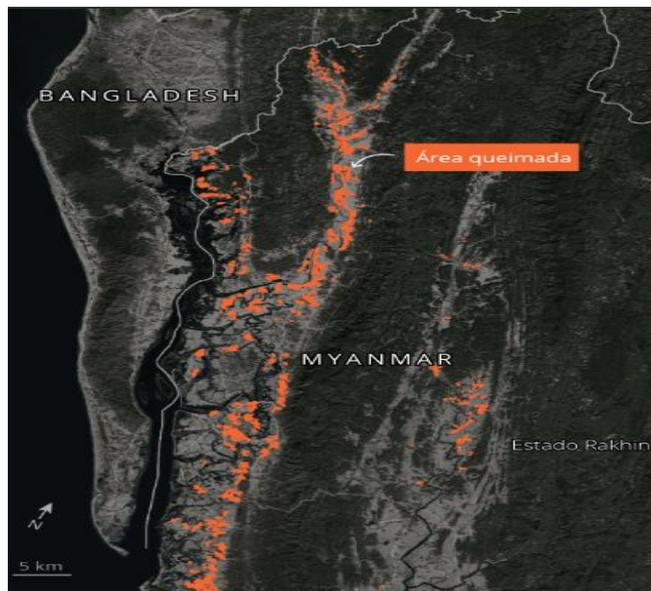


Imagem por satélite das regiões incendiadas por militares como medida para prevenir a criação de novas rotas de migrantes ilegais para Bangladesh.

¹ “Kalar” ou “estrangeiro” é um qualificador racial usado depreciativamente contra a comunidade Rohingya.

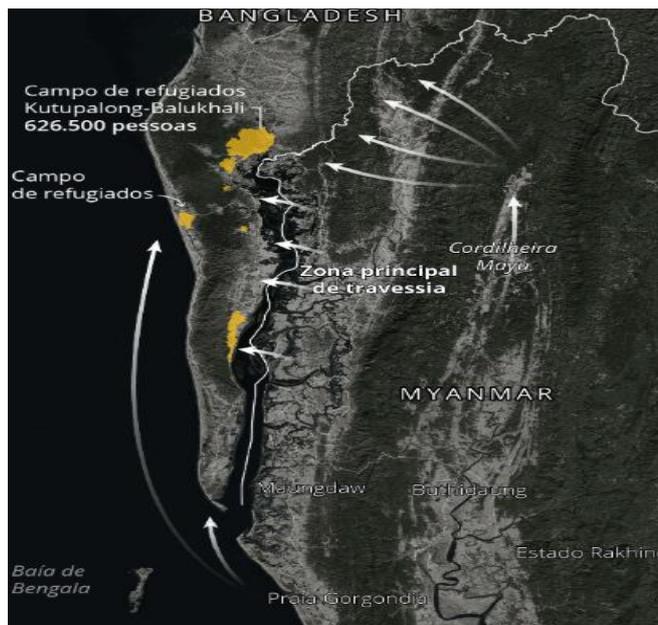


Imagem comparativa das principais rotas de travessia dos Rohingya na região fronteira entre Myanmar e Bangladesh.

Mais de 700 mil muçulmanos Rohingya fugiram de Myanmar desde 25 agosto de 2017, quando os ataques de rebeldes Rohingya desencadearam uma contra-ofensiva militar no Estado de Rakhine.

De acordo com o jornal "Al Jazeera", o Ministro das Relações Exteriores de Bangladesh mencionou que é um genocídio o que está sendo travado no Estado de Rakhine. Ele ressaltou: "Todas as pessoas devem ser mortas? Todas as aldeias devem ser queimadas? Não é aceitável". Ainda de acordo com a "Anistia Internacional", em 24 de novembro de 2016, "a resposta do exército aos ataques contra forças de segurança... vão além do que é necessário e proporcional. Em vez de investigar e prender suspeitos específicos, o exército realizou operações que constituem punição coletiva". Dessa forma, percebe-se que as investidas contra as aldeias foram dirigidas diretamente contra os Rohingyas como um todo, uma vez que pessoas que não estavam envolvidas nesses incidentes sofreram as consequências. Diante de tais alegações, o governo de Myanmar negou que tenha havido violações dos direitos humanos, além de bloquear o acesso à ajuda humanitária e proibir a entrada de observadores e jornalistas independentes após os episódios. Pontua-se que, assim como mencionado pela "Anistia Internacional", as "versões do governo de Myanmar carecem de credibilidade... se ele não tem nada a esconder, ele deve permitir observadores independentes, incluindo monitores de direitos humanos,

trabalhadores de ajuda humanitária e jornalistas”.

➤ **Os Curdos**

A priori, é importante considerar que o povo curdo (oriundo de uma das várias subdivisões islâmicas) é a maior nação sem Estado do mundo, localizada em dispersão ou grande concentração entre a Armênia, o Azerbaijão, o Irã, o Iraque, a Síria e, sobretudo, a Turquia. Além da presença de um idioma próprio e de sistemas de administração único, a formação de um governo independente reconhecido internacionalmente na região é considerada totalmente inviável, especialmente do ponto de vista do governo da Turquia, já que o contingente populacional em seu território ocupa as áreas de extração de petróleo e demais recursos minerais indispensáveis para o fluxo econômico do país. Ao longo da formação territorial política do Oriente Médio (ainda irregular), diversas articulações do povo curdo foram reprimidas por ações violentas, sobretudo na Síria e na Turquia, sob ordens de Estados autoritários.

Em nota, o governo de Saddam Hussein por anos promoveu o uso de armamentos químicos (como gás sarin e mostarda) em grandes centros residenciais de maioria curda, ocasionando altos índices de óbitos. As perseguições ao longo dos anos de 1970 e 2000 foram constantemente silenciadas pela região em questão, uma vez que as articulações militares locais bloqueavam o acesso de auxílio humanitário por institutos internacionais aos necessitados.

A partir do começo do século XXI, as pressões internacionais passaram a ser intensificadas significativamente, principalmente por parte da ONU, visto que os embates entre a resistência curda e os militares de seus países de origem acarretam verdadeiros massacres, sobretudo contra a população curda, nos quais milhares de pessoas são obrigadas a recorrer à migração ilegal e/ou aos auxílios humanitários. Porém, por ser caracterizado como um povo apátrida, a promoção de atitudes políticas e financeiras para atendê-lo é prejudicada, haja vista que a apatridia é considerada um impasse invisível por muitas nações, fazendo com que a violência e o sofrimento cresçam a cada confronto.



Área hachurada da região em que seria estabelecido o Estado do Curdistão, abrangendo territórios significativos das nações vizinhas Irã, Iraque, Armênia, Azerbaijão, Síria e Turquia.

Ao longo de décadas, o povo curdo foi protagonista de diversas tentativas de emancipar seu próprio território. Na década de 1970, o acordo de paz entre os líderes curdos e o governo do Iraque deram origem a uma região autônoma ao norte do país, de forma que uma área federal fosse emergida sob comando do povo curdo. A região à época era destaque pelo alto nível de segurança, mas os levantes terroristas trouxeram de volta a ameaça da desestabilização civil e política entre as partes negociadoras. Desse modo, a luta para a manutenção do dito Curdistão Iraquiano é constante para que um dia o Estado em si seja garantido pelos curdos. No ano de 2017, um referendo foi realizado na região, requisitando a independência do Iraque. No entanto, mesmo com a avaliação de 93% da população do Curdistão Iraquiano a favor do processo, a resolução fora vetada pelo governo federal iraquiano. Sendo assim, até a atualidade, o processo de emancipação se mostra muito distante, especialmente com os conflitos locais se agravando todos os dias.

❖ O terrorismo do ponto de vista internacional

De forma geral, os debates acerca do terrorismo (como ameaça global) foram

apresentados à ONU por meio de um documento titulado como “A Declaração de Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional”, ratificado em 1994 e adicionado posteriormente em 1996. As cláusulas apresentadas mencionam o terrorismo como uma série de ações que, mediante terror e medo, buscam a imposição de crenças, ideologias e qualquer forma de manipulação em massa para as comunidades humanas. A discussão tomou novos rumos e pautas a partir dos ataques aos EUA no dia 11 de setembro de 2001, em que o Comitê de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu uma subdivisão própria para ações antiterroristas. Com o início dos anos 2000, verificou-se um aumento gradativo de ações extremistas pelo globo, de forma que o CSNU fosse acionado novamente pela ONU a fim de estabelecer medidas imediatas acerca das problemáticas emergentes. No ano de 2004, o órgão tomou sua primeira decisão formal: a organização de acordos que acabassem com a produção, a venda e posterior utilização de armas de destruição em massa. A iniciativa provém da série de instabilidades envolvendo o comprometimento das nações com a segurança mundial.

Ademais, é curioso observar a criação de novos comitês dentro da ONU a partir da preocupação com os afluentes das ações terroristas, como o tráfico de drogas, de armas, de pessoas, entre outros. Paralelamente, é importante observar que o terrorismo possui muitas formas de ser estabelecido, das quais podemos destacar dois principais pilares.

➤ **Extremismo Fundamentalista**

A partir da própria definição de terrorismo, o fundamentalismo é estabelecido quando utilizam correntes e movimentos (ideias, religiões, crenças, modelos administrativos, etc.) de ordem conservadora que buscam a mais rigorosa obediência a partir de princípios básicos entre uma determinada população e um ou mais comandantes de caráter autoritário. Geralmente, é realizado por grupos reconhecidos por ações extremistas, de forma que a violência seja o vetor da imposição de seu domínio, como, por exemplo, as comunidades terroristas de religião islâmica, que ganham frequente destaque por suas ações (em âmbito internacional).

➤ **Estatal**

O terrorismo estatal, por sua vez, é caracterizado por ações promulgadas por um governo de ordem autoritária. Ao longo da história é possível identificar séries de medidas consideradas como os primórdios do terrorismo estatal, envolvendo impérios, minorias religiosas e afins. Na atualidade, o fenômeno se demonstra ainda latente, caracterizando grandes impasses diplomáticos e/ou culturais em regiões de grandes diversidades populacionais. A exemplo, tem-se a Questão Palestina, regida pela ONU desde 1947 e até então sem significativos avanços para a paz efetiva entre Israel (responsável pela promoção de atentados e repressões militares contra palestinos presentes na região judia) e palestinos (alvos principais de articulações militares israelenses e de demais organizações terroristas que aproveitam a fragilidade da área administrada pelo governo limitado da minoria muçulmana). É importante destacar também as divergências abrangendo o povo Rohingya e os governos de Bangladesh e Myanmar, os quais utilizam da violência e também de forças armadas para expulsar a população de origem islâmica de seus territórios, ocasionando grandes fluxos migratórios pelo sudeste asiático e um alto número de óbitos devido aos conflitos presentes na região fronteira. Por fim, também é de grande relevância a citação das desavenças entre os curdos e o governo turco, tendo em vista que a localização do povo se concentra nas regiões de extração petrolífera, e constantes rebeliões e movimentos populares tornam ainda mais complexa a apaziguação dos conflitos militares entre o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e as forças armadas turcas, devido ao fato de o governo em questão considerar tal articulação social um grupo terrorista.

❖ **A Primavera Árabe**

Ao longo de séculos, o continente africano e determinadas regiões do leste do Oriente Médio sofrem com as consequências do processo de exploração de seus recursos naturais, com a desvalorização e degradação de seus pilares culturais, bem como com o próprio regime escravocrata imposto no período colonial. A partir dos pontos levantados, a divisão e emersão dos países africanos se deu de forma conturbada: inúmeros conflitos internos entre etnias divergentes e regimes políticos autoritários constituíram a realidade de milhares de civis, e a atualidade não se encontra isenta desse fenômeno.

No ano de 2011, o episódio conhecido como “Primavera Árabe” trouxe ao âmbito

internacional questionamentos acerca dos regimes administrativos vigentes nos países árabes, bem como sua eficácia. As insatisfações populares foram o vetor necessário para que milhões de cidadãos dessem início ao processo de derrubada de ditaduras, caracterizado por protestos exigindo a democratização do acesso aos benefícios públicos e respectivos investimentos, bem como a segurança de regiões afetadas por articulações e ocupações terroristas, entre demais objetivos. De fato, esses Estados lidam não só com as marcas profundas de séculos de exploração, mas também com a localização geográfica em regiões absolutamente áridas (sobretudo pelo deserto do Saara) e secas, além da escassez de produtos básicos para a sobrevivência humana.

Para maior contextualização, a Primavera Árabe se origina em um período de início de crises financeiras de forte impacto, principalmente para os países participantes do mercado agroexportador e de extração de recursos minerais (como o pré-sal). Dessa forma, os conflitos entre as massas populares e as ordens militares de seus países tornam-se um agravante para a instabilidade regional.

Os participantes da Liga Árabe foram grandes palcos dos atos revolucionários, destacando-se, dentre eles, o Egito, a Tunísia e a Líbia com a derrubada de seus governos ditatoriais. A Síria e o Iêmen, por sua vez, são os países decretados em estado de emergência internacional pelo ACNUR juntamente com o CSNU, responsáveis pela administração humanitária e militar global. Após as ondas de resistência popular, a Síria permanece até o presente momento em uma guerra civil de consequências desastrosas: milhares de sírios procuram refúgio ilegalmente em países vizinhos, correndo risco de exposição a ordens terroristas e massacres promovidos pelo governo de Bashar Al-Assad, sustentado paralelamente pelo apoio russo. Sendo assim, a nação síria é a única participante da Primavera Árabe que não conseguiu derrubar seu ditador. Enquanto isso, o Iêmen passa por uma realidade similar, em que o governo permanece insustentável com a gigantesca crise financeira e a própria divergência política, abrindo portas para intervenções extremistas, bem como para a criação de fluxos migratórios pela península arábica. Com base nisso, o governo iemenita é regido provisoriamente, na tentativa de restabelecer a ordem democrática.

Após as manifestações de 2011, a situação dos Estados árabes ganhou forte repercussão pela imprensa internacional e em fóruns da internet, fato que favoreceu

a maior atenção das organizações internacionais oficiais e não governamentais à promoção de maiores ações para a região, dentre elas o fornecimento de auxílio educacional, de recursos medicinais e alimentícios e o próprio resgate se necessário. Entretanto, é destaque de discussão para o ACNUR o reassentamento e a inserção desses civis na sociedade, garantindo-lhes o exercício da cidadania e seus respectivos direitos. Além disso, é cabível a formação de acordos e propostas de melhoria para serviços já fornecidos, tendo em pauta os orçamentos disponíveis e as alterações financeiras caso haja necessidade.

❖ **Atentado terrorista de 11 de setembro de 2001**

Na manhã de 11 de setembro de 2001, quatro aeronaves comerciais foram sequestradas em diferentes pontos dos EUA. A partir de então, os aviões passaram a ser controlados pelos criminosos vinculados ao grupo islâmico Al-Qaeda e traçaram seus destinos de colisão:

1. As “Torres Gêmeas” que compunham o grande complexo administrativo World Trade Center, em Nova York, também conhecido simbolicamente pela influência econômica norte-americana pelo mundo;
2. O Pentágono (Departamento de Defesa Norte-Americano), responsável pela administração da segurança civil;
3. O Capitólio (Centro Legislativo Estadunidense), em Washington DC, símbolo das intervenções políticas internacionais dos Estados Unidos globalmente. De acordo com indícios da perícia, esse seria o último destino.

Os ataques foram coordenados por Osama Bin Laden — líder e fundador do grupo terrorista Al-Qaeda —, causando a morte de 2.996 pessoas e mais de 6 mil feridos.

Assim, com o ataque de 11 de setembro e a procura por segurança como álibi, a "guerra ao terrorismo" foi pretexto para violações de arquivos ratificados anteriormente pela ONU e demais subdivisões especializadas em terrorismo internacional. As principais vítimas dessa guerra foram refugiados, estrangeiros e requerentes de asilo, a partir do relatório anual da Amnistia Internacional (AI) de 2002 (referente a 2001), divulgado mundialmente. Não suficiente, os efeitos do ataque foram ampliados, conforme assinalado pela AI como crescimento da tendência para “rotulamento” e segregação dos estrangeiros, particularmente refugiados e requerentes de asilo,

como "terroristas". A prazo, esse sentimento levou à restrição mundial dos direitos dos migrantes em nome da segurança das nações.

Após os episódios envolvendo a Al-Qaeda, os EUA decretaram o mandato de prisão e investigação de Osama e seus influentes para a dissolução do grupo a partir da invasão americana ao território do Afeganistão. Após localizado, o acusado foi capturado e executado em seguida, sendo atirado ao mar como ato simbólico das tragédias promovidas em território estadunidense. Porém, mesmo com a morte e o enfraquecimento considerável da organização liderada por Bin Laden, as consequências da invasão norte-americana perduram até os dias atuais, com a fundação e expansão alarmante do novo grupo terrorista nomeado Estado Islâmico e a perpetuação da guerra entre a coalizão internacional (liderada pelos EUA, que mantêm, aproximadamente, 14 mil tropas nas frentes de conflito) e o regime do Talibã no Afeganistão.

O endurecimento no combate à imigração ilegal e suas causas ganhou destaque novamente no início de 2016, com o advento das Eleições Norte-Americanas, em que a chapa de apoio ao candidato Donald J. Trump apresentavam propostas de diminuição das aberturas legislativas para a entrada de estrangeiros no país, bem como com o início do processo do BREXIT (a saída do Reino Unido da União Europeia) e o prosseguimento de grandes ondas de violência mundialmente por organizações extremistas. A partir desses episódios recentes, as regras de acesso ao estatuto de refugiado e as condições de atribuição de vistos foram limitadas e/ou encerrados em diversos países ao redor do mundo, trazendo um maior grau de complexidade para o processo de migração e requerimento de refúgio aos institutos internacionais.

❖ **BREXIT - A saída do Reino Unido da União Europeia (UE)**

BREXIT ("saída britânica" traduzida para o português literal) é o processo de saída do Reino Unido da UE iniciado em 2016 por um plebiscito, isto é, uma votação baseada diretamente nos interesses populacionais, com o seguinte questionamento: "Você deseja que o Reino Unido se separe da UE?".

Tal processo é justificado porque o bloco fundador da proposta acredita que as legislações e declarações internacionais entre as ilhas britânicas e o bloco europeu,

acerca dos processos migratórios e demais pilares financeiros, já não se encontram mais alinhadas. Dessa forma, a saída do bloco se tornou uma alternativa em pauta para a solução das problemáticas apresentadas pelos governos britânicos.

Com o encerramento e a apuração da consulta popular (facultativa), em que a maioria votante optou pela saída, o governo passou a buscar por articulações internas e externas para a execução dos procedimentos envolvendo o desligamento do Reino Unido da UE. Entretanto, os processos jurídicos envolvidos se estenderam de forma impensável por parte dos representantes britânicos, uma vez que questões como a cidadania europeia, o livre fluxo de produtos e pessoas, além de acordos bilaterais e unilaterais se tornaram temas incluídos nas discussões do BREXIT, sendo importante destacar a influência das ilhas britânicas no bloco em questão. Por essa razão, o processo perdura até o presente momento em impasses políticos entre a primeira-ministra inglesa, Theresa May (eleita a partir da campanha de conclusão do processo e crescimento do Reino Unido), e o Parlamento inglês. De acordo com os parlamentares, as propostas proferidas pela *premiê* não são suficientes para que seja dado o aval do desmantelamento britânico, pois questões financeiras ainda são um quebra-cabeças para a base aliada de Theresa, visto que as conexões entre os países se tornam de complexa resolução. Além disso, a imigração legal entre a região insular e continental (seja a trabalho, capacitação, turismo, etc.) também segue paralisada devido às desavenças políticas, bem como os manifestos acerca da ilegalidade na Europa permanecem instáveis.

A partir da incompletude das discussões entre União Europeia e Reino Unido, os prazos de entrega das resoluções requeridas foram intensamente adiadas, o que fez os representantes membros exigirem, em 2019, uma decisão final por parte de Theresa May. Não suficiente, a população britânica passou a apresentar disparidades entre a saída ou não da UE, fazendo com que manifestações populares e via internet ganhassem destaque nos últimos anos. Tais processos passaram a fragilizar a legitimidade da representação de May, haja vista que se elegeu com a campanha política de encerrar o processo com o desligamento efetivo do Reino Unido.

Originalmente, a União Europeia estabeleceu como data limite 29 de março de 2019 para a saída oficial do RU; porém, em um apelo final, o período se estende até 12 de abril caso a proposta de Theresa May não seja aprovada pelo Parlamento (sendo já ratificado pela UE). Caso haja a aprovação, a data se promulga para 22 de maio do

mesmo ano. Ainda no embate político, a primeira-ministra declarou em público a renúncia de seu cargo caso a proposta seja ratificada pelos parlamentares ingleses, além da submissão à votação apenas do acordo de retirada em si, de forma que as documentações extras, em detrimento da situação após a saída entre União Europeia e Reino Unido, sejam arquivadas. Sucintamente, a maior tensão entre as partes é a saída sem maiores acordos, o que preocupa e tensiona as relações futuras entre UE e RU, para a qual a UE já possui certa preparação ao analisarem as relações diplomáticas desde 2016 com o início do processo. Em caso de um não-acordo, o bloco europeu estabelece pré-requisitos que devem ser cumpridos por parte do RU para o andamento do BREXIT:

1. O Reino Unido se compromete a sinalizar até dia 18 de abril que pagará um valor de 39 bilhões de libras esterlinas, ainda que o Parlamento não ratifique o acordo de retirada;
2. A Irlanda do Norte deve ser mantida, em grande parte da legislação, correspondente ao mercado único e do território aduaneiro da União Europeia;
3. O direito de residência dos cidadãos e a coordenação da segurança social previstos no acordo de saída devem ser respeitados.

Especialistas e analistas internacionais apontam que em um cenário “mais pacífico” diplomaticamente entre as nações, seriam promulgadas novas eleições gerais nas ilhas britânicas com a renúncia da *premiê* ou a realização de um novo referendo acerca do BREXIT. Ademais, é interessante observar que análises financeiras internacionais apontam para um período de crise para o Reino Unido caso a saída do bloco europeu não possua maiores documentações acerca das futuras relações econômicas e políticas.



Mapa retirado da City-REDI Institute, University of Birmingham e NYT - Estadão Internacional, no qual apresenta a relação dos países mais afetados economicamente pelo processo do BREXIT.

❖ Limpeza Étnica

De forma geral, os movimentos de limpeza étnica se definem por extermínios em larga escala de populações com divergentes características culturais (seja religião, língua,

etc.). Geralmente, esse fenômeno ocorre devido a conflitos políticos, territoriais, religiosos e demais formas de ocupação local. A exemplo dessa problemática, tem-se os embates entre Myanmar, Bangladesh e Índia no sudoeste asiático, a respeito da apatridia do povo Rohingya. Deve-se destacar também os campos de reeducação para seguidores do islã na China, noticiados recentemente pela mídia internacional devido às práticas que ferem a cláusula universal dos direitos humanos acerca da liberdade de manifestação cultural, de culto às mais diversas religiões e da própria liberdade de expressão dos indivíduos.

Em manifesto internacional, o ACNUR, em parceria com demais órgãos pertencentes à ONU, comprometeu-se a prestar auxílio humanitário às milhares de vítimas de terrorismo estatal pelo globo e de perseguições devido à variabilidade cultural desses povos. No entanto, é de importante ressalva a complexidade da execução dos procedimentos envolvidos, já que essas comunidades, principalmente os apátridas, são um desafio extenso para localização e mapeamento de seus grupos. Ademais, destaca-se a vulnerabilidade em que estão submetidos os aglomerados humanos em regiões de atividade terrorista e/ou guerra declarada, como os civis sírios, que buscam alternativas para migrarem de país devido à guerra civil que ocorre há oito anos entre grupos de guerrilha e o governo ditatorial de Bashar Al-Assad.

Em suma, vale destacar que acabar com a limpeza étnica sobre diferentes povos é um processo complexo e gradativo, uma vez que as manifestações culturais e os posicionamentos políticos se encontram em cheque, de forma que os acordos de paz, armistícios e demais tratados sejam ainda grandes desafios diplomáticos entre Estados e comunidades humanas, ocasionando longos processos e extensas reuniões internacionais acerca dos temas.

❖ **Assentamento e Reassentamento**

O reassentamento é um instrumento utilizado pelo ACNUR e por alguns países membros desse programa para fornecer proteção internacional e atender às necessidades dos refugiados cujos direitos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança, a saúde, entre outros, estão em risco no país onde requerem proteção. Já o reassentamento envolve a seleção e a transferência de refugiados de um Estado em que procuraram proteção para um terceiro que esteja de acordo em admiti-los com

uma autorização de residência permanente. O estatuto previsto garante proteção contra o retorno, permitindo que o refugiado reassentado e sua família ou dependentes tenham acesso a direitos semelhantes aos dos nacionais. O reassentamento também implica a oportunidade de se tornar um cidadão ao longo do tempo no país naturalizado de reassentamento. Dentre as nações que reassentam um número considerável de pessoas por ano, pode-se destacar os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e os países nórdicos.

Nota-se que o reassentamento pode ser a única maneira de reunir famílias de refugiados que, como resultado da fuga da perseguição e do deslocamento, estão divididas por fronteiras ou continentes inteiros. Além de ser uma solução durável para grandes influxos de refugiados, juntamente com outras opções como repatriamento voluntário e integração local, essa pode ser uma expressão tangível da solidariedade internacional e um mecanismo de partilha de responsabilidades, permitindo aos Estados ajudar a compartilhar a responsabilidade pela proteção dos refugiados e reduzir os problemas que afetam o país de asilo. No entanto, os refugiados são frequentemente reassentados em um país onde a sociedade, a língua e a cultura são completamente diferentes e novas para eles. Assim, torna-se necessário o fornecimento de apoio para uma recepção e integração efetiva. Para facilitar a integração, os governos e os parceiros das organizações não governamentais prestam serviços como orientação cultural, formação linguística e profissional, bem como programas de promoção do acesso à educação e ao emprego.

Em 2018, o ACNUR enviou os arquivos de mais de 81.300 refugiados para serem considerados pelos países de reassentamento. Por nacionalidade, os principais beneficiários dos programas de reassentamento facilitados pelo comitê durante esse período foram refugiados da República Árabe da Síria (28.200), da República Democrática do Congo (21.800), da Eritreia (4.300) e do Afeganistão (4 mil). Mais de 55.600 indivíduos partiram para os países de reassentamento com assistência do ACNUR em 2018. O maior número de refugiados deixou o Líbano (9.800), seguido pela Turquia (9 mil), Jordânia (5.100) e Uganda (4 mil).

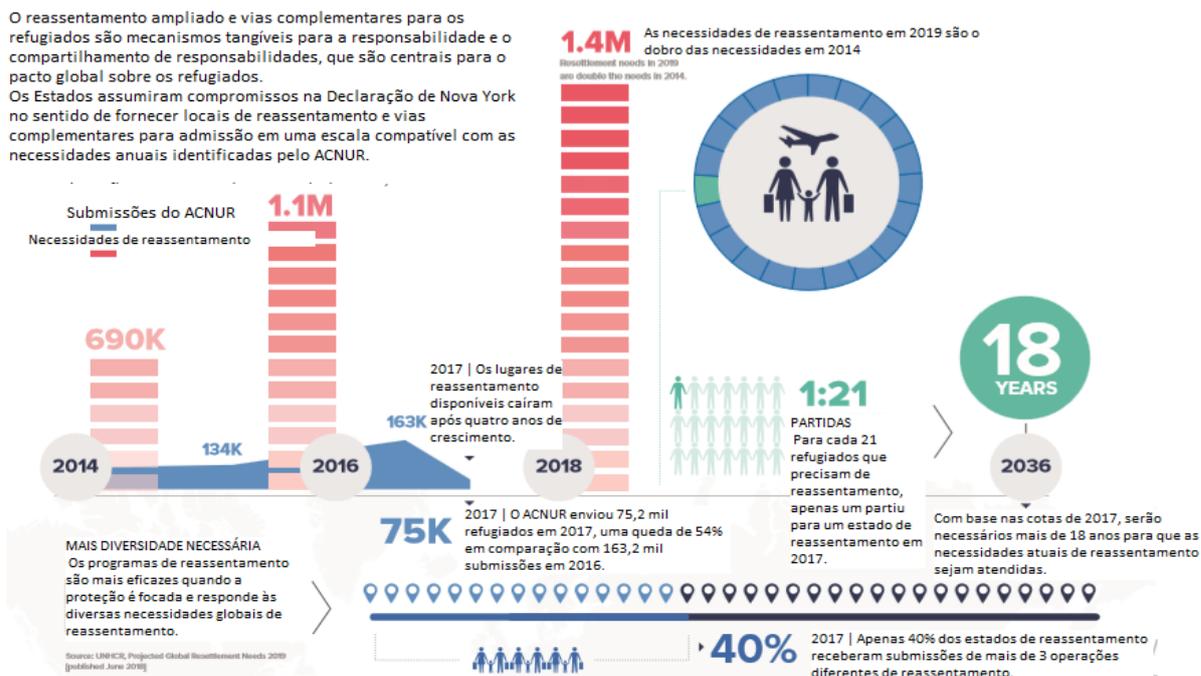
Entre as condições prévias para a consideração do reassentamento, pode-se destacar:

- Determinação pelo ACNUR que o requerente seja um refugiado, com possíveis exceções em casos de apátridas que não se enquadram na definição de

refugiado e também em casos de reassentamento de familiares dependentes que não sejam refugiados, a fim de preservar a unidade familiar;

- Conclusão de que reassentamento é a solução mais apropriada após avaliar todas as possibilidades de solução duradoura;
- Existência de necessidades de proteção legal e/ou física dos refugiados no país de asilo (incluindo a ameaça de retorno forçado);
- Sobrevivência a violência e/ou tortura, quando repatriação ou asilo puder causar mais trauma e/ou exacerbar o risco ou quando o tratamento apropriado não estiver disponível no país de asilo;
- Necessidades médicas, em particular, quando o tratamento necessário para salvar vidas não estiver disponível no país anfitrião;
- Mulheres e meninas em risco, que têm problemas de proteção relacionado ao seu gênero;
- Reunificação familiar, quando o reassentamento for a única maneira de se reunir os membros de uma família que, devido à necessidade de se mover em busca de proteção, é dispersa e tem seus membros separados em diferentes países;
- Ausência de perspectivas de soluções alternativas duradouras, isto é, relevantes quando outras soluções não são viáveis no futuro imediato e em situações nas quais o reassentamento pode ser usado de uma maneira estratégica e/ou como meio de promover outras soluções complementares.

O reassentamento ampliado e vias complementares para os refugiados são mecanismos tangíveis para a responsabilidade e o compartilhamento de responsabilidades, que são centrais para o pacto global sobre os refugiados. Os Estados assumiram compromissos na Declaração de Nova York no sentido de fornecer locais de reassentamento e vias complementares para admissão em uma escala compatível com as necessidades anuais identificadas pelo ACNUR.



Dados do Reassentamento Global da ACNUR no ano de 2017 e nos próximos anos (traduzido).

Proteção internacional

A proteção internacional pode ser definida como "o conjunto de todas as ações destinadas a garantir a igualdade de acesso e o gozo dos direitos de todas as pessoas, de interesse para o ACNUR, de acordo com as normas aplicáveis (incluindo o direito internacional humanitário, os direitos humanos e o direito internacional dos refugiados)". Esse conjunto inclui intervenções dos Estados ou do ACNUR a favor dos requerentes de asilo e refugiados a fim de garantir que os seus direitos, a segurança e o bem-estar sejam reconhecidos e protegidos de acordo com as normas internacionais. Essas intervenções incluem assegurar o respeito pelo princípio de não repulsão, o acesso à segurança, o acesso a procedimentos justos de determinação do status de refugiado, os padrões de tratamento humano e a implementação de soluções duráveis.

DELEGAÇÕES PARTICIPANTES

Continente Africano

- 1. África do Sul**
- 2. Angola**
- 3. Argélia**
- 4. Burundi**
- 5. Chade**
- 6. Egito**
- 7. Etiópia**
- 8. Quênia**
- 9. República Centro-Africana**
- 10. República Democrática do Congo**
- 11. Ruanda**
- 12. Somália**
- 13. Sudão do Sul**
- 14. Uganda**

Continente Americano

- 1. Argentina**
- 2. Brasil**
- 3. Canadá**
- 4. Cuba**
- 5. Estados Unidos**
- 6. Haiti**
- 7. Honduras**
- 8. México**
- 9. Venezuela**
 - 9.1. Representante de Nicolás Maduro**
 - 9.2. Representante de Juan Guaidó**

Continente Asiático

- 1. Afeganistão**
- 2. Arábia Saudita**
- 3. Bangladesh**
- 4. China**

5. Coreia do Sul
6. Iêmen
7. Índia
8. Irã
9. Iraque
10. Israel
11. Japão
12. Jordânia
13. Myanmar
14. Palestina
15. Paquistão
16. Rússia
17. Síria

Continente Europeu

1. Alemanha
2. Espanha
3. França
4. Grécia
5. Hungria
6. Itália
7. Países Baixos
8. Reino Unido
9. Suécia
10. Turquia

Oceania

1. Austrália

Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGs)

1. Anti-Slavery International
2. CARE
3. HIAS
4. Human Rights Watch
5. International Rescue Committee
6. Medecins Sans Frontieres (Médicos sem Fronteiras)

POSICIONAMENTOS OFICIAIS

Países:

Afeganistão

د افغانستان اسلامي جمهوري

Originalmente, a República Islâmica do Afeganistão é localizada no continente asiático, sendo regida por um modelo de governo com base nos preceitos da religião islâmica, o que impacta diretamente as relações externas e internas da nação. Como análise branda, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se encontra na casa de 0,47, considerado baixo; não suficiente, a localização geográfica e os inúmeros grupos insurgentes extremistas no país comprometem diretamente a busca pela isonomia social e, conseqüentemente, os níveis de educação, saúde e segurança de qualidade para a população em geral.

Tendo como base a localização em uma região de intensos conflitos ideológicos, políticos e sociais, o Afeganistão não só é um dos países mais perigosos do mundo, como também é responsável por grandes levantes de refugiados ao longo do continente asiático. As instabilidades presentes no país atualmente tiveram origem no século XX, com a série de intervenções militares da ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), a qual fora intensamente combatida pelos grupos jihadistas (aqueles que procuram a instauração da jihad) com o objetivo de conter o governo de ordem socialista e instaurar um Estado islâmico com a implementação da sharia (código de leis islâmicas).

Ao fim da Guerra Fria, com a desintegração da União Soviética, o governo de ideais comunistas se esvaiu, e os grupos simpatizantes da jihad se dividiram em numerosas vertentes do islã, sendo notória a influência de dois grandes polos no território: na parte sul se estabeleceu o Talibã, como interventores radicais da maior etnia afegã, e, em oposição, tem-se a Aliança do Norte, liderada pelos demais grupos étnicos populares. Tendo em vista essas características históricas, as subdivisões dentro das próprias aglomerações sociais tornam ainda mais complexa a relação diplomática e política no governo, resultando, normalmente, em grandes massacres e sangrentos confrontos. Os turbulentos processos representativos do Afeganistão foram permeados por violência e autoritarismo ao longo de décadas. De acordo com

especialistas, tais problemáticas se intensificaram há cerca de 30 anos, sobretudo com o auge dos conflitos indiretos da Guerra Fria.

No começo dos anos 2000, o atentado do dia 11 de setembro de 2001, realizado pelo grupo terrorista Al-Qaeda nos principais centros administrativos estadunidenses, trouxe o terror e os maiores incentivos para investimentos em setores de segurança, sobretudo nos países com maior índice de desenvolvimento, como os participantes da UE e os EUA. Sendo assim, ainda no ano de 2001, o líder da organização terrorista em questão, Osama Bin Laden, tornou-se foragido internacional declarado pelos EUA, e, logo após a realização dos ataques, procurou refúgio em território afegão, fazendo com que as tropas militares estadunidenses iniciassem, a mandato do governo, um processo de intervenção para a captura de Osama e a dissolução armada de grupos como a própria Al-Qaeda e o Talibã, que se encontrava enraizado nos poderes administrativos do Afeganistão. No entanto, tal ato foi vetado pela ONU, além de ser considerado um descumprimento legítimo da soberania estatal e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com o início das ofensivas americanas, o Talibã logo se enfraqueceu e perdeu grande influência e poderio militar sobre as cidades afegãs; porém, com o apoio de organizações fundamentalistas menores, recuperou seu poder em 10% do território, concentrando 70% de volta aos líderes afegãos temporários e os demais 20% como território contestado. Para surpresa internacional, em 2010, o Afeganistão contabilizou, aproximadamente, 100 mil soldados americanos para as frentes de batalha. Recentemente, em resposta aos questionamentos midiáticos e internacionais acerca da Guerra do Afeganistão, conhecida também como “a guerra sem vitória para os Estados Unidos”, o então presidente estadunidense Donald Trump anunciou o estabelecimento de novas estratégias militares tecnológicas para o conflito, sobretudo com o reforço em 4 mil tropas. Com os anúncios do governo dos EUA, um levantamento foi feito por institutos geográficos parceiros da ONU, revelando que há, aproximadamente, 20 grupos terroristas atuantes no Afeganistão, os quais realizaram 30 ataques no ano de 2017 e, no ano seguinte, cerca de 70 atentados que culminaram na morte de 800 civis.

De forma geral, a nação afegã sofre até a contemporaneidade com as ações tomadas durante longos e intensos períodos de regimes autoritários e extremistas por parte de grupos radicais internos e externos. Além disso, também padece com intervenções

internacionais militares, contribuindo para a cruel realidade de incontáveis comunidades assassinadas e/ou refugiadas pelos continentes vizinhos ou inseridas no bloco asiático que buscam melhores condições de vida.

África do Sul

Republic of South Africa

A República da África do Sul está localizada no extremo sul da África e é um dos poucos países do continente africano de economia diversificada, apresentando o IDH de 0,69 de acordo com dados de 2017. A capital da África do Sul, Joanesburgo, tornou-se uma grande problemática para os imigrantes africanos, os quais abandonaram suas famílias após serem atacados e terem seus negócios saqueados. Além disso, com a recente intimidação no último incidente de violência com perfil xenofóbico no país, cerca de 3,7 mil imigrantes procedentes de diferentes países africanos tiveram de abandonar a região a fim de evitar a onda de ataques. No que diz respeito especificamente aos que chegam à África do Sul, nota-se predomínio, principalmente, de malawianos e moçambicanos, com maioria da população nos subúrbios, onde se oferecem para o desempenho de funções sociais que os sul-africanos, habitualmente, se recusam a fazer por conta da presença de um pensamento segregacionista muito enraizado na cultura dessa sociedade.

De acordo com estatísticas da Organização Mundial das Migrações (OIM), cerca de 34% dos imigrantes africanos buscam na África do Sul uma resposta para os seus problemas. Já os 66% restantes dividem-se por destinos diversos, além de se encontrarem no interior do continente e em paragens mais distantes, o que os tornam mais difíceis de se atingir. Por razões econômicas, os africanos que escolhem a África do Sul como destino para tentar resolver os seus problemas de pobreza, por vezes extrema, optam quase sempre por viver nos subúrbios, onde a violência é mais intensa pelo fato de a polícia ter que disputar com grupos de marginais a manutenção da ordem. Em alguns casos, a polícia está mais forte e vence, mas, em outras ocasiões, são esses grupos de marginais que dominam a situação, o que faz com que a violência seja sentida de forma mais vigente. Quando isso sucede, os imigrantes são apontados como “indesejáveis intrusos”.

Ademais, é importante mencionar que o governo sul-africano concedeu um adiamento do prazo para a entrada em vigor de uma nova lei que condiciona fortemente a atribuição de vistos de trabalho e de residência aos cidadãos estrangeiros. Esse aumento do prazo visa dar mais tempo aos imigrantes e aos governos dos seus países de origem para se prepararem, de modo que os que não conseguirem apresentar todos os inúmeros documentos que agora são necessários para a sua legalização tenham que abandonar a África do Sul. Trata-se de uma problemática que coloca em lados opostos os interesses da política e da segurança nacional e, por esse motivo, torna-se extremamente difícil de resolver. Apesar das barreiras anunciadas pelas autoridades sul-africanas, quase diariamente continuam a chegar na região cidadãos africanos em busca de melhores condições de vida, revelando que, em vez de diminuir, apenas aumentam os problemas relacionados com os imigrantes no país sul-africano.

Alemanha

Bundesrepublik Deutschland

A República Federal da Alemanha é considerada uma das maiores potências mundiais, com a 4ª posição do maior PIB e com o 9º melhor IDH. Faz fronteira com nove países, sendo eles a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a França, Luxemburgo, os Países Baixos, a Polônia, a República Tcheca e a Suíça.

Apesar da austeridade alemã e do crescente aumento dos requerentes de asilo em solo alemão, a Alemanha acolheu, somente em 2015, cerca de 800 mil pessoas. O país também deixou de aplicar a Convenção de Dublin para refugiados sírios, uma vez que a chanceler Merkel destacou "o ideal europeu comum", no qual, segundo ela, o continente como um todo tem de se envolver com o problema da crise humanitária na Síria.

Ao rejeitar o pedido do CSNU de limitar o número de refugiados acolhidos, foram registradas diariamente novas 6.870 pessoas que se abrigaram no país. Conseqüentemente, com a entrada maciça de refugiados e a marginalização deles pela sociedade alemã, em 2016 ocorreram muitos ataques diante da estação central de Colônia, incluindo roubos e estupros, dos quais refugiados e migrantes ilegais foram acusados. Governos de muitas cidades dizem estar sobrecarregados, visto que

não têm onde abrigar os refugiados, que chegam a dezenas de milhares de pessoas. Além disso, sistemas de segurança social e os orçamentos regionais vão ter de enfrentar crescentes custos adicionais.

Por outro lado, uma parcela dos que solicitam refúgio na Alemanha tem a oportunidade de participar do Serviço Federal de Voluntários da Alemanha, um programa de voluntariado a nível nacional dirigido pelo governo. Conhecido em alemão como “Bundesfreiwilligendienst”, o programa está aberto para adultos de todas as idades que desejam passar o ano colaborando com suas comunidades, e, por isso, devem trabalhar 20 horas por semana, recebendo uma pequena remuneração pelas atividades desempenhadas.

Além disso, no mês de dezembro de 2016, o Ministério das Famílias da Alemanha abriu um programa para refugiados e solicitantes de refúgio em uma tentativa de enfrentar o desafio de integrar centenas de milhares de recém-chegados. Mais de 1.500 novos habitantes aceitaram a oferta e agora são voluntários do programa.

Ainda sobre as iniciativas alemãs, vale destacar o Programa de Assistência Humanitária da Alemanha, anunciado em março de 2015, no qual os refugiados sírios receberam uma autorização de permanência por dois anos, com possibilidade de prorrogação, caso a situação na Síria permaneça inalterada. O programa prevê até 5 mil vagas para refugiados sírios e é o maior projeto de realocação para as vítimas mais vulneráveis da crise na Síria. Michael Lindenbauer, representante do ACNUR na Alemanha, elogiou o governo alemão pela iniciativa humanitária. “A Alemanha é o primeiro país da Europa a implementar um programa de admissão humanitária de refugiados sírios com necessidades especiais”, observou ele, acrescentando: “O amplo consenso alcançado na política e na sociedade para apoiar esta iniciativa é exemplar.”

Dados recentes do relatório Tendências Globais, do ACNUR, indicam que cerca de 970 mil refugiados residem atualmente na Alemanha, colocando o país como o sexto que mais recebeu refugiados no mundo, atrás da Turquia, do Paquistão, da Uganda, do Líbano e do Irã.

O número de estrangeiros registrados na Alemanha continua crescendo; nunca houve tantos morando no país. Como benefício de tal aumento populacional, tem-se o incremento da mão de obra, que impulsiona o aumento do PIB, visto que a população

economicamente ativa é uma das que mais rapidamente diminui na Europa. Em contrapartida, como desvantagens indicam-se a vulnerabilidade do Estado alemão perante o recebimento de novos grupos e, no geral, os desafios econômicos, sociais, estruturais e relativos aos impasses de alocação e integração dos refugiados.

Angola

Repubilika ya Ngola

A República de Angola, governada atualmente pelo presidente João Lourenço, apresenta o IDH de 0,58 de acordo com dados de 2017, além de ser um país da costa ocidental da África cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo (RDC). Dessa forma, contabilizam-se mais de 30 mil congolezes que procuram refúgio em Angola e que, todos os dias, continuam a chegar nos centros de acolhimento na capital do país, a fim de fugirem de atos de violência, tendo como destino principal a província da Lunda Norte, com a qual RDC partilha uma fronteira terrestre de 770 quilômetros.

Angola é um país abundante em petróleo e atrai muitos congolezes em busca de trabalho, uma vez que, embora a República do Congo possua reservas minerais, o país fora desestabilizado por grupos rebeldes e milícias de países vizinhos, como Uganda e Ruanda. Devido à alta imigração, a capacidade dos centros de acolhimento em Angola está no limite, o que acarreta em falta de comida e de locais para as pessoas dormirem. Nos centros de acolhimento de Mussunge e Cacanda, onde estão alojados provisoriamente milhares de refugiados congolezes, as dificuldades são enormes.

Além disso, a falta de documentação é um dos principais problemas enfrentados pelos refugiados em Angola. Por esse motivo, grande parte das pessoas que buscam abrigo no país não tem acesso aos serviços básicos, como educação e atendimento médico, além de sofrer maus-tratos, conforme declaração do chefe de proteção do ACNUR em Angola, Wellington Carneiro. Em Luanda, os refugiados que fugiram de conflitos armados nos seus países de origem queixam-se dizendo que não se sentem integrados à sociedade de Angola por sofrerem discriminação, apresentando dificuldades para realizar os estudos e para trabalhar, o que faz com que muitas mulheres sejam envolvidas na prostituição.

Diante de tal cenário, pode-se concluir que cerca de 380 mil imigrantes ilegais, a maioria da vizinha RDC, deixaram Angola em menos de um mês, devido à operação Transparência, de luta contra o tráfico de diamantes. A operação permitiu fechar 231 locais destinados ao comércio ilegal de diamantes e apreender 59 armas, fazendo com que muitos congolezes fossem expulsos nas últimas semanas e denunciassesem que foram removidos brutalmente do país angolano.

Arábia Saudita

المملكة العربية السعودية

Intitulada também como Reino da Arábia Saudita, o país é reconhecido na região pelas grandes conquistas financeiras do governo, contabilizando um IDH na escala de 0,84, considerado médio-alto em relação aos dados anuais do último censo de 2016. Não suficiente, é uma nação de inestimável importância, sobretudo para os seguidores da fé islâmica, já que o profeta Maomé iniciou a fundação e sintetização da crença do islã em território saudita, contendo cidades icônicas como Meca e Medina.

Localizado ao centro do Oriente Médio e, principalmente, na interligação do continente asiático com o africano, o país possui grande destaque no processo migratório regional na peregrinação de muçulmanos para as cidades sagradas. Ao mesmo tempo, é interessante observar a rígida posição governamental acerca do recebimento e assentamento de refugiados, de forma que o país seja alvo constante de grandes críticas internacionais.

Em 2018, tornou-se alvo de notícias o campo de tendas providas para auxílio à segurança e à saúde dos peregrinos, com cerca de 100 mil tendas de atendimento distribuídas por um vale de 20 km², com capacidade máxima de 3 milhões de pessoas. Em manifesto, grandes órgãos internacionais, principalmente europeus, alegaram que o serviço oferecido pelo governo saudita poderia abrigar a maior parte do contingente migratório sírio de 4 milhões de refugiados de guerra. Em resposta, o governo foi a público declarando o recebimento de 500 mil sírios no ano de 2011. No entanto, esse bloco não possui a autorização de registro como migrantes, de acordo com organizações não governamentais em prol dos direitos humanos, levantando novamente o embate contra as atitudes políticas acerca da temática nas últimas

décadas, sobretudo por contrariar os próprios princípios básicos do islamismo sobre a proteção e o acolhimento de seus semelhantes.

Argélia

الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

A República Argelina Democrática e Popular, governada atualmente pelo presidente Abdelaziz Bouteflika, tem uma economia assentada, principalmente, na exploração do petróleo e do gás natural, produtos que dominam as exportações, e apresenta um IDH de 0,75 de acordo com os dados de 2017.

Nos últimos 14 meses, o país abandonou mais de 13 mil imigrantes no Deserto do Saara, incluindo mulheres grávidas e crianças, deixando-os sem alimentos ou água e forçando os grupos a andarem sob o sol do deserto, caminhando sob temperaturas de 48°C em média. Segundo a TSF, a expulsão de imigrantes é permitida desde que seja feita nos termos da lei internacional. No entanto, não é o que ocorre na Argélia, visto que o país não recorre às verbas oferecidas pela UE para ajudar a crise migratória, o que faz com que imigrantes expulsos sejam colocados em caminhões e viajem durante horas até chegar a um local conhecido como Ponto Zero.

As expulsões em massa da Argélia se intensificaram desde outubro de 2017, quando a União Europeia aumentou a pressão contra os países do norte da África para que contivessem os migrantes que tentam chegar à Europa atravessando o mar Mediterrâneo ou as cercas que delimitam o território espanhol. Esses migrantes são de partes da África subsaariana, como Mali, Gâmbia, Guiné, Costa do Marfim, Níger, que fogem para a Europa devido à violência em seus países ou à tentativa de ganhar a vida. Segundo o ACNUR, em 2017, a chegada de argelinos à Sardenha aumentou 25%, enquanto a Argélia apareceu na segunda posição como principal país de origem de migrantes que chegam à Espanha, atrás apenas do Marrocos.

A Argélia não dá números das expulsões em exato; todavia, o número de pessoas que cruzam a pé para o Níger vem aumentando constantemente desde que a OIM começou a contá-los, em maio de 2017, quando 135 pessoas foram deixadas no cruzamento, até 2.888 em abril de 2018. Ao todo, segundo a OIM, 11.276 homens, mulheres e crianças sobreviveram à marcha. A jornada de migrantes da Argélia ao Níger é basicamente o oposto do trajeto para o norte que muitos percorrem na África,

esperando encontrar trabalho na Argélia ou na Líbia ou mesmo chegar à Europa. A OIM estimou que, para cada migrante reconhecido que morreu na travessia do Mediterrâneo, cerca de dois morreram no deserto. Sendo assim. Potencialmente, mais de 30 mil vidas foram perdidas desde 2014.

Argentina

República de Argentina

Como parte da América Latina, a Argentina apresenta na atualidade um modelo administrativo republicano federalista com grandes avanços a respeito de sua organização política, financeira e social. Apesar de grandes desafios ainda serem enfrentados, o país tem demonstrado grandes transformações em âmbito internacional, contabilizando um IDH de 0,84, caracterizado como médio-alto.

A respeito do gerenciamento de refugiados no país, a nação argentina fundou a Comissão Nacional para os Refugiados (CONARE), em parceria com o ACNUR, para a administração de gastos e oferecimento de auxílio para pessoas que buscam refúgio na área sul do continente. Para o aprofundamento do programa de inserção e integração social, a coligação dos órgãos obteve grandes resultados nos últimos anos:

1. Atendimento a 121 famílias, incluindo visitas de setores do serviço social;
2. Treinamento de 101 voluntários para o cadastramento e a documentação dos necessitados;
3. Formação de seis bancadas gerenciadoras e uma sede nacional do CONARE.

Tendo em vista as respectivas crises migratórias provindas tanto da nação venezuelana quanto síria, o país tem aberto as portas para grandes massas migratórias de assentamento e oferecimento de auxílio governamental, caracterizando uma das maiores ações tomadas dentro do continente americano, que recebe grandes reconhecimentos internacionais ao redor do mundo. No ano de 2017, a Argentina atingiu seu recorde de recebimento de famílias sírias em seu território, contabilizando o sucesso crescente de suas parcerias humanitárias e internacionais, bem como uma iniciativa a ser disseminada para os demais países com condições de oferecer a oportunidade de um novo recomeço a essas pessoas.

Austrália

Commonwealth of Australia

O país-continente australiano localiza-se na Oceania, entre os oceanos Pacífico e Índico. Possui um IDH muito elevado, aproximado a 0,939, e elenca a 17ª maior economia global.

A Austrália era conhecida no passado como país da sorte, devido à sua forte economia e ao seu desenvolvimento, mas, no quesito refugiados, emprega uma política muito dura aos que tentam ultrapassar as suas fronteiras. Em 2002, cerca de 1,5 mil refugiados do Iraque, do Irã, do Afeganistão, do Sri Lanka e da Turquia foram mandados para duas ilhas do Pacífico, pois a Austrália recusou seus vistos de entrada e negociou com os governos de Papua Nova Guiné e Nauru a aceitarem 500 e mil imigrantes, respectivamente.

O governo australiano construiu os campos de detenção nessas ilhas do Pacífico para abrigar os refugiados temporariamente, ajudando-as financeiramente. No entanto, essa política de detenção conhecida como “offshore” rejeita os procedimentos de refúgio para quem que chega à Austrália pelo mar sem um visto válido. Há quatro anos, mais de 2 mil pessoas continuam definhando em condições inaceitáveis nesses campos, além de famílias serem separadas e sofrerem danos físicos e psicológicos. Algumas pessoas com graves condições de saúde, ou que passaram por experiências traumáticas, incluindo violência sexual, não podem receber apoio de seus familiares que vivem na Austrália.

O país se recusa a receber refugiados vulneráveis e/ou que estão em Nauru e Papua Nova Guiné, dando-lhes a opção de permanecer onde estão ou serem transferidos para o Camboja ou os Estados Unidos. Esses campos controversos, onde se verificam abusos e suicídios, foram declarados ilegais em 2016 pelo Supremo Tribunal da Papua Nova Guiné. Em nota, o procurador Loani Henao, mencionou que a decisão da criação desses campos para os que pedem asilo em solo australiano “não foi do interesse do nosso país, nem em benefício do nosso país, mas de um país estrangeiro”. A maioria dessas pessoas possui estatuto reconhecido de refugiados, mas a Austrália recusa-se acolhê-los.

Bangladesh

A República Popular do Bangladesh é considerada o país mais densamente povoado do mundo, com IDH médio de 0,570. Desde sua existência como estado independente, necessita constantemente de ajuda internacional.

Esse Estado, majoritariamente muçulmano, está rodeado em quase todo seu território pela Índia, com exceção de uma pequena zona fronteira com Myanmar, sendo essa passagem entre os dois países responsável pelo crescente fluxo da minoria Rohingya, que busca refúgio em Bangladesh. Os Rohingyas, desde 1992, não são reconhecidos como refugiados no país, tendo a região sudeste de Cox's Bazar o maior número de recebidos, o que ultrapassa sua lotação máxima e contabiliza entre 200 mil e 500 mil pessoas indocumentadas vivendo em abrigos improvisados.

Apesar de ser um dos países mais pobres atualmente, Bangladesh permitiu que essa população se estabelecesse em seu território. Contudo, tal situação foge de seu controle pela escassez de recursos e pela falta de espaço para o acolhimento desse povo, o que, por sua vez, coloca em risco a vida dos milhares de Rohingyas, já que Bangladesh sofre com enchentes e depende da ajuda humanitária. O país se encontra em estado de emergência, e seus campos de refugiados estão lotados, gerando, assim, uma crescente onda de violência, de abusos sexuais, de tráfico de pessoas, além de uma grande dificuldade de inserir os Rohingyas na sociedade bengalesa, uma vez que esse povo, em sua maioria, está indocumentado e incapaz de obter uma oportunidade de trabalho e acesso à educação. As autoridades bengalesas já tomaram medidas rigorosas contra o afluxo de refugiados, retornando centenas deles de volta para Myanmar. Tal atitude, entretanto, representa uma violação ao princípio de não repulsão, já que as pessoas devolvidas ao país de origem estão expostas a graves violações dos direitos humanos.

Brasil

República Federativa do Brasil

A República Federativa do Brasil, governada atualmente pelo Jair Messias Bolsonaro, apresenta uma economia diversificada, pautada, principalmente, em atividades de agropecuária, indústria e serviços, que são bem atuantes e contribuem para o

crescimento do PIB. O país ocupa a 79ª posição no IDH, apresentando um índice de 0,75 de acordo com dados de 2018.

A política brasileira para o acolhimento de refugiados avançou significativamente nas últimas duas décadas, especialmente após a promulgação do Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997). Essa lei instituiu as normas aplicáveis a essas populações e criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Tal órgão é responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de imigrante, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, da assistência e do apoio jurídico aos refugiados. A lei brasileira é reconhecida como uma das mais avançadas sobre o assunto, tendo servido de modelo para países da região. O Brasil é um país tradicionalmente aberto aos emigrados e projeta uma imagem de nação tolerante no mundo. Por essa razão, tem se tornado um destino de acolhida para vários expatriados que se veem obrigados a deixar seu país. Apesar disso, esses novos habitantes só representam 0,05% da população.

Em um ano, mais que dobrou o número de estrangeiros que têm ou buscam refúgio/proteção no Brasil, segundo relatório divulgado pelo ACNUR. Somando-se os refugiados reconhecidos no Brasil, que são 10.264, mais os que entraram com pedido de refúgio e aguardam decisão, cerca de 85.746, e os estrangeiros que receberam outro tipo de proteção, no caso do Brasil, permissão temporária de residência, o número chegou a 148.645 em 2017, uma alta de 118% em relação ao ano anterior. O aumento é um reflexo do êxodo maciço de cidadãos da Venezuela por causa da crise econômica e humanitária que tomou conta do país nos últimos anos e levou 1,5 milhão de pessoas a deixarem-no. A maioria dos venezuelanos entraram no Brasil pela fronteira dos estados de Roraima e Amazonas. De acordo com a Polícia Federal de Roraima, somente em 2017, mais de 30 mil venezuelanos se deslocaram para a cidade de Boa Vista. No entanto, enquanto a população em geral e o governo aparentam apoiar os venezuelanos, houve incidentes preocupantes de casos de xenofobia no país, como, por exemplo, os ataques ocorridos em meados de agosto de 2018 em Roraima, em que cerca de 1.200 venezuelanos fugiram pela fronteira.

No início do ano de 2019, Bolsonaro tomou a medida de retirar a nação brasileira do Pacto Global pela Imigração da ONU, o qual foi assinado no governo Michel Temer e conta com a participação de mais de 160 países. Tal pacto foi negociado por quase

dois anos e configurava uma resposta internacional à crise que havia atingido diversos países por conta de um fluxo sem precedentes de migrantes e refugiados. A saída do Brasil está pautada no princípio de que “a imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país”, conforme afirmação do atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo.

Burundi

Republika y'u Burundi

No fim dos anos 80, a República de Burundi foi marcada por golpes de estado, e , desde então, sofre com as tensões étnicas. O regime militar na nação terminou em 1993, mas foi iniciada uma violenta guerra civil entre hutus e tutsis, que contaminou a Ruanda, país vizinho onde ocorrerá uma verdadeira tragédia humanitária em forma de genocídio.

A história do Burundi esteve sacudida pela violência étnica, na qual são incluídos dois fatos qualificados como genocídios: o massacre de hutus pelo exército dominado por tutsis em 1972 e o assassinato em massa de tutsis por hutus em 1993. Ambas etnias protagonizaram o genocídio de 1994 na vizinha Ruanda, em que cerca de 800 mil pessoas, segundo dados da ONU, foram assassinadas, a maioria de etnia tutsi. Apesar de um frágil acordo de paz alcançado em 2008, Burundi continua a sofrer com as disputas pelo poder e a tensão entre seus dois maiores grupos étnicos. Recentemente, ativistas e defensores dos direitos humanos burundeses pediram a intervenção da comunidade internacional para evitar que o conflito do Burundi termine semelhante à guerra de Ruanda.

Ademais, deve-se considerar que a maioria da população em Burundi é analfabeta, e a esperança de vida ao nascer é de apenas 48,9 anos. Esses dados fazem com que o país detenha o quarto pior IDH do mundo, segundo ranking divulgado pela ONU. A economia nacional, uma das mais pobres do planeta, baseia-se no cultivo de café, chá e algodão. Por ser a atividade que emprega a maioria da população, a agricultura é responsável por, aproximadamente, 40% do PIB. A atividade industrial se encontra somente na capital, Bujumbura, onde existe um pequeno setor de manufaturas.

A agitação política no Burundi teve uma reviravolta em 2015, depois que o presidente Pierre Nkurunziza anunciou seus planos de concorrer a um terceiro mandato. Os protestos de rua levaram a confrontos violentos, e milhares de pessoas foram forçadas a fugir para países vizinhos em busca de segurança. O país necessita de ajuda externa, com principais auxílios oriundos da Bélgica, da França e da Alemanha. Além disso, a Tanzânia acolhe cerca de 249 mil burundeses, dos quais a maior parte vive em três campos superlotados, e Moçambique está entre as nações que albergam cidadãos do Burundi em pequenos números, o que faz com que essa possa ser a terceira maior situação de refugiados na África.

O ACNUR voltou a expressar preocupação com a instabilidade que faz com que pessoas procurem segurança nos países vizinhos. A agência destaca que os recém-chegados contam acerca de abusos de direitos humanos, do medo de perseguição, além da violência sexual e de gênero.

Canadá

Canada

O Canadá apresenta um IDH de 0,92, considerado alto, e, por isso, ocupa a 12ª posição de acordo com dados de 2017. Além disso, é visto como um líder global no que diz respeito à proteção de refugiados. Nesse âmbito, o país assinou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, bem como outros instrumentos de direitos humanos que protegem esses povos.

A nação canadense foi a primeira a estabelecer diretrizes para considerar as reivindicações de imigrantes e assumiu um papel ativo globalmente no reassentamento deles por meio de programas de patrocínio públicos e privados. Sendo assim, é um país considerado modelo no que se refere a patrocínio privado focado nos refugiados, uma vez que o incentivo desempenha um papel importante na facilitação da integração dos recém-chegados devido ao apoio e ao envolvimento de indivíduos, organizações comunitárias, ONGs, empresas privadas e famílias de refugiados já instalados. Os cidadãos canadenses e os residentes permanentes oferecem oportunidades para que alguns imigrantes encontrem proteção e construam uma nova vida por meio do Programa de Patrocínio Privado de Refugiados (PSR) do Canadá.

Em 2017, a polícia canadense interceptou mais de 20.593 solicitantes de asilo, o que representa um enorme aumento quando comparado aos pouco mais de 2 mil requerentes registrados em 2016. Em parte, essa busca crescente pelo país se explica pelas políticas adotadas pelo presidente americano Donald Trump, que em maio de 2017 anunciou que não iria mais oferecer proteção a haitianos nos Estados Unidos; conseqüentemente, muitos imigrantes vindos do Haiti tiveram que cruzar a fronteira rumo ao Canadá. Ademais, somente nos últimos 15 meses, segundo dados do governo em Ottawa, o país acolheu mais de 40 mil refugiados sírios, que estão recebendo cursos de capacitação e oportunidades de emprego. Ao todo, o Canadá recebe 300 mil imigrantes por ano de 190 países.

Diante desse cenário, no dia 31 de outubro de 2018, o Ministro de Imigração Canadense, Ahmed Hussen, anunciou novas metas de recebimento de imigrantes para todo o Canadá, exceto Quebec, durante os próximos anos. O novo plano se baseia na crescente necessidade de mão de obra qualificada e nas metas de crescimento do país para o mesmo período. Segundo o site oficial do governo, "o plano de (imigração) 2019-2021 renova o prazo de três anos e é projetado para contribuir para um sistema de imigração que fortalece a classe média canadense por meio do crescimento econômico, apoia a diversidade e ajuda a construir comunidades vibrantes, dinâmicas e inclusivas, mantendo a integridade das fronteiras para preservar segurança e proteção dos canadenses". Assim, o governo busca aumentar as metas para novos imigrantes a fim de atender às maiores necessidades dos refugiados e de sua população local.

Chade

جمهورية تشاد

A República do Chade, governada atualmente pelo Idriss Déby, apresenta uma economia pouco desenvolvida e focada na área rural, contendo um dos menores IDH, apontado como 0,404 por dados de 2017. O Chade é o abrigo de cerca de 400 mil refugiados, dos quais 310 mil são de Darfur, região onde o Exército de Libertação do Sudão recrutou cerca de 4.700 imigrantes dos campos de refugiados e escolas chadianas de Treguine e Bredjing. Os rebeldes aliciaram homens e meninos,

principalmente pela força, e espancaram severamente as mulheres e outros espectadores que resistiram.

No Chade, encontram-se outros 75 mil refugiados da República Centro-Africana (RCA) de um total de 538 mil pessoas asiladas em países vizinhos. Durante o segundo semestre de 2017, a situação crítica da nação Centro-Africana se deteriorou seriamente; com o aumento da violência na região, milhares de pessoas passaram a atravessar a fronteira para os países mais próximos. Segundo o ACNUR, cerca de 30 mil novos refugiados chegaram ao sul do Chade, região de Logone Oriental, desde dezembro de 2017. Esses recém-chegados somam aos 77 mil refugiados que fugiram para o país nos anos anteriores.

Os imigrantes do Chade se instalaram espontaneamente nas aldeias próximas à fronteira, atualmente sobrecarregadas por uma precária situação alimentar e necessitadas, urgentemente, de abrigo, alimentação, água potável, serviços de saúde, educação e assistência às crianças. A violência armada e os ataques contra trabalhadores humanitários e agentes de paz provocaram um aumento de 50% no número de deslocados internos no Chade, que já somam 600 mil indivíduos, considerando também os refugiados do Sudão que estão chegando desde 2002. O país recebeu mais 5 mil exilados da Nigéria, reflexo da violência perpetuada pelo Boko Haram. Como consequência dos ataques cometidos no nordeste da nação nigeriana, milhares de pessoas cruzaram a fronteira rumo ao Chade, reunindo-se em um campo de refugiados com membros da comunidade. Segundo estimativas oficiais, cerca de 18 mil imigrantes buscaram se abrigar na região do Lago Chade.

A insegurança no próprio Chade também aumentou desde que a cidade de Ngouboua, cerca de 25 km da fronteira nigeriana, foi atacada, levando milhares de refugiados e residentes locais a buscarem segurança fora do local atingido. Essas pessoas somam 100 mil deslocados internos que vivem em locais improvisados e 5 mil refugiados urbanos que vivem em N'Djamena, a capital do país, sem assistência. Além do alto número de imigrantes inseguros, mais de 40% da população sofre de desnutrição crônica e a maioria das crianças com menos de cinco anos padece de anemia, revelando uma série de problemas a serem resolvidos no país.

China

中华人民共和国

Localizada no Leste da Ásia, a República Popular da China possui a maior extensão territorial do continente e a terceira maior do mundo, além de alcançar um quantitativo demográfico de 1,3 bilhão de pessoas. Mesmo tendo uma importante atuação no cenário econômico internacional, com o segundo maior PIB mundial, é considerada um país emergente, devido ao seu IDH relativamente médio.

Atualmente, há na China programas de auxílio a refugiados para torná-los parte dos vários estudantes estrangeiros que estão matriculados em escolas elementares chinesas. Há cerca de 500 imigrantes e requerentes de asilo vivendo em áreas urbanas na China continental, assim como cerca de 350 mil refugiados vietnamitas que chegaram no final dos anos 70 e agora estão integrados à sociedade chinesa.

O representante do ACNUR, Filippo Grandi, mencionou que "o ACNUR e a China cooperaram por 40 anos. Durante esse período, a China se tornou uma figura importante no cenário internacional". A contribuição do país com os programas de refugiados aumentou significativamente, passando de US\$ 2,8 milhões em 2016 para US\$ 12,5 milhões. Também a Iniciativa Rota da Seda, liderada pela China, abrange mais de 60 países na Ásia, Europa e África, alguns dos quais geram ou hospedam refugiados. Grandi citou ainda que espera "que a China possa investir alguns desses recursos diretamente nos países que abrigam um grande número de refugiados e deslocados."

De acordo com a Anistia Internacional, organização de defesa dos direitos humanos, os chineses, dentre outros povos, estão no topo da lista dos que demonstram maior vontade de acolher imigrantes. 46% das pessoas chinesas disseram estar disponíveis para receber refugiados em sua casa, mas, segundo a Anistia Internacional, "isto não significa que a China tenha recebido muitos refugiados, por isso é tempo de o Governo fazer algo nesse sentido".

Por um lado, Pequim contribui amplamente para os programas do ACNUR; por outro, acolhe uma pequena parcela da população mundial de refugiados. Os expatriados indo-chineses, na sua maioria vietnamitas, são estimados em mais de 300 mil pessoas, instaladas sobretudo nas áreas rurais de seis províncias do sul da China, integradas e com acesso aos mesmos direitos dos demais cidadãos. Entretanto, o mesmo não ocorre com os cidadãos norte-coreanos que se encontram na China. Além

deles, em 2012, por exemplo, a organização não governamental Human Rights Watch denunciou a deportação de milhares de birmaneses da etnia kachin, incluindo crianças, que fugiram da guerra civil e se instalaram na província chinesa de Yunnan. Além problemática apontada, há a polêmica construção dos “campos de reeducação”, assim chamados pelo governo chinês, que se caracterizam como centros de educação e capacitação para indivíduos influenciados pelo extremismo, a fim de “transformar essas pessoas por meio da educação” para “trazer estabilidade e harmonia ao povo e, ao mesmo tempo, lutar contra grupos separatistas étnicos e movimentos terroristas de oposição”. No entanto, há relatos de refugiados nesses centros, chamados pela comunidade internacional de “campos de concentração”, que são separados de suas famílias, sobretudo crianças, para que cresçam em locais onde são ensinados na língua nativa chinesa e forçados a praticar os costumes chineses.

Coreia do Sul

대한민국

Atualmente regida por um modelo republicano presidencialista, a República da Coreia tornou-se um dos maiores destaques mundiais desde o início do século XXI. Os ferozes crescimento e investimento nos setores industriais, além dos grandes avanços tecnológicos, foram os principais pilares para a inserção do país em um grupo seletivo denominado Tigres Asiáticos, conhecido por seu rápido desenvolvimento com qualidade nos setores públicos de serviços. Tais processos foram essenciais para o alto IDH da nação, dentro da casa de 0,9.

A história coreana é permeada de intervenções e invasões por grandes impérios e reinos, processo que se estendeu até o final do século XX, sendo este o apogeu da divisão conhecida na contemporaneidade. Nos anos que se seguiram com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a região foi palco de invasões e ocupações japonesas e chinesas, comprometendo seriamente o estabelecimento de uma administração independente. Com a ascensão da disputa bipolar na Guerra Fria pela influência mundial, a península coreana não esteve isenta das estratégias políticas e militares americanas e soviéticas. A posterior divisão entre os lados Norte (aliado à ex-URSS) e Sul (influenciado pelas políticas estadunidenses) é uma seqüela latente da

conhecida Guerra das Coreias (1950-1953), em que milhares de civis pagaram com sua própria vida pela disputa da hegemonia local. Ao longo dos anos que sucederam à segregação do paralelo 38, tanto a Coreia do Sul quanto a Coreia do Norte passaram a ser administradas de formas e por governos totalmente divergentes, regidos sob armistício e tentativas sucessivas de diálogo diplomático por parte da região capitalista.

Na atualidade, a nação sul-coreana apresenta um processo gradual de abertura cultural e política, estabelecendo relações diplomáticas e financeiras importantes com muitos países. Porém, o recebimento de imigrantes ainda é um tabu muito presente na sociedade em questão; a xenofobia em si é uma característica a ser questionada e levantada pelas demais nações. É notório que o processo de imigração para o país ainda deve ser tratado com maior lentidão e cautela, a fim de não comprometer suas relações sociais internas.

Em abril de 2018, uma série de protestos tomou conta da ilha sul-coreana de Jeju com a chegada de 550 solicitantes de refúgio provindos do Iêmen, país localizado na região central do Oriente Médio. O governo realizou uma pesquisa logo após as reações populares, em que os dados recolhidos dos 600 mil habitantes da ilha foram expressivos: cerca de 90% da população local se sentia incomodada com a presença dos refugiados. Não suficiente, ao longo dos meses que se seguiram, a disseminação de fake news e comentários preconceituosos pela internet foram os principais destaques da problemática. As reações negativas da população, segundo a comunidade internacional e grandes especialistas, já eram “previsível”, uma vez que as atividades estrangeiras, por muitas décadas, foram responsáveis pela destruição da região, bem como pelo fechamento do país ao longo dos anos que sucederam tais ações para a reconstrução e o restabelecimento de sua ordem.

Cuba

República de Cuba

A República de Cuba, governada atualmente pelo Miguel Díaz-Canel, apresenta como principais setores econômicos a agricultura, o turismo e a indústria. Assim, o país cubano aponta um IDH de 0,77 de acordo com dados divulgados de 2018.

Nos três primeiros anos depois da Revolução Cubana de 1959, quase 300 mil cubanos abandonaram a ilha, os quais, na maioria dos casos, estavam vinculados à extinta ditadura de Fulgêncio Batista. Nos anos seguintes, mais precisamente em 1966, os EUA, que desejavam acolher os candidatos à imigração, adotaram a Lei de Ajuste Cubano, que passou a oferecer facilidades de instalação aos refugiados da ilha. Entretanto, em 1980, explodiu uma intensa crise, intitulada Êxodo de Mariel, que fez com que 10 mil pessoas encontrassem refúgio nos jardins da Embaixada do Peru e 125 mil conseguissem desembarcar nos Estados Unidos. Na ocasião, Fidel Castro aproveitou para esvaziar prisões e hospitais psiquiátricos, causando uma série de problemas.

Em 1994, houve novo êxodo, em que cubanos se lançaram ao mar a bordo, no qual se contabilizou um total de 37 mil indivíduos que chegaram aos EUA, considerando que as condições difíceis de viagem também deixaram milhares de mortos e desaparecidos. Diante disso, em 1995, foi instaurada a política de "Pés Secos, Pés Molhados", que permitiu que os migrantes cubanos que chegavam em terra firme americana, ainda que sem nenhum tipo de visto, permanecessem e se beneficiassem de mecanismos eficientes para obter a residência permanente; enquanto os que eram interceptados no mar fossem devolvidos ao seu país. No entanto, essa medida foi suspensa devido ao fato de instituições acreditarem no encorajamento do tráfico ilegal de pessoas, que, por sua vez, coloca em risco a vida dos cidadãos.

Contudo, em 2014, um acordo entre Barack Obama e Raúl Castro foi validado para o restabelecimento das relações entre os EUA e Cuba, a fim de restituir as relações diplomáticas entre os dois países, além de facilitar viagens de americanos a Cuba e autorizações de vendas e exportações de bens e serviços dos EUA para Cuba. Entretanto, o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou em 2017 que irá alterar esse acordo de reaproximação entre Washington e Havana feito por Obama. Assim, algumas das medidas implementadas pela administração anterior devem ser mudadas, tendo maiores restrições para viagens de americanos a Cuba e para negócios com empresas controladas pelas forças armadas cubanas.

No cenário atual, os refugiados de Cuba formam o segundo maior contingente de estrangeiros registrados pelo CONARE, atrás somente dos venezuelanos, superando haitianos e angolanos. Além disso, Cuba tem, de acordo com os últimos dados publicados pela ONU, 13.136 imigrantes, o que representa 0,11% da população do

país. A imigração feminina é superior à masculina, com 7.275 mulheres, o que representa 55,38% de todos os imigrantes, em comparação com os 5.861 imigrantes do sexo masculino, que representam 44,61%. A imigração na Espanha vem principalmente de Cuba, bem como 36,82% na Rússia e cerca de 7,09% no Haiti também. No entanto, durante 18 anos, mais de 5 mil cubanos solicitaram condição de refúgio no Brasil, segundo levantamento do Ministério da Justiça.

Egito

جمهورية مصر العربية

A República Árabe do Egito, governada atualmente por Abdul Fatah Khalil Al-Sisi, possui uma economia baseada no turismo e na extração e exportação de petróleo, bem como apresenta um IDH de 0,69 de acordo com dados de 2015. Além disso, o Egito hospeda refugiados e solicitantes de refúgio de mais de 60 países, incluindo a Etiópia, o Iraque, a Somália, o Sudão do Sul, o Sudão, a República Árabe da Síria e o Iêmen. Em 2017, houve um crescimento no número de pessoas, em particular de sírios, que se aproximaram dos escritórios do ACNUR para registro, evidenciando um aumento de 44% na taxa de imigrantes no primeiro semestre em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Muitos refugiados submetidos a violência e intensa exploração nos seus países de origem, ou durante as suas viagens, adquirirão patologias físicas e/ou psicológicas. Ao chegarem ao Egito, suas primeiras buscas são por sistemas de saúde públicos e/ou auxílio humanitário nos grandes centros urbanos, além de refúgios ou estabelecimento em grandes grupos. No entanto, a divergência entre os idiomas e as administrações nacionais tornam-se obstáculos notórios para tal procura, dificultando a identificação, a localização e o fornecimento do atendimento necessário.

Recentemente, a alta inflação tem impactado negativamente os refugiados e requerentes de asilo, aumentando sua vulnerabilidade e dependência de assistência. A taxa de desemprego no Egito é de 11% da força de trabalho; entretanto, de acordo com a ONU, cerca de 30% da população vive na pobreza, e a chegada de estrangeiros gera grande tensão, principalmente nas áreas mais carentes. O Cairo, capital do Egito, possui uma das maiores populações refugiadas urbanas do mundo, e ela se concentra

justamente nas regiões mais marginalizadas, levando a disputas por recursos com os vizinhos egípcios. Há relatos de conflitos e de racismo no local.

Além disso, o Egito recentemente renovou sua recusa em estabelecer os chamados centros de recepção de migrantes em suas terras, em detrimento de considerações legais. Essa rejeição agravou o problema de migração da União Europeia e reacendeu o debate sobre seu plano de estabelecer campos de refugiados na África e no Oriente Médio, aumentando a pressão sobre seus líderes, que estão correndo contra o tempo para fazer um avanço tangível em conversações relacionadas a migrantes. No entanto, uma lei de combate à imigração irregular entrou em vigor no final de 2016 no Egito, e um tribunal de contravenção por delitos menores condenou 56 acusados a prazos que variavam de 1 a 14 anos em julgamento em massa. Os réus enfrentaram acusações de contrabando relacionadas ao naufrágio de 2016, em um barco na costa de Rashid, na costa do Mediterrâneo, o qual acarretou a morte de 200 migrantes aproximadamente.

Espanha

Reino de España

O Reino da Espanha está localizado na Península Ibérica e inclui, além do território ibérico, as Ilhas Baleares, no Mediterrâneo, as Ilhas Canárias, no Oceano Atlântico, e os enclaves de Ceuta e Melilla, na África. Possui um IDH próximo aos 0,884 e uma das principais economias da Europa. Faz fronteira com Portugal, França, Andorra, Marrocos e Reino Unido, por meio do território ultramarino Gibraltar.

A costa sudoriental da Espanha é banhada amplamente pelo Mar Mediterrâneo, sendo essa passagem utilizada como rota marítima a mais fatal do mundo para refugiados e migrantes que pretendem chegar à Europa. O país se tornou o principal destino dos recém-chegados, recebendo mais de 48 mil pessoas por via marítima, em comparação com cerca de 22 mil que chegaram na Itália e 27 mil na Grécia. Segundo relatórios do ACNUR, em 2017, o governo espanhol testemunhou um aumento de 101% no fluxo de pessoas em comparação ao ano de 2016, que totalizou 28 mil chegadas. Os primeiros meses de 2018 revelaram uma tendência similar, com as chegadas aumentando 13% em relação ao ano passado. Marroquinos e argelinos se

tornaram as duas principais nacionalidades, embora os sírios continuem sendo o maior grupo a atravessar as fronteiras terrestres da Espanha.

Em 2010, foi firmado um acordo de parceria estratégica entre o ACNUR e o governo espanhol, que, por sua vez, reafirma seu compromisso de apoiar, a longo prazo, refugiados e deslocados, além de manter o 11º lugar ocupado em 2009 no ranking de doadores, com uma contribuição de 28 milhões de euros para as operações com refugiados e deslocados internos no Quênia, no Chade, na República Centro-Africana, no Paquistão, na Tindouf-Argélia, no Equador e na Colômbia.

A Espanha abre as suas portas aos imigrantes recebidos, como no caso do navio "Aquarius", que foi acolhido em solo espanhol no porto de Valência e, com isso, salvou 629 refugiados recusados pela Itália e por Malta. De acordo com a Reuters, o gabinete do líder do executivo espanhol mencionou que "é nosso dever ajudar a evitar uma catástrofe humanitária e oferecer um porto seguro para essas pessoas, cumprindo com as obrigações de Direito Internacional", demonstrando assim o chamado "verdadeiro espírito europeu".

Frente à postura forte da Europa contra os refugiados, a Espanha precisa cumprir muitas das suas responsabilidades. Milhares de pessoas, em 17 de junho de 2017, foram às ruas exigindo ao governo espanhol mais comprometimento e ressaltando que "a Espanha está preparada, e os orçamentos também. As ONGs que trabalham na acolhida sabem o que se pode e o que se deve fazer", evidenciando-se, assim, que medidas significativas ainda precisam ser tomadas, já que, a três meses do fim do prazo dado pela UE para que a Espanha receba mais de 17 mil refugiados, o país só cumpriu 7% da meta, recebendo 1.304 pessoas que estavam na Grécia, na Itália, na Turquia e no Líbano.

Na África, em fronteira com o Marrocos, as cidades espanholas de Ceuta e Melilla foram separadas por um muro, a fim de impedir o afluxo crescente de migrantes. O novo governo anunciou a decisão de remover o arame laminado em meados de junho de 2017, apenas uma semana após a posse do presidente socialista Pedro Sánchez, que prometeu manter o nível de segurança, mesmo com "métodos menos cruéis". Os arames cortantes instalados em 2005 nesses muros feriram centenas de refugiados que tentaram ultrapassar as fronteiras, e, segundo organizações de direitos humanos e médicos, já houve casos de migrantes que acabaram morrendo em consequência

dos ferimentos. O arame foi retirado dois anos após sua instalação, mas, em 2013, o governo conservador de Mariano Rajoy voltou a fixá-lo.

Estados Unidos da América

United States Of America

Os Estados Unidos da América (EUA) são reconhecidos por representarem, ao longo de décadas, o maior potencial hegemônico do mundo, sendo administrados por um republicanismo presidencialista de caráter federativo. A nação americana é destaque em grande setores industriais ao redor do mundo, sobretudo com avaliações sociais em patamares elevados, contribuindo para um IDH alto, dentro da casa de 0,92.

De forma geral, o governo norte-americano tem se destacado em grandes manchetes internacionais pelas reviravoltas dentro da Casa Branca nas últimas décadas. As políticas adotadas pelo governo do ex-presidente Barack Obama incluíam um processo de abertura e reconhecimento da imigração como uma das chaves para avanços e conquistas efetivas do processo de globalização. Até os anos finais de seu último mandato, a integração cultural e política representavam um avanço extremamente significativo para a diplomacia global.

Em contraposição às ações de Obama, com as eleições de 2016 e a respectiva posse presidencial do atual governante Donald J. Trump, as estratégias mundiais diplomáticas tomaram um rumo divergente para a administração americana. Desde então, o novo governo tomou partido de uma política de fechamento fronteiro e fim de programas que envolvessem a migração de pessoas advindas, principalmente, do Oriente Médio. De acordo com o presidente, as ações se justificam a partir de um preceito para a segurança pública dos cidadãos americanos, tendo em vista os ataques terroristas intensificados na última década com a ascensão de grupos extremistas de ordem islâmica, entre eles o Estado Islâmico. Paralelamente, o governo iniciou um movimento para o fim da migração ilegal provinda do México, a qual seria responsável pelo aumento gradual das atividades criminosas interamericanas, envolvendo o tráfico de drogas, de armamentos e de pessoas.

Dando continuidade às ações na América do Norte, a base aliada de Donald Trump anunciou em público o projeto de construção de uma barreira física entre os territórios estadunidenses e mexicanos, gerando indignação e, conseqüentemente, ações

populares ao redor do mundo, sobretudo na imprensa. O partido de extrema direita, em apoio ao presidente, tomou novas medidas em 2018 como pressão política para os países opositores na América Central, ameaçando a suspensão de acordos financeiros. Em manifestação, Trump afirmou em entrevistas diversas que “EUA não vão virar campo de refugiados”, em referência aos requisitos de entrada para pessoas oriundas de áreas de guerra no Oriente Médio.

Ao longo das últimas reuniões em que a mesa estadunidense esteve presente, muitas documentações envolvendo o recolhimento e assentamento de refugiados foram ratificadas pelo governo, de forma a zelar e participar do Pacto Migratório da Organização das Nações Unidas a partir de então. Porém, as novas movimentações na Casa Branca trouxeram à tona o questionamento da palavra americana pela UE e pelos demais países do continente asiático. Além disso, no ano de 2018, o ACNUR emitiu um alerta ao governo dos EUA exigindo o respeito às normas estabelecidas pelo Protocolo de 1967 frente ao decreto de limitação do recebimento de pessoas refugiadas em suas fronteiras e aos cortes de orçamento para atendimento de famílias recém-chegadas.

A constante indiferença da nação americana para os acordos previamente realizados nas conferências do ACNUR preocupa as demais nações que necessitam do zelo dos documentos para proteger sua população dispersa pelo mundo. Ainda nessa linha de raciocínio, o governo dos EUA declarou que as políticas atualmente adotadas prometem resgatar a hegemonia do país diante de episódios como o 11 de setembro de 2001, com a série de ataques terroristas que assolaram a nação e deixaram marcas profundas em suas relações internacionais. De fato, a movimentação brusca realizada pela administração norte-americana é uma iniciativa de alta influência para os países do bloco americano, de forma que fortes aliados, como o Brasil, passaram a adotar medidas similares de um controle ainda mais rígido dos processos de entrada e saída de pessoas no país.

As práticas de intervenção americana após grandes episódios internacionais de confrontos ideológicos diretos cessaram por anos, revelando-se novamente com a situação devastadora da nação venezuelana. Com o apogeu dos confrontos executivos no país, milhões de pessoas têm enxergado os Estados Unidos como uma alternativa para a busca de uma melhor qualidade de vida. No entanto, assim como feito com o México e os países insulares da América Central, o processo de migração

tornou-se ainda mais complexo com a série de mudanças realizadas nas legislações norte-americanas para o corte de gastos e a limitação das zonas de atendimento aos refugiados espalhadas pelo território.

De forma geral, grandes analistas do cenário geopolítico mundial apontam os EUA como um dos grandes protagonistas de uma era regida por práticas políticas cada vez mais protecionistas socialmente, fator que pode ser decisivo para as relações diplomáticas entre as demais nações do mundo, comprometendo em sua essência o processo de realocação e assentamento de milhões de refugiados ao redor do globo. Nesse contexto, deve-se observar que, mesmo com as recentes polêmicas envolvendo a negação no processo de entrada de solicitantes no país, em 2017, os EUA lideraram a colocação de países mais requisitados como destino da migração. No entanto, uma declaração oficial do governo estadunidense, em 2018, apontou a redução de 15 mil acolhimentos para o ano de 2019, sendo uma das promessas de campanha cumpridas pelo então presidente Donald Trump.

Como medidas iniciais de 2019, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Pentágono) decretou o envio de tropas militares para a fronteira sul com o México, a fim de reforçar o programa contra os processos de migração ilegal, acrescentando um total de 3.500 soldados para a região de vigilância. As ações contra a ilegalidade, logo no começo do ano, culminaram na paralização dos serviços públicos do país, devido ao impasse travado entre o presidente Donald Trump e a bancada dos democratas no Congresso.

As desavenças entre Trump e o Congresso tiveram origem com a exigência do poder executivo da liberação de US\$5 bilhões para a construção da barreira física na fronteira EUA-México, de forma que os líderes do partido Democrata barrassem a medida na votação final. Em pronunciamento recente, o presidente nomeou a ilegalidade da migração como uma crise humanitária de segurança nacional, mas, de acordo com a maioria simples do Congresso americano, a exigência bilionária é considerada cara, imoral e ineficiente. Como resposta à votação, Trump ameaçou ultrapassar o poder congressista e ordenar a construção como medida de urgência nacional, estreitando ainda mais as tensões políticas entre a Casa Branca e o Congresso.

Diante do exposto, a oposição do governo de Trump o acusa de inflar a problemática envolvendo a nação mexicana, ultrapassando os preceitos da soberania estatal, uma

vez que o muro seria levantado dentro do território mexicano. Além disso, pesquisadores internacionais acreditam na improbabilidade de que a fronteira seja a causa principal dos problemas apontados pelo então representante dos EUA, bem como indicam corredores aéreos e navais como fatores a entrarem em estado de observação ainda maior que a própria fronteira entre EUA e México.

Veja onde Trump pretende construir o muro

Presidente assinou ordem para construir barreira contra imigrantes na fronteira com o México



Infográfico elaborado em: 25/01/2017

Imagem elaborada pela equipe de geografia e estatística do G1 Notícias, ilustrando as áreas em que a barreira divisória entre os EUA e o México seria construída. Percebe-se que o muro em si se encontraria dentro do território mexicano e não na divisa política entre as duas nações, fato que levanta inúmeras críticas internacionais acerca da soberania estatal.

Etiópia

A República Democrática Federal da Etiópia é uma das nações mais antigas do mundo, sendo a segunda mais populosa da África e a décima maior em área. O país contém uma economia baseada, aproximadamente, 80% na agricultura, respondendo por cerca de 90% do PIB total, além de ter um IDH de 0,46 de acordo com dados divulgados em 2017. Ademais, a Etiópia tem uma longa história de acolhimento a refugiados e mantém uma política de asilo de portas abertas, dando acesso humanitário e proteção àqueles que buscam abrigo.

Em 2004, uma Proclamação Nacional de Refugiados foi promulgada com base em convenções internacionais e regionais, das quais a Etiópia é parte, como a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, o Protocolo de 1967 e a Convenção de 1969 da Organização da Unidade Africana (OUA). No entanto, apesar de tais iniciativas, a insegurança contínua nos estados vizinhos têm resultado em movimentos sustentados de refugiados, seja diretamente como resultado de conflitos internos e abusos de direitos humanos ou como resultado de conflitos relacionados à competição por recursos naturais assustadores e à insegurança alimentar ligada diretamente à seca.

Normalmente, a Etiópia oferece proteção aos refugiados de cerca de 19 países. Em janeiro de 2018, o país hospedou cerca de 900 mil migrantes, principalmente dos países vizinhos Sudão do Sul, Eritreia, Sudão e Somália. Além disso, há mais de 1,5 milhões de pessoas na Etiópia internamente deslocadas, fazendo com que a nação etíope se torne a segunda maior anfitriã de refugiados na África. A maioria dessa população fica acomodada em 26 campos de refugiados com serviços e oportunidades limitados e depende em grande parte da assistência humanitária. A Etiópia é um dos primeiros cinco países africanos que participam da Estrutura Abrangente de Resposta a Refugiados (CRRF), um conjunto de compromissos estabelecidos pela Assembleia Geral da ONU em 2016, na Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, destinado a melhorar as formas de proteção às pessoas.

A violência entre as etnias é um fenômeno comum nas regiões do sul da Etiópia. Maiores tensões explodiram em abril, a cerca de 400 km do sul da capital Adis Abeba, nas quais centenas de milhares de pessoas foram obrigadas a fugir de suas casas. Embora os líderes locais encorajassem as pessoas a voltar aos lares depois dos

enfrentamentos iniciais, muitos fugiram devido ao aumento dos combates. A situação continua crítica apesar da intervenção do exército etíope. Diante desse cenário, a população está fugindo ao longo da fronteira entre Gedeo e West Guji, duas regiões no sul da Etiópia. Assim, as condições de vida são preocupantes, pois o grande afluxo de deslocados faz com que os serviços sejam mais carentes e os recursos reduzidos.

França

République Française

A República Francesa limita-se com Itália, Suíça, Alemanha, Luxemburgo, Bélgica, Mônaco, Andorra e Espanha. É considerada um dos países mais populosos do continente europeu, com um IDH muito alto, além de possuir uma economia extremamente desenvolvida, apresentando o sexto maior PIB do planeta.

O país vem recebendo nos últimos anos um grande fluxo de refugiados. Por isso, uma das medidas tomadas pelo governo francês para facilitar o controle desse fluxo ocorreu em maio de 2018, com tropas francesas realocando mais de 1.700 pessoas de um dos maiores campos de refugiados de Paris, conhecido como “Millénaire”, e levando-as a centros de acolhimentos. Essa foi a 35ª operação policial realizada com esse intuito, e o governo defende, segundo o site da “Folha”, que “suas instalações públicas são mais adequadas do que as tendas erguidas nas ruas”. No entanto, há relatos de que, nesses alojamentos do governo, não há camas suficientes, e os indivíduos vivem nas mesmas condições precárias que os outros. Além disso, os migrantes, muitas vezes, não possuem as informações suficientes para o local onde estão sendo deslocados.

A fim de conter a imigração africana, burocratas franceses estendem as fronteiras África adentro para entrevistar solicitantes de asilo, e se a resposta ao pedido for positiva, a pessoa em questão recebe uma passagem de avião ao território francês. Essa medida evita o risco da jornada por meio do deserto e do Mediterrâneo, alternativas vistas para alguns como únicas para chegarem à Europa, mas que põem em risco muitas vidas. No entanto, poucos solicitantes conseguem aprovação, sendo alertados pela delação francesa para não correrem riscos de viagens perigosas e continuarem em seus respectivos países.

Segundo Philippe Dam, da organização de defesa dos direitos humanos “Human Rights Watch”, “a missão francesa é positiva, mas pequena demais e chegou tarde demais”. Um reflexo de tal afirmação é a iniciativa do presidente Emmanuel Macron em estabelecer uma nova lei de imigração, aprovada em agosto de 2018, que procura acelerar a expulsão daqueles que não possuem direito de asilo no país. Segundo dados da Revista Exame, em 2017 mais de 100 mil pessoas solicitaram asilo à França, e outras 85 mil foram rechaçadas na fronteira do país.

O Estado francês está tentando negar aos refugiados e migrantes suas necessidades básicas em vez de criar um ambiente no qual eles sejam recebidos com dignidade e respeito, como seres humanos. A França concordou em acolher 30 mil refugiados, sendo “não mais que isso”, conforme ressaltado por Valls em Munique. Nota-se, além disso, a dificuldade da inserção na sociedade dos muitos refugiados, como a falta de acesso ao mercado de trabalho e a vulnerabilidade a ataques xenofóbicos em várias partes do país, principalmente na região de Calais, no norte da França.

Grécia

Ελληνική Δημοκρατία

A República Helênica ou Grécia está localizada no continente europeu e limita-se com a Turquia, a Albânia, a Bulgária e a Macedônia, além de ser banhada pelo Mar Egeu, pelo Mar Mediterrâneo e pelo Mar Jônico. Possui um IDH muito elevado e seu PIB cresceu 1,4% em 2017.

O governo grego sofre com a chegada de refugiados por vias marítimas. De acordo com informações do ACNUR, a costa grega foi a porta de entrada na UE para mais de 856 mil refugiados e migrantes no ano de 2015. Dados mostraram, ainda, que até 14 de março de 2016, mais de 143.634 pessoas da Turquia haviam viajado para a Grécia. No total, foram 1.000.357 refugiados chegando ao país tanto por mar quanto por terra desde janeiro de 2015, sendo eles, em sua maioria, originários da Síria, do Iraque e do Afeganistão, incluindo um elevado número de famílias com crianças. Esses solicitantes de refúgio enfrentaram longas estadias em ambientes superlotados e condições precárias nas ilhas gregas. Mesmo com a significativa diminuição dos fluxos em 2016, cerca de 50 mil pessoas continuam no país e novos migrantes chegam diariamente. Por essa razão, o governo grego continua a enfrentar grandes

desafios para conduzir a crise de refugiados, especialmente pelo fato de os países da UE não intensificarem seus programas de realocação e reunião familiar.

A ilha grega de Lesbos se tornou o principal ponto de desembarque para milhares de pessoas que viajam em barcos de contrabandistas nas proximidades da costa turca. O chefe do ACNUR António Guterres, em um pronunciamento ao prefeito de Lesbos, Spyros Galinos, e a outras autoridades gregas, salientou que “é surpreendente que em uma pequena ilha seja possível controlar a situação, ao passo que na grande Europa, com meio bilhão de pessoas, eles estão achando tão difícil”. Guterres acrescentou, ainda, que “estamos sempre dizendo que esta crise é administrável, a nível europeu. Mas ela precisa ser muito melhor administrada”. Descrevendo a sua ilha como uma linha de frente, o prefeito Galinos se manifestou alegando que “a principal questão não são os números, mas a falta de uma política europeia para responder à crise.” A Guarda Costeira grega em Lesbos recebe entre 5 e 10 chamadas de socorro por dia, e em seguida sai para resgatar as pessoas em barcos superlotados.

Em 2018, a realidade da Ilha de Lesbos pareceu não ter sofrido mudanças, já que, segundo o porta-voz do ACNUR Charlie Yaxley, “a situação está chegando a um ponto de ebulição no centro de Moria, na ilha de Lesbos”. Mais de 7 mil requerentes de refúgio e migrantes estão amontoados em abrigos construídos para acomodar apenas 2 mil pessoas, além dos níveis de superlotação similares na ilha grega de Samos, onde cerca de 2,7 mil famílias, principalmente sírias e iraquianas, estão hospedadas em uma instalação originalmente projetada para abrigar cerca de 700 pessoas. Sendo assim, já preocupada com a crise e o desemprego de centenas de gregos, a Grécia é uma das afetadas pela chegada desordenada de milhares de migrantes ilegais e/ou refugiados vindos de África e do Médio Oriente, que vivem em condições desumanas nos campos improvisados e prédios abandonados.

Haiti

Repiblik Ayiti

A República do Haiti, governada atualmente pelo presidente Jovenel Moise, apresenta múltiplos problemas internos de caráter social, recebendo diversas ONGs humanitárias que buscam suprir as necessidades básicas da população empobrecida.

Por ser o país mais carente das Américas, apresentando um IDH de 0,48, considerado o mais baixo do continente americano, há diversos problemas de realocação aos refugiados haitianos nos países vizinhos.

A economia haitiana é pouco desenvolvida, sendo o setor primário o principal responsável pela captação de receitas financeiras, e a instabilidade política do país dificulta a entrada de investimentos estrangeiros. Além disso, a nação sofreu vários golpes militares e foi governada por ditadores durante muitos anos, resultando na perseguição a opositores e na morte de muitos habitantes. Tal situação fez com que a ONU intervisse na política nacional e tornasse o Brasil o principal responsável pela pacificação no Haiti.

Ademais, dentre os vários fatores que contribuem para essa situação precária do Haiti, estão a expectativa de vida de apenas 60 anos, os serviços de saneamento ambiental destinados a menos da metade das residências, a vida da maioria dos haitianos abaixo da linha de pobreza, a subnutrição de cerca de 60% dos habitantes, o índice de analfabetismo de 38% e a taxa de mortalidade infantil de 62 para cada mil nascidos vivos. Além de todos esses problemas socioeconômicos, o Haiti, em janeiro de 2010, foi atingido por um terremoto que provocou a morte de mais de 150 mil pessoas. O fenômeno foi tão devastador que muitas áreas vizinhas o também foram impactadas.

A imensa pobreza do Haiti, a infraestrutura deficiente e os edifícios de baixa qualidade contribuíram, diante do terremoto de 2010, para o grande número de mortes e destruição em massa. A assistência humanitária internacional sobrevivente também foi prejudicada pelo imenso dano causado, que dificultou o acesso às pessoas nos primeiros dias. Apesar das enormes promessas de ajuda e apoio, inclusive financeiro, de países vizinhos, muitos não se manifestaram. Entretanto, o dinheiro não é o único problema, sendo igualmente importante a propriedade da terra para o desenvolvimento a longo prazo e, de forma imediata, as necessidades básicas como abrigo, moradia, alimentação e segurança, especialmente por mulheres enfrentarem o aumento de estupro e violência.

Honduras

Honduras

Sendo um dos países com maior representatividade política internacional na América Central, Honduras tem presenciado agitações populares e partidárias desde o final da última década. O país possui seu IDH na casa de 0,6, necessitando de apoio internacional para proteger e assegurar os direitos humanos de seus cidadãos. Seu modelo administrativo consiste em uma república presidencialista, a qual adota o modelo eleitoral comumente conhecido em seus países vizinhos.

O momento político da nação, nos últimos anos, seguia com turbulências, devido a desacordos do então presidente Manuel Zelaya com o pedido da convocação de uma Assembleia Geral Constituinte a fim de reformar determinados tópicos da Carta Magna hondurenha. A partir de declarações do Senado e do Congresso Nacional, a medida fora revogada, mas a insistência presidencial não cedeu facilmente. Logo após os episódios envolvendo os três poderes, houve realização de um plebiscito, incluindo a população na decisão da reforma constitucional, e a medida passou a ser negada também pelos demais políticos do país.

A forte oposição a Zelaya teve como origem os objetivos do presidente com a reforma da Constituição, pautados em mantê-lo no poder ao longo de mais um mandato. Nesse cenário, a instabilidade tornou-se geral, de modo que as coligações partidárias e bancadas com maior representação dentro do Congresso Nacional, bem como o Exército e o Judiciário, viram-se ameaçados pela proposta do presidente. Diante da iminente revolta popular, os demais políticos conseguiram uma justificativa para a deposição de Manuel Zelaya, alegando a verdadeira inconstitucionalidade de sua ação. Frente à evidente insatisfação geral acerca do líder político, as forças armadas se mobilizaram em voz, sobretudo política, depondo e prendendo Zelaya no dia 28 de junho de 2009 e o enviando para o exílio.

A partir dos fatos expostos, as mídias globais transmitiram blocos exclusivos para a veiculação das informações enquanto a ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a UE condenaram o ato como um golpe de estado militar organizado. Ao longo desses episódios, a tensão centro-americana se agravou, principalmente após a suspensão da mesa nacional dentro da OEA até que a democracia hondurenha fosse restabelecida. Em resposta a tais eventos, os países vizinhos El Salvador, Nicarágua e Guatemala sancionaram Honduras financeiramente, enquanto reações do bloco europeu ordenaram a retirada de todas as embaixadas hondurenhas juntamente com a cessão do auxílio financeiro

promovido pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tais fenômenos ocasionaram uma queda brusca no PIB e na qualidade dos serviços públicos (educação e saúde) do país.

Todavia, apesar de todos os fatos apresentados, a crise humanitária de Honduras tem como agravante a declaração do Estado de Sítio por parte dos representantes provisórios, suspendendo oito direitos garantidos à população na Constituição, o que implica a quebra dos direitos humanos defendidos pela nação hondurenha. A partir de então, grandes contingentes populacionais tiveram como área de atração a nação mexicana, dando início a um complexo processo de migração.

Com a chegada dos migrantes hondurenhos na fronteira entre o México e a Guatemala, o governo ordenou ao exército que fechasse as fronteiras, inviabilizando a recepção dessa população devido aos impactos da recente crise de 2008 no país, o que compromete grandes acordos com os EUA. A dispersão não se deu de forma ágil; em vez disso, foram longas as semanas de confronto entre as forças armadas da Guatemala e do México contra a população, que se dividiu entre os que conseguiram provar ou adquirir a cidadania mexicana, os que se contentaram em pedir refúgio às autoridades guatemalenses e os que foram deportados para Honduras.

Dentro do cronograma eleitoral hondurenho, as eleições gerais foram oficializadas, mas, embora tenha retornado ao país, Zelaya não pode se candidatar devido ao fato de o Congresso declarar ilegal tal ato. Com o processo eleitoral encerrado, Porfirio Lobo foi declarado o novo presidente de Honduras. Por essa razão, mesmo com a redemocratização lenta, os países do continente americano afirmaram o retorno do apoio à nação hondurenha, apesar de não reconhecerem a legitimidade do governo lobista em consequência dos índices de assassinato contra jornalistas, ativistas e organizadores de auxílio humanitário apontados por dados internacionais.

Frente a esse cenário, o ACNUR se estabelece em Honduras a fim de proteger, assegurar e realocar as pessoas que são deslocadas pela violência e/ou por perseguições governamentais. Para o cumprimento de suas ações, a organização administra a região a partir de quatro pilares principais:

- Fortalecimento dos marcos legais e institucionais: resposta ao deslocamento forçado, identificação de deportados com necessidades de proteção e reforma da lei de migração e estrangeiros;

- Reforço das redes de proteção e assistência: em acordos com sete parceiros, presta assistência imediata a pessoas deslocadas, deportadas com necessidades de proteção, refugiados e requerentes de asilo;
- Advocacia e informação de gestão: grupo de proteção com a participação de 17 organizações e nove agências das Nações Unidas System (UNS) em Tegucigalpa e San Pedro Sula, apoiando a Secretaria de Direitos Humanos e o Instituto Nacional Estatística no desenvolvimento da atualização da caracterização do deslocamento forçado;
- Fortalecimento da comunidade: Trabalho direto com crianças e jovens, mulheres e grupos de proteção especial no fortalecimento dos mecanismos comunitários de proteção para a prevenção do deslocamento forçado. Com as ações do comitê exclusivo para os refugiados globais, foi oferecida assistência de qualidade a um total de 177.213 cidadãos hondurenhos com presença direta em cerca de 54 comunidades.

Hungria

Magyarország

A nação húngara, umas das mais antigas regiões europeias a se unificar historicamente, faz parte do grande bloco União Europeia desde o dia 01 de maio de 2004. O país possui um modelo administrativo republicano parlamentarista e apresenta um IDH na casa de 0,8, valor de qualidade analisando os serviços públicos do país, como a educação. A Hungria possui uma relação intrínseca com os demais membros do bloco, estabelecendo fortes parcerias financeiras e favorecendo seu atual parâmetro econômico e político.

Tendo em vista as políticas adotadas pelos países europeus, caracterizadas pelo repúdio aos refugiados oriundos da África e da Ásia, sobretudo do Oriente Médio, o governo húngaro segue a mesma linha de ações, isto é, o fechamento de fronteiras e o crescente número de restrições para a entrada no país. Dessa forma, grandes contingentes de refugiados são direcionados para rotas alternativas com destino à Sérvia e à Romênia. Em contrapartida, evidencia-se a participação da Hungria nos fundos monetários destinados à programas de reassentamento de pessoas necessitadas, principalmente que recebem auxílio humanitário de ONGs ou do próprio ACNUR.

Mesmo com as iniciativas positivas tomadas pelo governo e/ou aprovadas por ele nas reuniões anteriores do comitê, no dia destinado à reflexão acerca dos refugiados, 20 de junho de 2018, o governo húngaro aprovou um código legislativo que declara crime nacional a ajuda a imigrantes ilegais. Não obstante, é característica do atual governo as retrações em pautas acerca das imigrações para a nação, estabelecendo rígidos controles militares fronteiriços. Além disso, a própria população húngara se mostra contra o acolhimento governamental de imigrantes ilegais e/ou propriamente refugiados. Para maior parâmetro de análise, 342 pessoas se registraram requerendo alojamento no país; porém, apenas 279 receberam resposta positiva, sendo os demais deportados ao país de origem ou alojados em campos de ação do ACNUR em outros países europeus.

lêmen

الجمهورية اليمنية

O Estado lemenita é atualmente regido por um governo provisório caracterizado por fortes oposições de caráter extremista, fato que culminou em um conflito político-religioso devastador, levando milhões de cidadãos a deixarem o país e se direcionarem para as regiões vizinhas, como o chifre africano e o centro-norte da península arábica. De forma geral, é possível apontar a bipolaridade latente no país da seguinte forma: de um lado forças oficiais do governo de Abd-Rabbu Mansour Hadi, apoiadas por uma coalizão sunita liderada pela Arábia Saudita, do outro milícia rebelde huti, de xiitas, apoiada pelo Irã, de acordo com as subordinações do governante.

O atual conflito possui fortes ligações com a frustrante transgressão política no país, sobretudo após a Primavera Árabe, em 2011, processo que acarretou a destituição de Abd-Rabbu Mansour Hadi após 33 anos de liderança na política. Ao longo do seu governo, a região foi alvo de intensos ataques terroristas promovidos por grupos extremistas, como, por exemplo, a Al-Qaeda. Com ações governamentais centradas em proteger o país de ameaças terroristas, o movimento huti cresce exponencialmente, principalmente pela insatisfação popular diante do parâmetro administrativo nacional, levando a população a se unir contra o governo.

Todos os episódios supracitados estão relacionados com a invasão da capital do país (Sanaa), em 2014, em que vias rodoviárias foram bloqueadas e controladas pela agitação dos cidadãos. Tal evento desencadeou também, no ano seguinte, uma nova ação contra o então governador, na qual os hutis cercaram o palácio presidencial e deixaram Hadi em prisão domiciliar. A partir dessa suposta derrota, o movimento huti tentou passar a tomar controle de toda a nação iemenita, ocasionando a saída de Hadi do país. Diante disso, as reações internacionais logo se iniciaram, e uma coalizão militar liderada pela Arábia Saudita e outras oito nações árabes, com auxílio de inteligência tecnológica estadunidense, britânica e francesa, iniciaram ataques aéreos nas regiões de foco administrativo do grupo huti, a fim de restaurar a soberania governamental de Hadi.

Desde os últimos episódios na região, a ONU tentou por três vezes negociar tratados de paz entre as duas frentes conflituosas, mas não teve sucesso, o que caracterizou o decreto oficial como a crise humanitária mais grave da história. Desde então, os conflitos entre os opositores não cessaram, e, por essa razão, atualmente milhões de civis vivem em condições degradantes sem qualquer acesso à educação, à saúde e à segurança, além de não conseguirem sair do país devido às ações internacionais e militares do governo mesmo em estado crítico.

De acordo com a ONU, dentre os 20 milhões de civis em estado de emergência, 11 milhões são crianças que necessitam de auxílio humanitário imediatamente. Ademais, desses números, 7 milhões caracterizam a faixa vermelha de dados sobre a fome, sendo 400 mil crianças sofrendo de desnutrição. Não obstante, o país passa por uma das maiores crises de cólera já analisadas mundialmente.

Por fim, é importante considerar também a concentração de ações internacionais sobre o Estado iemenita, devido a sua localização estratégica no Mar Vermelho. Tal localização representa o portal de entrada e saída de navios petroleiros advindos do Oceano Índico e do Mar Mediterrâneo, caracterizando uma região latente de estratégias militares regionais e/ou globais.

Índia

भारत गणराज्य

Localizada na Ásia Meridional, a República da Índia é regida administrativamente pelo modelo republicano parlamentarista, sendo o 2º país mais populoso no mundo.

Tendo em vista os recentes episódios envolvendo a fronteira leste com Myanmar e Bangladesh, o governo indiano tem adotado medidas militares a fim de reforçar as divisas, uma vez que o terrorismo de estado que assola o povo Rohingya tem se aproximado cada vez mais dos domínios indianos, comprometendo as condições de segurança de cidades e vilas próximas. A atual polêmica possui raízes na falta de aceitação e reconhecimento do governo de Myanmar e Bangladesh para com o povo Rohingya. Há décadas, ambos os governos tomam frentes militares como solução para a expulsão dessa população do sudeste asiático. De acordo com os dados disponibilizados pela ONU, entre 2017 e 2018, mais de 400 mil civis Rohingya deixaram Myanmar e, entre eles, 389 mil tentaram cruzar a fronteira para Bangladesh.

Diante das agitações populares-militares que defendem internacionalmente que a população Rohingya seja reconhecida como cidadã de direito e que o genocídio seja condenado pelas demais nações, é notório um comportamento isolacionista por parte do governo da Índia, fechando fronteiras com Bangladesh e Myanmar para conter a imigração ilegal em seu território. Perante as demais nações asiáticas, o país indiano busca manter um controle intenso de suas fronteiras, não só por sua grande densidade demográfica, mas também pela insuficiência de serviços que seriam oferecidos aos imigrantes. Outra medida relevante, adotada a fim de estabelecer uma administração mais ampla sob a população, foi o decreto do governo instaurado recentemente de que os cidadãos ali residentes provem sua estadia com data referência de permanência pré-1971. Tal decreto vigora e atinge em cheio a região norte da nação, uma vez que grandes contingentes muçulmanos provindos da imigração ali se estabelecem, levando-os a não serem considerados cidadãos de direito por parte do governo da Índia.

Irã

جمهوری اسلامی ایران

O Estado iraniano é localizado na porção oeste do continente asiático, fazendo parte do grupo dos países denominado parte do Oriente Médio. Atualmente, o país é administrado por meio de um modelo republicano e islâmico, de forma que a religião,

majoritariamente muçulmana, exerce influência direta nas relações sociais e políticas, tanto internas quanto externas.

De acordo com relatórios recentes, o ACNUR efetivou uma declaração que exhibe a intensa participação do Irã na realidade dos refugiados regionais, sobretudo afegãos, em 2017. Nos últimos 40 anos, houve acolhimento de um milhão de imigrantes por ano e de dois milhões ilegalmente, principalmente devido à deflagração da guerra civil síria. Entre as principais providências tomadas pelo governo iraniano, destaca-se o pilar de segurança social, uma vez que as grandes massas migratórias se originam de regiões em guerra e/ou perseguem determinados grupos.

Mesmo com a ativa participação, o Irã é acusado internacionalmente por programas de alistamento forçado dos recém-chegados, a fim de integrá-los ao grupo militar do país que possui relações diplomáticas estremecidas com demais nações do Oriente Médio. Além disso, as pessoas refugiadas são submetidas a condições de trabalho degradantes, sendo isentas de uma legislação eficiente que cobre uma postura de maior qualidade do governo em relação a essa população. É importante considerar, ainda, nesse cenário, as intensas restrições que migrantes afegãos são condicionados para poder exercer qualquer emprego legal no país. Ademais, as grandes lideranças globais apontam a fronteira iraniana e afegã como um aglomerado vulnerável para os refugiados, que não possuem acesso a saúde, educação e/ou segurança pública (mesmo com as providências nacionais), estando suscetíveis a ataques terroristas governamentais e/ou extremistas de grupos islâmicos.

Iraque

كۆمارى عێراق & جمهوريَّة العراق

O Estado iraquiano, na contemporaneidade, é regido por um modelo político republicano islâmico, sendo parte do contingente geográfico denominado Oriente Médio.

De forma geral, a nação do Iraque nas últimas três décadas foi palco de intensos conflitos governamentais, étnicos e religiosos, destacando-se a Guerra do Iraque, em 2003. A tensão política na região já estava firmada há anos, sobretudo pela insatisfação popular e pelo descontentamento internacional com o regime de Saddam Hussein, então representante político. Naquele ano, a Companhia de Inteligência

Americana (CIA) afirmou internacionalmente a suspeita de que o Iraque estaria desenvolvendo poderio de armas químicas para usufruto futuro, e que o então governante teria relações diretas com o grupo islâmico extremista Al-Qaeda. Entretanto, apesar do estado de atenção global, não houve reações políticas sobre a acusação. Semanas mais tarde, uma coalizão militar internacional liderada pelos EUA e pela Inglaterra, em parceria com Austrália, Dinamarca e Polônia, invadiu o território do Iraque para averiguar as acusações. O conflito militar sobredito se estendeu até meados de 2011, com a saída das últimas tropas americanas.

Apesar da tentativa de redemocratização do Iraque, as guerras civis entre xiitas e sunitas foram inevitáveis, bem como as operações terroristas da Al-Qaeda. O ápice dos conflitos entre as subdivisões muçulmanas se deu em 2014, com cerca de 12.282 civis mortos, aproximadamente. As principais zonas de combate ocorreram em áreas urbanas residenciais, iniciando um processo migratório conturbado na região, aliado à instabilidade política desde as invasões no país. Não suficiente, a corporação Estado Islâmico passou a controlar um terço dos domínios iraquianos, enfrentando a insurgência sunita, bem como o exército governamental e as tropas xiitas.

Desde 2014, segundo a ONU, mais de 3 milhões de iraquianos foram obrigados a deixar suas casas e a sair do país devido às crescentes ondas de violência estatal e não estatal. Desse mesmo número, cerca de 1,5 milhão de imigrantes se direcionaram ao Curdistão iraquiano, em que, a cada quatro migrantes, um é refugiado ou deslocado interno. Porém, mesmo com essa alternativa, as administrações e lideranças locais estão beirando o colapso pelas más condições básicas regionais. O ACNUR se estabelece hoje em regiões mais afastadas dos conflitos, com tendas e profissionais, principalmente da saúde, oferecendo auxílio médico, suprimentos e colchões; no entanto, conforme a instabilidade se estende, os recursos começam a esgotar, levando a organização a recorrer a doações e parcerias com ONGs.

Israel

מְדִינַת יִשְׂרָאֵל

Oficialmente tratado como Estado Judaico de Israel, a unidade administrativa foi fundada pela ONU em 1947, após a Segunda Guerra Mundial, como uma de suas primeiras medidas. Atualmente, a região é definida como um Estado desenvolvido,

possuindo um IDH alto, cerca de 0,9 nas últimas atualizações. Desde sua fundação, o Estado israelense é alvo de críticas históricas, governamentais e sociais, devido ao impasse étnico-religioso e político com os palestinos há séculos. É de extrema relevância destacar o foco internacional sobre os israelenses, sobretudo dos EUA, que o auxiliam, desde a criação, com questões financeiras e articulações políticas, visando a manter indiretamente a presença americana no Oriente Médio.

Localizando-se em uma região marcada por conflitos diversos, o país é uma zona de atração para refugiados de guerra e minorias perseguidas por governos ditatoriais extremistas, especialmente a população síria. Mesmo com a promoção de assistência aos refugiados, Israel promove ações de cunho terrorista contra o povo de origem palestina, os quais reivindicam o reconhecimento de sua própria unidade territorial desde a criação do Estado Judeu. A cada ano, o espaço delimitado para os palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia se minimizam, tornando a qualidade de vida um fator complexo em meio à densidade demográfica das duas regiões. Ambos os povos reivindicam o reconhecimento de Jerusalém como sua cidade sagrada, de forma que obtenham domínio político por tal. Em paralelo, para conter o crescimento da população palestina, os israelenses promovem atentados e processos de exclusão social, a fim de garantir sua soberania regional. De forma análoga, as regiões ocupadas pelos palestinos se tornam alvos de ações terroristas também por parte de grupos islâmicos extremistas que não concordam com a soberania estatal judaica ou com a soberania estatal palestina.

Mesmo localizando-se em uma região de intensas disparidades sociais e políticas, o Estado israelense perpetua uma política de não intervenção nos conflitos vizinhos, como ocorre com a guerra civil síria. Nesse caso, Israel apenas promove, como ato humanitário, o reassentamento legal de cidadãos necessitados que se localizam no sul da área síria.

Itália

Repubblica Italiana

Oficialmente, a Itália é regida por um modelo republicano parlamentarista, declaradamente participante da União Europeia desde o dia 01 de janeiro de 1958.

Localizado na região sul do continente europeu com acesso aberto ao Mar Mediterrâneo, o território italiano foi alvo nas últimas décadas de intensas atividades migratórias, sobretudo de contingentes populacionais provindos do norte africano e Oriente Médio que desembarcam, principalmente, na ilha da Sicília e se direcionam à região continental, a fim de recomeçar uma nova vida com qualidade e novas oportunidades.

A partir das novas concepções políticas da UE e da própria Itália na última década, iniciou-se um projeto de fechamento das fronteiras e de exclusão dos imigrantes ilegais, oriundos de grandes balsas no mediterrâneo. De acordo com declarações ratificadas nos últimos dois anos, o auxílio direto a pessoas em situações de risco na ilegalidade tem diminuído exponencialmente; as novas legislações e projetos fazem parte da nova movimentação internacional impulsionada pelo bloco europeu, a fim de barrar auxílios e acolhimentos ilegais no território em vigor.

Os partidos de extrema-direita no país tomaram a voz popular desde as eleições gerais, adotando as práticas de “tolerância zero”. A partir de depoimentos das lideranças europeias, o Estado italiano estaria abandonado e sendo caracterizado como um “campo de refugiados europeu”, exigindo medidas imediatas do governo e dos demais integrantes para conter o fluxo migratório ilegal. Com base nisso, o primeiro-ministro italiano Salvini afirmou em entrevista que “ou a Europa nos dá uma mão para tornar nosso país seguro, ou escolhemos outros métodos”.

Constantemente, o país defende a redistribuição dos imigrantes ilegais para os demais participantes da UE nas reuniões do conselho. Todavia, as nações demonstram um forte desacordo com a proposta, principalmente devido aos fenômenos de superlotação e à alta densidade demográfica própria dos países, que alegam a impossibilidade de fornecer serviços aos necessitados. Rebatendo a ideia italiana, os demais participantes do Conselho Europeu propuseram um aumento considerável no financiamento humanitário para a ONU em parceria com o ACNUR. Entretanto, após processos internos de avaliação de cada país para o consenso, de acordo com os últimos estudos da ONU, as nações alvo dos investimentos seriam Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia, países em estado de emergência internacionalmente.

Japão

日本国

Do ponto de vista internacional, a nação japonesa se enquadra no ranking das maiores potências econômicas do mundo, sobressaindo-se, principalmente, no continente asiático, em que confronta diretamente o intenso comércio chinês. Como um grande polo tecnológico, é destaque nas regiões de atração para refugiados provindos do extremo oriente, desde a península coreana até os domínios do sudeste continental e/ou insular. Atualmente, o país possui um dos maiores IDHs do mundo, na casa de 0,9, sendo administrado por um modelo monarquista constitucional unitário.

Historicamente, os japoneses foram regidos por grandes dinastias e impérios de caráter expansionista, com episódios marcantes de colonização e ocupação territorial, como o caso da região coreana e chinesa. De forma paralela, no final do século XX, grandes contingentes populacionais provindos do Japão se direcionaram a outros continentes, como a América do Sul, participando da mesclagem e diversificação cultural de outros povos. A partir dessa perspectiva, é possível apontar o Japão como o primeiro país asiático a ingressar nos programas de auxílio a refugiados, sobretudo reassentamentos, no ano de 2010, em parceria com a ONU.

Até a atualidade, a nação japonesa é alvo de milhares de pedidos de auxílio recorrentes da ajuda humanitária internacional por parte de ONGs. Todavia, apenas no ano de 2016, o país analisou o requisito de famílias originárias da Tailândia e de Myanmar e aprovou a imigração de 28 refugiados dentro de um grupo de, aproximadamente, 11 mil pessoas. Nesse contexto, é possível observar que, mesmo com as dificuldades do auxílio direto (moradia, saúde, educação e proteção), o Japão se encontra em um lento processo de abertura às diretrizes internacionais acerca da situação de milhões de refugiados, sobretudo oriundos do continente asiático, passando a realizar reuniões de forma mais ativa e com maior voz dentro do ACNUR e da própria ONU.

Jordânia

المملكة الأردنية الهاشمية

Localizado na região noroeste do Crescente Fértil, o Reino Haxemita da Jordânia possui um regime monárquico constitucional, sendo enquadrado como um dos

maiores IDHs do Oriente Médio, escalado em 0,75 no último dado de 2016. Além disso, deve-se considerar que, devido à área de intersecção entre a Ásia, a Europa e a África, a região é alvo de intensos fluxos migratórios legais e ilegais, sobretudo de civis sírios, evidenciando um dos principais pilares que retardam o crescimento econômico da região.

No ano de 2018, o governo jordaniano decretou a barragem de imigrantes provindos da Síria, uma vez que já abriga cerca de 2,7 milhões de refugiados, sendo 1,3 milhão sírio. Com a superlotação local, há o comprometimento das ações financeiras e sociais da união, de forma que os serviços fornecidos pelo governo não atinjam e/ou supram as necessidades de todos. Diante dessa problemática, os órgãos financeiros estatais relataram um aumento exponencial da dívida externa, causado, principalmente, pelo investimento exacerbado nos pilares sociais fundamentais para o atendimento de toda a população. De acordo com o poder executivo, as fronteiras permanecerão fechadas e controladas pelas forças armadas, a fim de que possam reorganizar as estratégias monetárias e a diplomacia internacional com as nações vizinhas. De forma geral, são notáveis os grandes esforços provindos do governo da Jordânia em relação à crise humanitária; porém, o intenso contingente migratório que procura auxílio e proteção torna-se anualmente uma marca de deterioração da ordem e do equilíbrio da própria sociedade.

México

Estados Unidos Mexicanos

De maneira geral, entre os países latino-americanos, o México está presente em diversos ramos financeiros e geopolíticos. Atualmente, a ordem econômica do país se encontra entre as maiores das nações latinas e participantes de blocos monetários de grande importância, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que envolve a superpotência estadunidense e a nação canadense. Mesmo com um IDH de caráter médio-alto, na casa de 0,76, o Estado mexicano na atualidade é alvo constante de críticas e ações intergovernamentais, sobretudo provindas dos EUA.

A grande instabilidade diplomática entre México e EUA é ocasionada pela imigração ilegal de mexicanos em solo estadunidense anualmente, fato que compromete não só o diálogo internacional, mas também acordos financeiros, sendo de importante

ressalva a intensa relação comercial entre ambos há décadas. Se, por um lado, há os EUA, maior potência capitalista do mundo, com os maiores índices de empregabilidade, qualidade de vida, saúde, educação e segurança, por outro, há o México, nação em estado de desenvolvimento interno, com intensa desigualdade social, política e econômica entre a população. Sendo assim, é notório o estabelecimento dos conceitos de “zona de atração” (EUA) e “zona de repulsão” (México), sendo que tal relação é intensificada a partir de problemas afluentes da desigualdade e corrupção, como o tráfico internacional, de pessoas, de drogas ilícitas e lícitas, de armamentos, etc.

Autores e geógrafos do mundo todo apontam a região mexicana como um dos maiores exemplos da desigualdade, retornando a antigos conceitos que caíram em desuso, como, por exemplo, primeiro e terceiro mundo. Por essa razão, a imigração para os Estados Unidos, seja legal ou ilegal, é vista como solução na busca de uma maior qualidade de vida por parte dos estratos menos favorecidos da sociedade mexicana.

A polêmica envolvendo as fronteiras entre os membros do NAFTA se intensificou em 2016, com as eleições para presidência dos EUA e a campanha do republicano Donald J. Trump para a barragem dos migrantes mundiais, principalmente os que se encontram na ilegalidade, visando a fortalecer os vínculos sociais internos do país e maior crescimento/gerenciamento financeiro para os próximos anos, além de assegurar a soberania americana globalmente. Ao mesmo tempo, as agitações representativas e populares no México se agravaram com grandes protestos e manifestações públicas, até mesmo em redes e sites de notícia na internet. No mesmo ano, o presidente americano eleito se pronunciou afirmando a criação de uma barreira física que dividisse definitivamente os dois países, sendo fiscalizada e intensamente protegida pelas forças armadas com auxílio da tecnologia disponível no país. De imediato, milhares de pessoas ao redor do mundo manifestaram insatisfação com a medida apresentada e o possível estreitamento das relações políticas entre os dois países. Até o presente momento, a base de Donald Trump se mostra irreduzível quanto à construção da grande muralha divisória, de forma que ainda seja uma das manifestações mais marcantes de seu mandato e possivelmente uma das maiores ações tomadas ao final da década.

Em consequência da situação instável após a posse do republicano, o governo mexicano se mostrou contrário e questionou às representatividades americanas se tal

ação seria de fato efetiva para solucionar a ilegalidade migratória. Além disso, a nação mexicana manifestou seu empenho em não permitir que os EUA ultrapassem a soberania estatal e iniciem a construção da barreira sem autorização diplomática por meio de reuniões e/ou acordos com os superiores executivos do México.

Myanmar

ပြည်ထောင်စု သမ္မတ မြန်မာနိုင်ငံတော်

Situado no sudeste asiático, Myanmar, antiga Birmânia, é um país que faz fronteira com China, Laos, Tailândia, Bangladesh e Índia. Seu IDH é considerado baixo, próximo aos 0,451, e sua economia vem apresentando crescimento significativo nos últimos anos.

Com um histórico nacionalista e violento devido ao período de governo militar, Myanmar enfrenta diversos problemas em âmbitos sociais, políticos, religiosos e étnicos. A forte repressão do Estado causou no êxodo de milhares de cidadãos da etnia Rohingya atualmente. Desde 1948, quando o país se tornou independente, os Rohingya têm sido vítimas de tortura, negligência e forte repressão, caracterizando-os como uma das minorias mais perseguidas do mundo. As maiores ondas de violência contra essa etnia ocorreram entre os anos de 1978 e 1992, em que aproximadamente 450 mil pessoas fugiram do país, e nos anos de 2012, 2016 e 2017.

Em 2016, ocorreu um ataque contra postos policiais por parte do grupo armado ARSA, devido à forte repressão dos militares de Myanmar. No entanto, após esse episódio, a investida contra essa minoria aumentou drasticamente, já que o governo classifica esse grupo como terrorista. Segundo dados da "Human Rights Watch", foram destruídos 362 vilarejos Rohingya, além de mortos 6.700 indivíduos em razão da onda de violência no estado de Rakhine, onde se concentra a maior parte dessa etnia. Tais episódios demonstraram que a perseguição não foi focada apenas nos integrantes do grupo armado ARSA, mas sim na minoria Rohingya como um todo, evidenciando o caráter de limpeza étnica.

Atualmente, a vencedora do Nobel e ministra das Relações Exteriores de Myanmar, Aung San Suu Kyi, recebe críticas da comunidade internacional por, apesar de ter lutado pela liberdade e igualdade de direitos, manter-se calada diante da perseguição que a minoria muçulmana está vivenciando em seu país.

Os Rohingya, minoria étnica muçulmana em um país majoritariamente budista, apenas exige ao estado de Myanmar o reconhecimento como cidadãos e os mesmos direitos do restante da população. Todavia, o governo birmanês nega conceder cidadania a essa parcela, já que afirma que são imigrantes ilegais vindos de Bangladesh. Por essa razão, os Rohingya têm acesso limitado a serviços básicos e oportunidades de subsistência, sendo tratados como meros estrangeiros ainda que residam no país durante décadas. As consequências dessa perseguição ficam a cargo dos países vizinhos, como Bangladesh, o mais afetado pelo êxodo de refugiados.

Países Baixos

Nederlands

O Reino dos Países Baixos, ou Holanda, localiza-se na Europa setentrional que faz fronteira com a Bélgica e com a Alemanha, sendo banhada pelo Mar do Norte, uma extensão do Oceano Atlântico. Possui um IDH muito alto, próximo aos 0,921, e é considerado a sexta maior potência econômica da Europa.

Em 2014, o governo holandês concedeu o estatuto de refugiado a 84.494 pessoas. Em 2015, foram 58.800 pedidos de asilo, segundo dados oficiais do governo. Cada vez mais, o número de imigrantes aumenta, e, por conta disso, vários presídios holandeses que estavam em desuso foram transformados em abrigos para pessoas que buscam asilo no país. Apesar de os refugiados estarem em celas, eles se sentem felizes por estar em segurança e com mantimentos.

O rei Guilherme Alexandre declarou que a partir de 2017 os refugiados que chegarem à Holanda terão de assinar uma declaração na qual se comprometem a “respeitar as normas e os valores da sociedade holandesa, em especial os princípios democráticos da separação entre Igreja e Estado, e as liberdades de credo e de expressão”, e completou que “não se pede a ninguém que renuncie à sua cultura e às suas origens, mas as regras estabelecidas são invioláveis, e a intimidação e a violência terão resposta firme”.

Com objetivo de reconhecer e combater a entrada de criminosos de guerra no país, o IND (Immigratie-en naturalisatiedienst), serviço holandês de imigração e naturalização, investiga estruturalmente os crimes de guerra em áreas de conflito e

mantém um olhar atento sobre quem entra na Holanda, já que, segundo a equipe responsável por esse serviço, “o asilo é para as vítimas, não para os infratores”.

Apesar de deixar claro que, perante a lei no seu país, homens e mulheres são iguais e não há discriminação, a nação registra casos de xenofobia com os refugiados e imigrantes. Alguns indivíduos mais vulneráveis que vivem em campos na Turquia foram rejeitados pelos Países Baixos porque têm visões que não se encaixam com os valores holandeses, como a igualdade entre homens e mulheres. A polícia e o serviço de imigração IND avaliam os candidatos, e cerca de um em cada cinco não passa por esse procedimento de investigação.

Palestina

فلسطين

Oficialmente como Estado de Jure da Palestina, o país é formado pela junção territorial da Faixa de Gaza e Cisjordânia, tendo como unidade administrativa central a cidade de Ramallah. Na realidade, a história palestina é um longo processo histórico de intervenções externas e lutas sociais e políticas de reivindicação de suas áreas oficiais, as quais hoje correspondem ao Estado de Israel, criado pela ONU em 1948, após a Segunda Guerra Mundial.

Com a criação do Estado israelense, ocupando territórios demasiadamente importantes para a comunidade palestina, as reações populares se tornaram mundialmente conhecidas, e logo foi criada a Organização para Libertação da Palestina (OPL), passando do patamar popular para um movimento de interesses do governo. A partir das articulações políticas, as regiões da Faixa de Gaza e Cisjordânia se tornaram os palcos principais das manifestações e reações ao terrorismo de estado promovido pelo governo de Israel, o qual oprime, persegue e massacra famílias palestinas que são encontradas em seus domínios.

Em 15 de novembro de 1988, o então líder palestino Yasser Yarafat emitiu na Argélia a declaração de independência das áreas ocupadas pela população e administração Palestina. Porém, a euforia momentânea foi encerrada com o início das imposições organizadas por Israel, institucionalizando e arraigando ainda mais suas ações militares e políticas sob o novo Estado. Desde então, as relações entre os dois países são fervorosas e caracterizadas pela utilização da violência como respostas para

ações de ambos os lados. Dentre as características principais das duas nações, a defasagem global palestina é evidente, enquanto os israelenses promovem o desenvolvimento em todas as áreas essenciais para o crescimento do país com auxílio financeiro e acordos externos protagonizados pelos EUA.

A fim de conter as agitações mundiais devido à situação alarmante entre Palestina e Israel, no dia 29 de novembro de 2012, em uma reunião da Agência Geral das Nações Unidas (AGNU), foi ratificado o reconhecimento da Palestina como um “Estado observador não-membro” do conselho, ampliando brevemente a participação política do país, sendo o único no mundo, atualmente, ocupante do título. Como sucesso das articulações internacionais palestinas, 134 países reconheceram oficialmente a sua soberania estatal em agosto de 2014, dentre eles alguns do G-20 (Grupo das 20 maiores economias do mundo), como Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, além da Federação Russa como membro do G-8 (Grupo dos 8 países mais influentes no mundo).

Mesmo com os avanços pouco significativos do Estado palestino, foi verificada uma mudança lenta na qualidade de vida da população ali inserida, caracterizando um longo caminho ainda a ser seguido para a garantia dos direitos humanos da população residente. Com as crescentes ondas de violência do lado israelense, milhares de palestinos procuram refúgio em nações vizinhas ou permanecem nos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia a procura de auxílio humanitário e/ou governamental. Tal fenômeno preocupa as autoridades internacionais, uma vez que o êxodo palestino dificulta a localização das pessoas que necessitam de ajuda provinda de organizações externas.

Paquistão

اسلامی جمہوریہ پاکستان

Reconhecido como a República Islâmica do Paquistão, o país é localizado no sudoeste asiático, caracterizado pela forte influência religiosa nas práticas culturais, políticas e financeiras no país. Administrado por um republicanismo parlamentarista, as desavenças internacionais e internas (divergências socioculturais) contribuem para um processo de defasagem que assola o país, de forma que seu IDH seja baixo, na casa de 0,54.

Devido à crise migratória centralizada no Afeganistão, o país se torna o destino certo de milhares de refugiados. Em 2014, foram contabilizados cerca de 400 mil deslocamentos após a intensificação dos conflitos na fronteira norte entre as duas nações. Como reação imediata, a brigada de emergência dos Médicos sem Fronteiras (MSF) foi acionada pela ONU, em parceria com o governo paquistanês que continuamente recebe refugiados de guerra afegãos. A maior dificuldade encontrada pelas forças humanitárias são a identificação e o resgate de milhares de civis dispersos pelas zonas de conflito, ocorrendo o retardamento das ações propostas pelas organizações de auxílio internacional.

Quênia

Jamhuri ya Kenya

Em 2007, a violência pós-eleitoral irrompeu no Quênia, deixando 1.300 mortos e 500 mil desarraigados. Desde então, o governo tomou medidas para restaurar o poder ao povo. No entanto, conflitos contínuos e desastres naturais continuam a deixar muitos quenianos vulneráveis à pobreza e à doença.

Além disso, o Quênia está lutando para acolher centenas de milhares de refugiados que escapam da violência na Somália, no Sudão do Sul, na Etiópia e em outros países vizinhos, tendo muitos deslocados que continuam expostos à exploração de grupos violentos. O governo queniano anunciou em maio de 2016 que fecharia seus campos de refugiados, deixando incerto o destino das 300 mil pessoas que vivem em Dadaab, o maior complexo de campos de refugiados do mundo. Em novembro de 2016, o governo declarou que adiaria o fechamento de Dadaab temporariamente.

Os quenianos, assim como a maioria dos habitantes da África Subsaariana, enfrentam vários problemas socioeconômicos, apesar de ser a maior e mais avançada economia na África oriental e central, em que há uma minoria urbana abastada, e de apresentar um IDH de 0,519, ficando em 92º lugar no mundo em 2017. O Quênia é geralmente classificado como um comerciante de fronteira, ocasionalmente um mercado emergente, embora não seja um dos países menos desenvolvidos. No entanto, quase 46% dos quenianos vivem na pobreza, segundo o Banco Mundial, e milhões de pessoas precisam de ajuda para encontrar comida.

Desastres naturais como secas e inundações ameaçam o acesso à água potável, deixando parte da população queniana suscetível à desnutrição e a doenças. Em dezembro de 2015, por exemplo, um surto mortal de cólera no campo de refugiados de Dadaab deixou centenas de infectados. Constantemente, os refugiados enfrentam grandes desafios, como habitação insegura e assédio policial. Mulheres e crianças, em particular, são extremamente expostas a abuso e exploração; muitas crianças são obrigadas a trabalhar em vez de frequentar a escola. Além da problemática causada pela seca no norte do Quênia, que já deixou cerca de 2,6 milhões de pessoas lutando para encontrar comida suficiente, mulheres e meninas no condado de Turkana estão sendo exploradas em troca de dinheiro para garantir a alimentação.

Reino Unido

United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland

Localizado na Europa Ocidental, o Reino Unido é formado pelas nações da ilha da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales), pela província da Irlanda do Norte (situada na ilha da Irlanda), pela Ilha de Man e pelas Ilhas do Canal. Seu território é banhado pelo Oceano Atlântico, pelo Mar do Norte e pelo Mar da Irlanda. Possui um IDH muito alto, próximo aos 0,849, e sua economia é considerada a sexta maior do mundo, mas está impactada devido às incertezas em torno das negociações do Brexit. Em razão do período de transição de sua saída da UE, o Reino Unido afeta diretamente o recebimento dos refugiados em seu território. Desde 2010, o país já acolheu 28 mil crianças refugiadas, tornando-se o segundo maior doador para ações de assistência humanitária. Em um programa com o ACNUR e com a OIM, ao todo foram acolhidas 10.538 pessoas desde o início, em janeiro de 2014, com promessa de abrigar 20 mil refugiados até 2020. A secretária britânica do Interior, Amber Rudd, declarou que “o Reino Unido se orgulha de poder receber as pessoas que fogem da guerra”.

Em contrapartida, nota-se que, em alguns casos, a postura britânica se mostra diferente do que aparenta. Em 2017, O Reino Unido anunciou que acolheria apenas 10% do total prometido de menores refugiados, sendo 350 ao invés dos 3 mil inicialmente propostos. Alf Dubs, criador do programa e ONG de apoio a refugiados, afirmou que “justo quando Donald Trump está proibindo a entrada de refugiados nos

Estados Unidos, seria uma vergonha que o Reino Unido o seguisse, fechando o caminho para um abrigo para crianças desacompanhadas, poucos meses depois de abri-lo". Durante o primeiro trimestre de 2018, a ONU recomendou a transferência de 1.358 refugiados sírios para que fossem reassentados na Grã-Bretanha, mas concordou, posteriormente, em reassentar apenas 1.112, todos muçulmanos, recusando-se a aceitar cristãos. Dessa forma, torna-se evidente um "padrão discriminatório" no recebimento dessas pessoas, o que vai contra os princípios ressaltados pela primeira-ministra Theresa May, que reafirma "a determinação em defender todos, qualquer que seja a sua religião, a liberdade de praticar qualquer religião ou crença em paz e segurança".

Em fevereiro de 2017, o Reino Unido anunciou que estaria disposto a pagar para que refugiados deixassem a Europa e se instalassem na América Latina e na Ásia, oferecendo cerca de 2,5 milhões de libras esterlinas a um programa centralizado pela ONU no qual a Europa ajudaria os países dessas partes do mundo "a ter condições de infraestrutura para reassentar refugiados".

República Centro-Africana

Ködörösêse tî Bêafrîka

A República Centro-Africana, governada atualmente pelo Faustin-Archange Touadéra, apresenta-se como uns dos países mais pobres do mundo, com o seu IDH de 0,36 pautado em dados de 2017 e com as turbulências que lida durante anos.

Desde a sua independência, em 1960, a República Centro-Africana (RCA) está sujeita a uma instabilidade crônica. Porém, desde 2013, essa instabilidade tomou novas e maiores proporções devido a um conflito interno que mistura divergências políticas, étnicas e religiosas dentro de um país cuja população é composta por 80% de cristãos e 10% de muçulmanos.

Em dezembro de 2013, centenas de milhares de pessoas foram forçadas a deixar suas casas à medida que a violência se espalhava na República Centro-Africana, com militantes matando civis brutalmente, saqueando casas e queimando aldeias. Atualmente, mais de 543 mil cidadãos centro-africanos ainda estão abrigados em Camarões, no Chade, na República Democrática do Congo e no Congo. Esse é o maior número de refugiados da RCA já visto desde o início da crise. Recentemente,

mais 700 mil pessoas foram forçadas a fugir no país, o que representa um aumento de cerca de 60% em comparação com os números de 2016, quando o país experimentou uma transição gradual para a paz e a estabilidade, que fez com que refugiados e deslocados internos começassem a voltar para casa.

No atual cenário, a insegurança está se espalhando por áreas do centro, do noroeste, do leste e do sudeste, algumas não afetadas anteriormente pelo conflito. Por essa razão, milhares de pessoas andam durante semanas e se escondem nas florestas na tentativa desesperada de escapar da violência, às vezes não tendo nada para comer ou beber. Os indivíduos que chegam em locais para deslocados testemunham cenas traumáticas de violência e de desnutrição. Muitas pessoas não têm assistência básica, uma vez que se trata de uma das situações de emergência menos financiadas em todo o mundo. Alimentos, saúde, abrigo, água e saneamento são preocupações primárias para os refugiados que vivem fora dos locais formais e para as comunidades que os abrigam.

Diante dos fatos expostos, evidencia-se que a República Centro-Africana sofre há mais de um ano uma das mais brutais tragédias desse século, com a violência chegando aos extremos, a ponto de crianças serem mutiladas, e com atos públicos de canibalismo. A nação centro-africana tem vivido momentos de conflitos brutais e sangrentos, demarcados principalmente por linhas religiosas. Sem fronteiras marítimas, o país é rodeado por nações observadas pelos meios de comunicação internacionais há anos, cobrindo muitas sequências de guerra. Ao norte estão o Chade e o Sudão, ao sul está a República Democrática do Congo, e ao leste está o Sudão do Sul, vizinhos que exemplificam a natureza instável da região.

República Democrática do Congo

République démocratique du Congo

A República Democrática do Congo é a terceira maior nação em extensão territorial do continente africano, na qual as principais riquezas nacionais são as reservas minerais de diamantes, ouro, ferro e urânio. Nos últimos anos, há no país grandes conflitos entre comunidades, milícias e forças armadas, bem como uma crescente escassez de alimentos, o que deteriora a situação humanitária em vários pontos da região.

A crise prolongada sofrida pela República do Congo provoca o deslocamento massivo interno e a fuga da população para outros países. Distantes dos seus povoados e dos seus meios tradicionais de subsistência, milhares de famílias enfrentam uma escassez crítica de alimentos e água cada vez maior. Diante desse cenário, o país apresenta o maior número de pessoas deslocadas, e, conseqüentemente, sua economia sofre com os conflitos armados que acarretam a redução de investimentos estrangeiros, a destruição de infraestrutura e a inflação, entre outros prejuízos.

Essa nação africana tornou-se, nos últimos anos, foco de conflitos na região dos Grandes Lagos africanos, que foram agravados pelo envolvimento militar de países vizinhos e mataram cerca de 4 milhões de pessoas. Os habitantes do país sofrem com vários problemas socioeconômicos, como a alta taxa de mortalidade infantil (uma das mais altas do planeta), o baixo IDH apresentando apenas 0,48 (segunda pior média mundial), a grande taxa de analfabetismo e a extrema pobreza sofrida por maior parte da população. Tais problemáticas demonstram a situação precária da República do Congo atualmente.

Além dos desafios enfrentados pelas famílias ao fugirem dos conflitos, como falta de abrigo, separação de entes queridos, condições precárias de sobrevivência, ainda há os problemas relacionados a discriminação e racismo, sobretudo quando há mudança de país.

No Brasil, segundo o CONARE, os congoleses são o segundo maior grupo a ter a solicitação de refúgio acolhida pelo governo, atrás apenas da Síria, com 953 pedidos reconhecidos entre 2007 e 2017, o equivalente a 13% dos refúgios acatados no período.

Ruanda

Repubulika y'u Rwanda

A República de Ruanda, governada atualmente por Paul Kagame, apresenta uma economia baseada principalmente na agricultura e um IDH de 0,52 de acordo com dados de 2017. Além dos constantes conflitos étnicos, os habitantes de Ruanda sofrem com vários problemas socioeconômicos, como a vida abaixo da linha de pobreza de mais de 57% dos ruandeses, ou seja, com menos de 1,25 dólar por dia, além da subnutrição que atinge 40% da população e da taxa de mortalidade infantil

de 97 óbitos a cada mil nascidos vivos, enquanto o índice de analfabetismo é de 35% e os serviços de saneamento ambiental são proporcionados para apenas 22% das residências.

As migrações forçadas dentro e por meio das fronteiras nacionais são uma das consequências mais visíveis da perseguição política e dos conflitos armados na nação ruandesa. No entanto, como tem demonstrado a recente crise de Ruanda, os problemas de refugiados, muitas vezes irresolutos, também poderão ser a causa de posteriores instabilidade, violência e deslocamentos da população.

O repatriamento de refugiados tem sido um assunto dominante da política de Ruanda durante os últimos 30 anos. No momento em que o país alcançou a sua independência, em 1962, já haviam migrado para nações vizinhas 120 mil ruandeses, sobretudo de etnia Tutsi, que fugiam da violência oriunda da progressiva tomada do poder pela maioria Hutu. Durante as duas décadas seguintes, esse fato proporcionou o agravamento da perseguição aos tutsis, complicando-se ainda mais em 1994 com a morte dos presidentes de Ruanda e Burundi. Conforme dados da ONU, o genocídio no país provocou a morte de aproximadamente 1 milhão de ruandeses, sendo que 90% das vítimas eram de origem tutsi. Cada tentativa de tomada de poder provocou uma violência renovada, além de represálias e mais fluxos de refugiados.

No final dos anos 80, cerca de 480 mil ruandeses, aproximadamente 7% da população total e metade da população tutsi, tinham se deslocado. Desse total, cerca de 280 mil tiveram como destino o Burundi, 80 mil o Quênia e 30 mil a Tanzânia. Essa situação registou uma reviravolta em outubro de 1990, quando a Frente Patriótica do Ruanda (FPR), um movimento que integrava sobretudo exilados tutsi, atacou o Nordeste do país a partir do Uganda, onde há quatro anos tinham ajudado o Exército de Resistência Nacional de Yuweri Museveni a conquistar o poder. Depois de assumir o domínio de Uganda, o Presidente Museveni lembrou ao seu homólogo no Ruanda a necessidade de se encontrar uma solução para o problema dos refugiados, recebendo como resposta que o repatriamento estava fora de questão devido à escassez de solos do país. Contudo, no final de 2017, Ruanda recebeu cerca de 172 mil refugiados, incluindo quase 46% migrados da República Democrática do Congo e hospedados em cinco campos e 53% deslocados do Burundi e abrigados no acampamento de Mahama e em áreas urbanas. A taxa de pessoas que chegam do Burundi diminuiu

desde o início da violência política em 2015, e o fluxo para o Ruanda é de cerca de 150 pessoas por semana.

Os refugiados na nação ruandesa recebem o direito de trabalhar e são integrados aos sistemas nacionais de saúde e educação por uma política do governo. Os cuidados de saúde primários são fornecidos nos campos pelos funcionários humanitários, e os refugiados são enviados às unidades de saúde locais para encaminhamentos secundários e terciários. Em 2017, mais de 19 mil estudantes refugiados do Burundi haviam sido integrados ao sistema escolar nacional de Ruanda.

Rússia

Российская Федерация

A Federação Russa é governada atualmente pelo presidente Vladimir Putin e apresenta o IDH de 0,81. Destaca-se por desempenhar um papel importante na questão dos refugiados, sobretudo a partir de 2013, quando recebeu 3.458 refugiados, passando a ter 235.750 no ano seguinte e mais de 300 mil abrigados em 2015.

Devido à constante migração de sírios em direção à Europa, muitos indivíduos acabam pedindo asilo ao Serviço Federal de Migração russo, o qual concede um número considerável de status oficial de refugiados. Durante uma recente reunião da ONU, a Rússia anunciou propostas para a volta de 1,7 milhão de refugiados que estão na Jordânia, na Turquia, no Líbano e no Egito à Síria, com apoio financeiro internacional. Segundo o ministério russo, a proposta visa a estabelecer uma ação conjunta para repatriar os refugiados sírios a seus locais de origem, de onde tiveram de fugir quando a guerra na Síria começou, em 2011.

Além dos sírios, desde 2014 mais de 2 milhões de ucranianos chegaram à Federação Russa e cerca de 102 mil adquiriram status de refugiado ou asilo temporário (TA), muitos deles oficialmente registrados e com direito a assistência financeira e amenidades do governo. Ao todo, a Rússia revela ter investido mais de 176 milhões de dólares no acolhimento de refugiados ucranianos, inclusive com organização de centros de asilo temporário nas regiões do país.

De forma geral, a partir de 1º de julho de 2018 contabilizaram-se, além de sírios e ucranianos, cerca de 2.650 refugiados e detentores de AT que se beneficiam de proteção internacional na Federação Russa.

Síria

الجمهورية العربية السورية

Oficialmente declarada como a República Árabe da Síria, trata-se de um Estado de modelo republicano unitário semipresidencialista de partido dominante. Devido às instabilidades internas de grandes proporções, o país vive um colapso administrativo democrático, processo protagonizado pelo ditador Bashar Al-Assad, o qual possui a família no poder há anos. Com décadas de regimes autoritários e divergências populares, a nação síria contabiliza um IDH baixo, dentro da casa de 0,5 no ano de 2016; porém, acredita-se que esse número seja ainda menor se considerada a série de intervenções que o país enfrenta por parte das demais nações.

Na atualidade, é de conhecimento mundial a situação síria, marcada por uma guerra civil que perdura há 8 anos sem solução, em que milhões de pessoas são massacradas, sequestradas e/ou alvos de imposição militar, tendo sua origem envolvida em várias problemáticas. Até os dias atuais, a família Al-Assad está no poder, sendo constantemente acusada de desvios de verbas públicas e indícios de corrupção organizada há décadas.

Em 2011, ano da deflagração da guerra na Síria, uma grande massa de civis foi às ruas protestar contra as denúncias apontadas ao governo, exigindo melhorias na qualidade de vida, investimentos nas áreas básicas (educação, saúde, segurança, etc.) e melhor distribuição das oportunidades de emprego pelo país. Frente à manifestação, o governo respondeu com ações militares, iniciando um verdadeiro massacre contra centenas de sírios, o que gerou reações populares ainda mais fervorosas envolvendo posicionamentos políticos e organizações religiosas extremistas.

Após o episódio revoltante no sul do país, novas manifestações ocorreram para a renúncia de Bashar. Paralelamente, o mundo árabe (regiões ao norte da África e o Oriente Médio) passou pelo movimento conhecido como Primavera Árabe, o qual intensificou as divergências entre as massas populares sírias e o governo. Os meses que se seguiram ao massacre público foram permeados por ondas de violência e armação de grupos de oposição à ditadura instaurada. Ao mesmo tempo, o agrupamento da população deu origem a uma nova onda de terror, em que os próprios

populares começaram a ocupar diversas cidades e regiões do país e até se confrontar, ainda que o objetivo de todos fosse o mesmo. Nesse contexto, é importante destacar que muitos dos grupos rebeldes foram apoiados diplomaticamente, em alguns casos até com poder bélico, por países como os Estados Unidos, a França, o Canadá e o Reino Unido.

Com as diversas frentes de batalha espalhadas pelo país, a população civil acabou sendo totalmente massacrada por ambos os lados. Foram bloqueados os acessos a alimentos e água e, além disso, em diversas regiões, a entrada das forças humanitárias de ONGs passaram a ser dificultadas ou totalmente proibidas.

Enquanto o país é continuamente destruído pela guerra, as organizações terroristas de regiões próximas, principalmente o Estado Islâmico, aproveitam a fragilidade nacional para conquistar cidades e regiões que podem se tornar novos centros administrativos e militares para a frente terrorista. Diante desse cenário, é possível identificar 4 principais grupos:

1. **República Árabe Síria:** forças militares comandadas por Bashar Al-Assad que combatem os demais grupos envolvidos na guerra e são apoiadas por Iraque, Irã, Hezbollah libanês (considerado outro grupo terrorista originado no Oriente Médio) e Rússia.
2. **Exército “Síria Livre”:** união das forças populares armadas em conjunto para a derrubada do atual governo, apoiada principalmente por Turquia, Arábia Saudita e Qatar.
3. **Partido da União Democrática (“Forças Democráticas Sírias”):** força política e militar comandada pelo povo curdo em uma aliança com árabes, responsável por reivindicar há décadas a criação de seu próprio Estado administrativo que corta as fronteiras dos países do litoral mediterrâneo (região abundante em petróleo), envolvendo diretamente curdos iraquianos e turcos no conflito. Países como os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e o bloco da UE apoiam a causa. Todavia, temendo o agravamento da guerra, o governo norte-americano de Barack Obama e seu sucessor, Donald J. Trump, recusaram um processo de intervenção local.
4. **Estado Islâmico:** organização fundamentalista islâmica de ordem extrema que busca a criação do Estado do Islã, abrangendo uma grande área no norte africano, no Oriente Médio e em parte sul da Ásia. As forças armadas do grupo

travam batalhas contra os demais envolvidos para a dominação de grandes cidades e centros petrolíferos para abastecimento interno. Os conflitos mais recentes foram protagonizados pela derrota do grupo em diversas regiões, porém grande parte do território permanece em seu poder.

Além desses grupos, é também de importante ressalva a divisão entre os grupos islâmicos envolvidos entre xiitas e sunitas, tornando ainda mais complexo o processo de armistício.

Nos anos que se seguiram após 2015, o Estado Islâmico organizou uma série de ataques às cidades mais populosas da Síria com o uso de armas químicas, provocando um estado de emergência geral nas regiões próximas, o que preocupou as entidades internacionais acerca do fornecimento e do uso dos instrumentos biológicos de combate. Para a surpresa da ONU, novos ataques químicos foram registrados em 2017 e 2018, levando à reação dos EUA, em parceria com o Reino Unido e a França, a qual foi caracterizada pela coalizão militar organizada, no dia 13 de abril de 2018, que bombardeou Aleppo, Homs e Damasco, destruindo grandes centros residenciais e militares das forças de Al-Assad e condenando à morte centenas de civis.



Fotografia do exato momento em que a ofensiva americana atinge seu destino na cidade de Damasco, na Síria. Os ataques foram contabilizados em 13 mísseis responsáveis pela destruição de regiões estratégicas para as forças militares de Bashar Al-Assad e de interesse do Estado Islâmico, o qual mantinha fortes batalhas para a conquista de grandes complexos residenciais e pequenas empresas.

Na semana do ataque ocidental, o presidente russo Vladimir Putin fez uma declaração condenando as ações tomadas por EUA, Reino Unido e França, alegando que houve

“agressão direta a um Estado soberano” e acusando a capital americana de promover ajuda aos grupos terroristas no país. Como respectiva reação, os exércitos russo e do governo sírio foram reforçados pelo bloco de apoio ao regime de Al-Assad, afirmando não deixar os ataques serem esquecidos.

A cada dia de combates que se passa, milhões de sírios deixam o país ilegalmente, direcionando-se para nações vizinhas, sobretudo a Turquia, país de conexão com o continente europeu e caracterizada como maior zona de atração para os refugiados. Mesmo com os intensos movimentos, milhares de civis são assassinados pelas forças militares por tentar atravessar ou deixar a Síria; aqueles que conseguem chegar à Turquia são levados, em sua maioria, para as áreas de auxílio humanitário de organizações como os Médicos sem Fronteiras e da própria ONU. Em outros casos, essas pessoas não conseguem as declarações de refúgio e permanecem sem resposta nos acampamentos por muito tempo, enquanto o Estado turco não dá conta de receber novos contingentes provindos da Síria devido à falta de condições financeiras para sustentá-los.

Para maior tranquilização internacional, os EUA anunciaram a saída das tropas americanas de solo sírio para os próximos meses. No entanto, não foram divulgadas mais informações acerca das motivações e consequência futuras para o país. Ao mesmo tempo, as tensões aumentam sem a presença das coalizões militares lideradas pelos americanos, o que pode comprometer a eficiência das batalhas travadas pelos grupos apoiados pelo governo americano.

De forma geral, a maior aflição para as nações vizinhas é que o conflito tome proporções ainda maiores e dê início a um processo de dispersão pela região do Oriente Médio. Tais consequências originariam o colapso de muitas nações, tendo em vista que interesses políticos e religiosos são muito latentes entre os demais Estados, comprometendo ainda mais o processo de elaboração de ações humanitárias e internacionais para que a guerra finalmente seja encerrada e que a população síria tenha a vivência democrática e justa que tanto anseia.

Recentemente, no dia 23 de março de 2019, as Forças Democráticas da Síria (FDS) anunciaram pela internet a derrota total do Estado Islâmico no país com a destruição do último enclave, na cidade de Baghuz, próxima à fronteira com o Iraque. As declarações realizadas tanto pela Casa Branca quanto pelo Porta-Voz das FDS acerca da eliminação do EI geraram demais manifestações de lideranças mundiais,

como do presidente francês Emmanuel Macron. “Um grande perigo para o nosso país foi eliminado. Mas a ameaça continua, e a luta contra os grupos terroristas tem que continuar”, declarou Macron via Twitter.

***OBS₁: A França contribui para a coalizão internacional contra o Estado Islâmico com 1,2 mil soldados em operação na Síria.**

Somália

Jamhuuriyadda Federaalka Soomaaliya

A República Federal da Somália, governada atualmente pelo presidente Mohamed Abdullahi Mohamed, é um dos países mais pobres do planeta, com poucos recursos naturais. A sua economia é extremamente agrícola e pouco industrializada, tendo sido devastada a maior parte na Guerra Civil Somali, o que reflete em um IDH de 0,28 de acordo com os dados de 2012. A capital da Somália, Mogadíscio, esteve por mais de duas décadas assolada pela fome e por uma guerra civil, com o registro do maior atentado terrorista no mundo desde o 11 de setembro, no qual, em 14 de outubro de 2017, mais de 350 pessoas morreram e outras 400 ficaram feridas depois de dois veículos com 350 kg de explosivos explodirem no centro da cidade. Devido a esses fatos, a Somália é o quarto país que mais gera refugiados do mundo.

Mesmo com o fortalecimento das instituições do Estado recentemente, o percurso é longo para oferecer segurança a crianças e mulheres. Desde a sua independência em 1960, a ex-colônia ítalo-britânica procura um governo minimamente estável para colocar fim à violência interna, um desafio quase impossível para um país que também é perpassado pela fome, com cerca de 800 mil pessoas à beira da desnutrição. Por essa razão, a ONU, que estabeleceu uma missão de paz na Somália entre 1992 a 2001 para minimizar a crise humanitária, encerrou o trabalho por falta de condições mínimas de segurança.

Além das Nações Unidas, os EUA também tentaram dar fim aos conflitos da Somália, recorrendo a esforços militares cujo custo foi de 1,7 bilhão de dólares e 43 mortos em dois anos. Tal fato retrata um dos episódios mais marcantes e infames da presença americana no país.

Segundo o ACNUR, a crise dos refugiados somalis é uma das mais longas do mundo, com pessoas deslocadas há mais de 20 anos. Cerca de 1 milhão de pessoas vivem

em toda a região do Chifre de África, enquanto outros 1,3 milhão de civis estão deslocados dentro da Somália. Apesar de ter atingido a marca alarmante de 1 milhão de refugiados desde o início da violência na Somália, em 1991, dados compilados pelo ACNUR nos principais países de destino, como Quênia e Etiópia, mostram uma pequena diminuição no fluxo de somalis. Nos primeiros seis meses de 2017, cerca de 30 mil pessoas foram registradas, contrastando-se com a saída de 137 mil no primeiro semestre de 2016 devido ao conflito e a pior seca em décadas.

A pressão sobre as comunidades que acolhem os refugiados somalis é enorme, e a crise afeta todo o Chifre de África e demais regiões, uma vez que os países vizinhos precisam de apoio internacional contínuo. Além dos milhões de refugiados em países fronteiriços, mais de 1,3 milhões de somalis estão deslocados internamente. Isso significa que um terço da população da Somália, 7,5 milhões de pessoas, vive em situação de deslocamento forçado.

Sudão do Sul

Republic of South Sudan

A República do Sudão do Sul, governada pelo presidente Salva Kiir Mayardit, apresenta uma economia agrícola, sobretudo nas regiões mais úmidas do sul do país, com o IDH de 0,38 de acordo com dados de 2017.

A atual crise de refugiados é provocada pelo conflito civil no país devido a um cenário de instabilidade política, violência generalizada e escassez de alimentos, o que gera também desnutrição e inanição. A situação no Sudão do Sul rapidamente se transformou em uma emergência humanitária, e, por essa razão, o deslocamento na região tende a crescer até que uma solução política seja encontrada.

O Sudão do Sul se transformou na maior crise de refugiados da África e na terceira maior do mundo, atrás apenas da Síria e do Afeganistão. Segundo o ACNUR, cerca de 2,1 milhões de pessoas estão deslocadas dentro do país, enquanto no exterior há mais de 2 milhões de refugiados, principalmente na Etiópia, no Sudão e no Uganda. A maioria dessa população é composta por mulheres e crianças, muitas das quais cruzam a fronteira sozinhas, chegando geralmente fracas e desnutridas. Durante a estação chuvosa, as necessidades dos refugiados são ainda mais agravadas em

consequência de inundações, escassez de alimentos e doenças. Segundo a Unicef, é estimado que haja 270 mil crianças desnutridas na nação no momento atual.

Além dos fatos já citados, uma das razões para o cenário crítico do Sudão do Sul foi a guerra interna que começou em dezembro de 2013, com combates entre duas facções do exército, divididas pela rivalidade entre o presidente Salva Kiir e seu ex-vice Riek Machar. Diferentes milícias se uniram a cada um dos lados, com confrontos marcados por massacres de caráter étnico. Em 2015, as facções fizeram um acordo de paz que previa a volta de Machar ao governo, como vice de Kiir. Três meses depois, contudo, Machar foi novamente expulso do governo, e o conflito foi retomado em julho de 2016.

O fator econômico no país também é um agravante dos problemas no Sudão do Sul, visto que há uma inflação anual de 800%; e, em 2016, US\$ 1 valia cerca de 3 libras sudanesas. A economia sul-sudanesa piorou muito desde 2012, época em que o governo decidiu fechar a produção de petróleo, com a commodity correspondendo a 98% da receita pública do país. Tal decisão foi tomada após discordâncias na nação, que tinha toda a infraestrutura para comercialização petrolífera, como oleodutos, refinarias e portos do Mar Vermelho. Desde então, a maior parte do país vive em uma economia de subsistência.

Em razão de tantas problemáticas, atualmente o número de pessoas que deixaram o Sudão do Sul para buscar segurança em nações vizinhas é de 1,6 milhão. Em março, novas chegadas a territórios estrangeiros atingiram uma máxima de mais de 5 mil por dia, um percentual muito alto em relação às 11 milhões de pessoas que habitam o país. A taxa de novos deslocamentos é alarmante e representa um fardo impossível de ser carregado em uma região com desafios econômicos e uma diminuição considerável dos recursos disponíveis.

Suécia

Konungariket Sverige

A Suécia é um país europeu localizado ao norte do continente, cortado pelo Círculo Polar Ártico. Limita-se a sul com o Mar Báltico, a oeste com o Estreito de Kattegat, a leste com a Finlândia e a noroeste com a Noruega. Possui um IDH próximo aos 0,885,

considerado elevado, além de desempenhar um forte papel na economia mundial, com crescimento do PIB anual igual a 3,2%.

O país escandinavo tem forte atuação na problemática do refugiados, tendo recebido, desde 2015, cerca de 200 mil novos habitantes. Por essa razão, o país torna-se alvo de críticas de demais nações, como os EUA, que recentemente declararam, por meio do presidente Donald Trump em seu perfil no Twitter, haver um vínculo entre o alto índice de requerentes de refúgio no país e o aumento da violência .

Nota-se, de fato, que a Suécia registrou nos últimos três anos um crescimento nos índices de criminalidade, principalmente de ataques em regiões que receberam refugiados. No entanto, esses dados são distorcidos pelos nacionalistas, a fim de criticar a política migratória do país, uma vez que associam a postura sueca de portas abertas ao aumento da violência armada e do número de estupros. Christian Christensen, professor da Universidade de Estocolmo, mencionou que “o fato é que o crime disparou em áreas específicas de Malmö e de Estocolmo, mas a imagem é que o país está infestado pelo crime e pela violência”. Apesar do número de pedidos de asilo de estrangeiros ter diminuído, o aumento da popularidade da direita e da postura anti-imigração continua.

Com a segregação que os refugiados em solo sueco sofrem, o desemprego é mais presente nessa parcela, sendo quatro vezes maior que entre os nascidos na Suécia.

Turquia

Türkiye Cumhuriyeti

A República da Turquia é o terceiro país mais populoso da Europa, com IDH elevado, próximo aos 0,767. A nação turca é banhada pelo Mar Negro, pelo Mar Mediterrâneo, pelo Mar Egeu e pelo Mar de Mármara. Faz fronteira com oito países: Armênia, Azerbaijão, Bulgária, Geórgia, Grécia, Irã, Iraque e Síria.

A Turquia já abriga desde 2017, segundo dados do Ministério do Interior turco, 3.570 milhões de refugiados sírios registrados. No entanto, desse número, mais de 216 mil vivem em campos de acolhimento com alimentação proporcionada pelo estado turco, e o restante, mais de 3.350 milhões, sobrevive por conta própria. A maior parte dessa população está em Istambul, cidade que mais acolhe refugiados no país, o que representa cerca de 3,3% da população dessa grande metrópole. O segundo lugar no

território da Turquia em que há mais refugiados sírios é a província de Sanliurfa, localizada na fronteira com a Síria, onde estão abrigadas cerca de 428 mil pessoas, 103 mil distribuídas por cinco campos de acolhimento.

Os cidadãos sírios não possuem oficialmente o status de refugiados pelo governo da Turquia, visto que é apenas atribuído a eles um estatuto de proteção temporária, com direitos limitados e um acesso ao mercado de trabalho condicionado. Poucos são os que vivem exclusivamente das ajudas, sendo cabível aos outros 90% dos imigrantes viverem nas cidades e não nos campos. Apesar de receber os sírios com mais hospitalidade do que muitos países europeus, a presença dos refugiados trouxe também uma nova crise à Turquia, haja vista que os sírios cobram menos por trabalhos de baixa qualificação, enquanto 10% dos turcos não têm emprego.

Em 2016, foi assinado um acordo entre a UE e a Turquia para absorver parte do fluxo de refugiados e imigrantes vindos do Oriente Médio. Com base nesse tratado, os países membros do bloco europeu contribuem com 3 mil milhões de euros para prolongar o programa de apoio aos mais de 1,2 milhões de sírios que vivem em campos de refugiados em solo turco. Depois de março de 2016, quando o sistema passou a funcionar, as entradas irregulares na UE por meio da Turquia caíram 97%. Desde a mesma data, a UE devolveu à Turquia 2.164 refugiados cujos pedidos de proteção e asilo foram rejeitados.

Uganda

Jamhuri ya Uganda

A República de Uganda, governada atualmente por Yoweri Museveni, apresenta uma economia agrícola, empregando mais de 80% da força de trabalho do país, com IDH de 0,51 de acordo com dados de 2017.

O Uganda passou décadas sob o domínio de conflitos violentos antes de se tornar anfitrião do terceiro maior fluxo de refugiados da África. Recentemente, o país passou a receber, em média, 500 pessoas, incluindo crianças, por dia, em busca de abrigo. Além disso, tem acatado cerca de um terço do total de refugiados do Sudão do Sul, onde há fuga de mais 1 milhão de cidadãos.

A política de acolhimento de refugiados do Uganda é uma das mais avançadas do mundo. Tal fato é reforçado pelas aldeias ugandenses do norte, que concordaram em

dividir as suas terras de propriedade comunitária e partilhá-las com os novos habitantes. Segundo o ACNUR, o país é destaque devido à liberdade de movimentos que os recém-chegados têm, bem como ao direito de trabalhar e de receber uma porção de terreno para se instalarem. O Uganda abriu as suas fronteiras aos refugiados, raramente deixando alguém de fora, e, por essa razão, as autoridades falam frequentemente sobre o espírito do pan-africanismo para justificar a abordagem do país em relação aos refugiados.

Em contrapartida, o ACNUR anunciou que os doadores querem suspender o auxílio financeiro às operações no Uganda porque há suspeitas de que o número de refugiados tenha sido inflacionado para entrar mais dinheiro. O Alto Comissariado e o Governo do Uganda estão fazendo levantamento do número de novos habitantes no país, mas, de qualquer modo, a suspensão dos fundos vai provocar cortes nas doses de alimentos nos campos de refugiados. Estima-se que sejam 1,4 milhões os abrigados no país, incluindo mais de meio milhão do Sudão do Sul, onde uma guerra civil com quatro anos deixou dezenas de milhares de pessoas mortas e 12 milhões deslocados. Outros refugiados no Uganda são do Burundi e da República Democrática do Congo.

Além do problema com os refugiados, o Uganda há outros desafios a superar. O país precisa progredir na melhoria da saúde materna e na prevenção e tratamento de doenças, como Aids, tuberculose e malária, exacerbadas pelo fluxo de refugiados e principais causas de morte. A saúde das mulheres é especialmente carente, visto que pelo menos um terço das que sobrevivem ao parto ficam com problemas de saúde crônicos e debilitantes. À medida que a pobreza continua a se espalhar e desastres naturais, como secas e inundações, ameaçam os lares e os meios de subsistência das pessoas, os recursos do Uganda estão sendo rapidamente superados.

Venezuela

República Bolivariana de Venezuela

A República Bolivariana de Venezuela é considerada o país de maior deslocamento de imigrantes da América Latina, segundo a ONU. Com base em dados do ACNUR, cerca de 1 milhão de pessoas já deixaram o país, tendo 40 mil partido rumo ao Brasil, o que alarmou os países vizinhos.

A Venezuela apresenta sua economia baseada na exportação de petróleo e tem um IDH 0,76 de acordo com dados de 2017. No entanto, esse valor está atualmente em queda brusca devido à instabilidade administrativa geral, que é reforçada por ações como os seis dias sem luz e fornecimento de água para a população e como a medida polêmica na fronteira da Venezuela e Brasil, causando uma série de protestos contra a presidência de Maduro.

A fuga desenfreada de venezuelanos ganhou contornos xenofóbicos, com medidas arbitrárias adotadas por países fronteiriços, além do acionamento da ONU. O país combate constantes impedimentos políticos e econômicos na tentativa de se reerguer e de encontrar um caminho para restabelecer a direção do recurso público e a administração geral da nação.

Nos meses sucessores ao estopim da crise, os países vizinhos têm aberto as fronteiras para a entrada de venezuelanos em busca de uma melhor condição de vida. Entretanto, o longo processo migratório traz consigo a separação de famílias, a xenofobia, a superlotação e a insustentabilidade financeira das regiões de acolhimento, tendo em vista o alto índice de desigualdade verificado por tais Estados. De forma paralela, problemas como a hiperinflação, a falta de abastecimento alimentício, medicinal e de demais produtos básicos têm sido os principais agravantes para o refúgio.

Nas regiões de fronteira, a tensão aumenta gradativamente com o endurecimento do controle migratório brasileiro e colombiano. No Brasil, moradores expulsaram e queimaram os pertences dos venezuelanos que estavam nas ruas da cidade. No Peru, regulamentos de fronteira mais rigorosos entraram em vigor, os quais estabelecem que os refugiados precisam portar passaportes válidos para entrar no país. No Equador, houve fortalecimento de seus códigos constitucionais acerca da migração, o que dificulta a entrada no país. Já na Colômbia, as regras não foram alteradas e, por isso, tornaram-se bastante antagônicas aos demais países.

Devido ao menor rigor da nação colombiana, o país tem recebido a maior parte do êxodo venezuelano, requerendo aos refugiados que se registrem no censo se não possuírem vistos de trabalho ou turismo, dupla cidadania ou demais formas de permissão formal para permanecerem na região e avaliarem a necessidade de oferecer serviços sociais. O decreto ratificado pelo então presidente da Colômbia Juan Manuel Santos contempla 442.462 venezuelanos sem vistos, passaportes

carimbados ou demais autorizações para residir no país, de forma que esse contingente deva se dirigir ao instituto responsável pela imigração. No entanto, a massiva transição territorial dificulta a atuação governamental colombiana para tais identificações.



Mapa divulgado pelo Globo - Mundo das principais rotas de fuga para os venezuelanos ao saírem de seu país.

Organizações Não-Governamentais Internacionais:

Anti-Slavery International

Anti- Slavery International

Fundada em 17 de abril de 1839 por abolicionistas britânicos, é a única instituição de caridade do Reino Unido que trabalha exclusivamente para eliminar todas as formas de escravidão e suas causas. Caracteriza-se como independente, não religiosa e não política, cujas posições são desenvolvidas por meio do trabalho pautado em direitos humanos com os povos e as comunidades afetados.

Ao longo dos mais de 175 anos de experiência no combate bem-sucedido à escravidão, foram efetuadas medidas significativas, como, por exemplo, em 2011, o trabalho conjunto com a Confederação Internacional de Sindicatos para expor a

situação dos trabalhadores migrantes, principalmente do sul da Ásia, em Dubai e Bahrein. Também em 2014, obteve um compromisso com o governo do Líbano para reformar seu sistema 'kafala', que fornece aos indivíduos privados o poder de escravizar os trabalhadores migrantes com impunidade, além de outras conquistas notáveis como mudar o direito criminal e comum do Reino Unido para torná-lo mais eficaz no tratamento da escravidão.

Apesar da diversidade das práticas de escravidão contemporânea, pesquisas empíricas desta instituição não-governamental mostram que a escravidão é mais provável de ocorrer quando a vulnerabilidade individual, a exclusão social e a discriminação se combinam com uma falha no governo e no estado de direito. Atualmente, estima-se que há um mínimo de 21 milhões de pessoas em escravidão em todo o mundo, e os riscos de trabalho forçado e tráfico humano se agravam ainda mais aos milhares de refugiados espalhados pela Europa, pelo Oriente Médio e pela Ásia.

Dessa forma, a Anti-Slavery Internacional possui programas que trabalham diretamente com parceiros em Bangladesh, Índia, Indonésia, Líbano, Mauritânia, Nepal, Níger, Peru, Uzbequistão, Tailândia, Turcomenistão e Europa, incluindo o Reino Unido.

CARE International

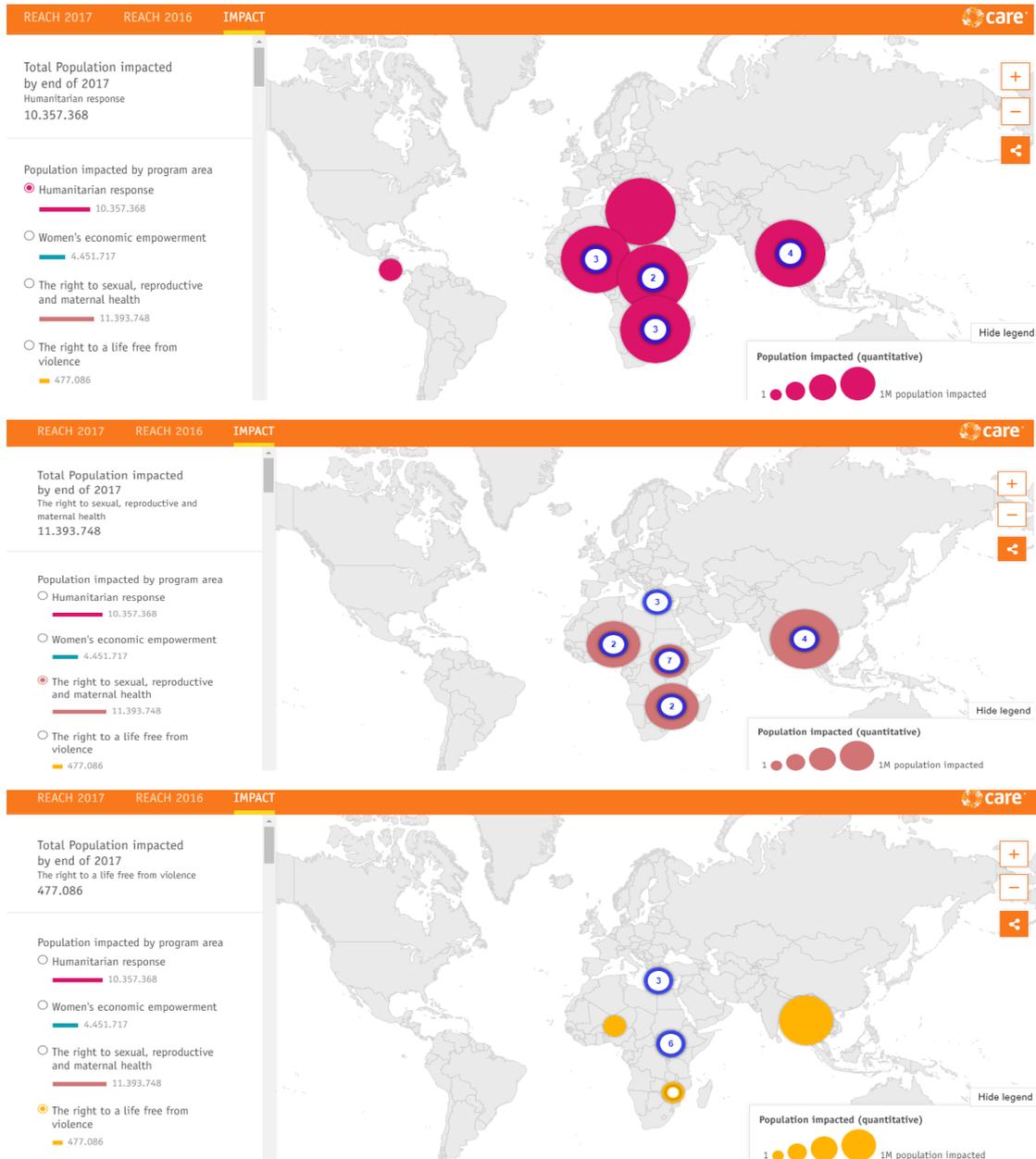
CARE

A CARE iniciou suas atividades em maio de 1946, em meio à crise humanitária no final da Segunda Guerra Mundial. Mais de sete décadas depois, a instituição evoluiu para se tornar uma das maiores organizações de luta contra a pobreza no mundo, cooperando com as pessoas atingidas por desastres em mais de 90 países. Dentre os membros da CARE, estão a Austrália, o Canadá, a Dinamarca, a Alemanha, a França, a Índia, o Japão, a Holanda, a Noruega, a Áustria, o Peru, os EUA, a Inglaterra. Os candidatos e afiliados incluem o Sri Lanka, o Egito, a Indonésia e o Marrocos.

Possui como princípios e como visão a busca de “um mundo de esperança, tolerância e justiça social, onde a pobreza foi superada e todas as pessoas vivem com dignidade e segurança”, sendo seu foco principal de trabalho mulheres e meninas, uma vez que

não se pode superar a pobreza até que todas as pessoas tenham direitos e oportunidades iguais.

Em 2017, a CARE alcançou 216 milhões de pessoas indiretamente por meio de seus esforços de defesa de direitos.



Dados oficiais da CARE de sua atuação mundial em diferentes regiões, bem como a contabilização de pessoas auxiliadas, além dos dados totais de comunidades em estado crítico.

HIAS

HIAS International

Fundada como a Sociedade de Ajuda ao Imigrante Hebreu, em 1881, para ajudar os judeus deslocados, a HIAS é a única organização judaica cuja missão é ajudar os refugiados onde quer que eles estejam.

A partir da década de 2000, a HIAS expandiu seu trabalho de reassentamento para incluir assistência a refugiados não-judeus, o que representa envolvimento com os conflitos do Afeganistão, da Bósnia, da Bulgária, da Tchécoslováquia, da Etiópia, do Haiti, da Hungria, do Irã, do Marrocos, da Polônia, da Romênia, da Tunísia, da Vietnã e dos estados sucessores da antiga União Soviética.

Com mais de 130 anos ajudando refugiados a escapar da perseguição e a se reinstalarem em segurança, a HIAS, nos EUA, trabalha com organizações de serviço social local em todo o país para receber refugiados e ajudá-los a se integrar em suas comunidades e construir novas vidas.

Os judeus americanos estão lutando contra as políticas xenofóbicas e cruéis que afetam refugiados e requerentes de asilo. Um exemplo disso é queixa no Tribunal Distrital dos EUA em Seattle referente ao decreto do presidente Trump, em 2017, em relação ao não recebimento de refugiados. Mark Hetfiel, presidente e CEO da HIAS, declara que "o presidente está fazendo todos os esforços para implementar uma promessa de campanha que é antiamericana e inconstitucional", acrescentando ainda que "a única maneira de detê-lo é através dos tribunais". De acordo com dados da HIAS, aproximadamente 80% de todos os refugiados muçulmanos que se reinstalaram nos EUA nos últimos dois anos vieram de nove dos 11 países bloqueados.

Human Rights Watch

Human Rights Watch

Fundada em 1978, a Human Rights Watch é uma organização internacional de direitos humanos, não-governamental, sem fins lucrativos, sendo reconhecida por defender os direitos de pessoas no mundo inteiro. A organização vem atuando na Turquia, que, por sua vez, acolhe atualmente mais de 2 milhões de refugiados, muitos dos quais

lutam por sua sobrevivência e não veem seus direitos como refugiados serem atendidos, como analisado por Stephanie Gee, fellow do Programa de Direitos dos Refugiados da Human Rights Watch. Segundo Gee, “é um dever moral e também legal da UE compartilhar a responsabilidade pelos refugiados sírios e não os mandar de volta para a Turquia sem antes ter analisado seus pedidos de refúgio”.

Essa organização acompanhou nos últimos anos a constante mudança de cenário nos EUA em relação às medidas referente aos refugiados. Tendo em vista o decreto assinado em 27 de janeiro de 2017 por Donald Trump, Grace Meng, pesquisadora da ONG, alega que provavelmente “prejudicará as pessoas em maior necessidade: aquelas que fogem da violência e do terrorismo — e, nada menos, que no dia internacional da Lembrança do Holocausto... A decisão de reduzir drasticamente o programa de refugiados abandonará dezenas de milhares de pessoas ao risco de perseguição ou pior, e também a própria liderança dos EUA em uma questão central”.

International Rescue Committee (IRC)

Comitê Internacional de Resgate

O Comitê Internacional de Resgate é uma entidade criada em 1933 que responde às piores crises humanitárias do mundo e ajuda as pessoas com vidas e meios de subsistência destruídos por conflitos e desastres. Apenas em 2017, o IRC, com parceiros internacionais, atingiu cerca de 2 milhões de pessoas afetadas pelas crises de fome na África Oriental, na Nigéria e no Iêmen. Auxiliou 10.665 refugiados e recebedores de visto de imigrante especial nas comunidades americanas e ajudou 1.146 pessoas por meio do programa Intensivo de Gestão de Casos, que fornece suporte estendido para os refugiados em maior risco, incluindo aqueles com problemas de saúde mental ou mental.

Além dessas medidas já feitas, a organização possui programas que ajudam os refugiados a desenvolverem suas habilidades e talentos, a fim de ajudarem a si mesmos e contribuírem com suas comunidades. Só no ano passado, o IRC chegou a 75 mil pessoas no Líbano com serviços que ajudaram a mudar suas vidas para melhor. "Eles agora se veem de forma diferente — como mulheres fortes e capazes que podem fazer a diferença em suas vidas", disse uma assistente social que coopera com essa organização.

Medecins Sans Frontieres

Médicos sem Fronteiras

Médicos Sem Fronteiras (MSF) é uma organização humanitária internacional criada em 1971, na França, por jovens médicos e jornalistas. Desde então, MSF leva cuidados de saúde a pessoas afetadas por graves crises humanitárias, independentemente do país onde se encontram.

A organização possui forte atuação no quesito de ajuda a refugiados, como, por exemplo, no caso da minoria étnica perseguida, “Rohingya”, no abrigo chamado Cox’s Bazar, em Bangladesh, em que MSF ampliou suas atividades para atender os recém-chegados em 2017. Também em 2016, após o acordo firmado entre a UE e a Turquia, MSF decidiu não receber mais recursos financeiros dos países-membros do bloco em protesto contra a vergonhosa política migratória imposta a refugiados e migrantes.



Dados oficiais do MSF sobre sua atuação mundial e os números acerca de seus trabalhos.

FINALIZAÇÃO

A partir das análises apresentadas e da reunião de conceitos e eventos históricos que permeiam as decisões geopolíticas atuais, é de extrema importância que as delegações presentes no encontro do ACNUR discutam de forma harmônica e criem medidas eficazes para a garantia da cidadania global de todas as comunidades humanas que são assoladas por tiranias, perseguidas por suas características culturais ou eximidas de qualquer direito humano a partir de articulações políticas e/ou populares.

A mesa diretora e o secretariado geral desejam bons estudos aos participantes e esperam que suas contribuições sejam de caráter protagonista, uma vez que vidas de milhões de pessoas dependem das decisões a serem apresentadas por este comitê. Com base nisso, almejam também que o respeito e a humanidade sejam preservados em nome de um futuro promissor para todos os cidadãos. E, por fim, que não se esqueçam de que os direitos humanos são a base das relações políticas para conciliar o progresso e o zelo pela identidade de quaisquer comunidades.

Um excelente ano de 2019 a todos e até nosso encontro,

Mesa Diretora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

→ DE ACORDO COM A DELEGAÇÃO:

● Afeganistão

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - “Afeganistão - Estatísticas principais”. Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/afg/estatistica-apresentacao-afeganistao.php>>. Acesso em 31/01/2019.

Passei Web - Revista Época - 2018 - “Entenda o conflito do Afeganistão”. Disponível em: <https://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/atualidades/entenda_o_conflito_do_afeganistao>. Acesso em 31/01/2019.

CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) - 2019 - “Refugiados do Afeganistão”. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/pessoas-refugiadas-do-afeganistao>>. Acesso em 31/01/2019.

● África do Sul

Globo-France Presse-2017 - “Polícia dispersa protesto anti-imigrantes na África do Sul”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/policia-dispersa-protesto-anti-imigrantes-na-africa-do-sul.ghtml>>. Acesso em 11/12/2018.

Jornal de Angola - Victor Silva - 2018 - “O desafio da imigração da África do Sul”. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/mundo_africano/o_desafio_da_imigracao_na_africa_do_sul>. Acesso em 11/12/2018.

Notícias R7 internacionais - 2015 - “Cerca de 3,7 mil imigrantes deixaram a África do Sul pelos ataques xenófobos”. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/cerca-de-37-mil-imigrantes-deixaram-a-africa-do-sul-pelos-ataques-xenofobos-06052015>>. Acesso em 11/12/2018.

● Alemanha

BBC NEWS Brasil - 9 de setembro de 2015 - “Como Alemanha se beneficiará recebendo 800 mil refugiados”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150909_beneficio_imigrantes_alemanha_lgb>. Acesso em 24/01/2019.

ACNUR - 10 de outubro de 2016 - “Refugiados e solicitantes de refúgio se inscrevem para receber recém-chegados na Alemanha”. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/10/10/refugiados-e-solicitantes-de-refugio-se-inscrevem-para-receber-recem-chegados-na-alemanha/>>. Acesso em 24/01/2019.

ACNUR, Pory Rebecca Murray - 14 de outubro de 2015 - “Refugiados iraquianos ajudam outros refugiados a encontrar segurança na Alemanha”. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/14/refugiados-iraquianos-ajudam-outros-refugiados-a-encontrar-seguranca-na-alemanha/>>. Acesso em 24/01/2019.

ACNUR - 11 de setembro de 2013 - "Primeiro grupo de refugiados sírios chega à Alemanha para realocação temporária". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2013/09/11/primeiro-grupo-de-refugiados-sirios-chega-a-alemanha-para-realocacao-temporaria/>>. Acesso em 24/01/2019.

Esquerda Online, Victor Wolfgang Kegel Amal - 26 de fevereiro de 2018 – "Alemanha e a crise dos refugiados". Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/02/26/alemanha-e-a-crise-dos-refugiados/>>. Acesso em 24/01/2019.

Público, Reuters- 21 de agosto de 2018 – "Há cada vez mais refugiados a ajudar a economia alemã". Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/08/21/mundo/noticia/ha-cada-vez-mais-refugiados-a-encontrar-emprego-na-alemanha-1841631>>. Acesso em 24/01/2018.

DW, EK/dpa/dw/ots - 29 de março de 2018 - "Ministério alemão avança em plano para acelerar deportações". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/minist%C3%A9rio-alem%C3%A3o-avan%C3%A7a-em-plano-para-acelerar-deporta%C3%A7%C3%B5es/a-43191302>>. Acesso em 24/01/2019.

DW, MD/dpa/afp/epd - 12 de abril de 2018 - "Alemanha nunca teve tantos estrangeiros". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/alemanha-nunca-teve-tantos-estrangeiros/a-43355644>>. Acesso em 24/01/2019.

DW, MD/afp/ots - 12 de abril de 2018 - "Refugiados sírios estão deixando a Alemanha". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/refugiados-s%C3%ADrios-est%C3%A3o-deixando-a-alemanha/a-43359635>>. Acesso em 24/01/2019.

Sputniknews - 27 de fevereiro de 2018 - "Por refugiados, Alemanha está abrindo precedentes para poligamia e casamento infantil". Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/europa/2018022710622423-poligamia-refugiados-alemanha-afd/>>. Acesso em 24/01/2019.

Goethe - Zentrum Brasília, Praktikantin - 21 de janeiro de 2019 - "O impacto da crise de refugiados na Alemanha". Disponível em: <<https://goethebrasilia.org.br/blog/o-impacto-da-crise-de-refugiados-na-alemanha-no-debate-sobre-a-integracao-e-sobre-o-que-e-tipico-alemao/>>. Acesso em 24/01/2019.

Gazeta do povo, Leonid Bershidsky - 4 de janeiro de 2018 - "Pesquisa mostra o que a Alemanha tentava esconder: refugiados são responsáveis por aumento da criminalidade no país". Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/pesquisa-mostra-o-que-a-alemanha-tentava-esconder-refugiados-sao-responsaveis-por-aumento-da-criminalidade-no-pais-09cnrbi3vg6rcuj42le4954rg/>>. Acesso em 24/01/2019.

Euronews, com Lusa - 1 de fevereiro de 2018 - "Alemanha restringe entrada de refugiados e familiares". Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/02/01/alemanha-restrige-entrada-de-refugiados-e-familiares>>. Acesso em 24/01/2019.

Migramundo, Rodrigo Borges Delfim - 13 de julho de 2018 - "Benevolência ou instrumento político? A questão dos refugiados na Alemanha". Disponível em: <https://migramundo.com/benevolencia-ou-instrumento-politico-a-questao-dos-refugiados-na-alemanha/>>. Acesso em 24/01/2019.

- **Angola**

DW - Nelson Francisco Sul – 2017 - "Situação precária dos refugiados da RDC em Angola". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/situa%C3%A7%C3%A3o-prec%C3%A1ria-dos-refugiados-da-rdc-em-angola/a-39599483>>. Acesso em: 12/12/2018.

O Globo - 2018 - "Congo acusa Angola de expulsar milhares de imigrantes após ação policial violenta". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/congo-acusa-angola-de-expulsar-milhares-de-imigrantes-apos-acao-policial-violenta-23163011>>. Acesso em: 12/12/2018.

DW - Borralho Ndombam - 2017 - "O drama dos refugiados em Angola". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/o-drama-dos-refugiados-em-angola/a-41908612>>. Acesso em: 12/12/2018.

Em.com.br - 2018 - "Angola expulsa em um mês 380 mil imigrantes ilegais". Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/20/interna_internacional,998860/angola-expulsa-em-um-mes-380-mil-imigrantes-ilegais.shtml>. Acesso em: 12/12/2018.

- **Arábia Saudita**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - "Arábia Saudita - Estatísticas principais". Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/sau/estatistica-apresentacao-arabia-saudita.php>>. Acesso em: 31/01/2019.

Awebic - Rafael Zenato - 2018 - "Enquanto Europa sofre para abrigar refugiados, Arábia Saudita teria espaço para 3 milhões de pessoas". Disponível em:

<<https://awebic.com/cultura/enquanto-europa-sofre-para-abrigar-refugiados-arabia-saudita-teria-espaco-para-3-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 31/01/2019.

- **Argélia**

UOL Notícias - 2018 - "Andar ou morrer". Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/andar-ou-morrer-o-drama-dos-refugiados-despejados-no-deserto-do-saara.htm#imagem-2>>. Acesso em: 17/12/2018.

Metrópoles - 2018 - "Argélia abandona mais de 13 mil imigrantes no Deserto do Saara". Disponível em: <<https://www.metropoles.com/mundo/argelia-abandona-mais-de-13-mil-imigrantes-no-deserto-do-saara>>. Acesso em: 17/12/2018.

Agência EFE - 2018 - "Argélia, a bomba-relógio da migração irregular no Mediterrâneo". Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/argelia-a-bomba-relogio-da-migra-o-irregular-no-mediterraneo/50000246-3694598>>. Acesso em: 17/12/2018.

Ciberia - 2018 - "Rota mortífera: Argélia abandona milhares de imigrantes no deserto do Saara". Disponível em: <<https://ciberia.com.br/argelia-abandona-imigrantes-saara-41026>>. Acesso em: 17/12/2018.

- **Argentina**

Actualitix - Statistics by country - 2016 - "Argentina - Estatísticas principais". Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/arg/estatistica-apresentacao-argentina.php>>. Acesso em: 31/01/2019.

Argentina - Governo Argentino - 2019 - "Refugiados". Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/refugiados>>. Acesso em: 31/01/2019.

ONU BR - Nações Unidas Brasil - 2017 - "Argentina fecha 201 com recorde de refugiados sírios acolhidos". Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/argentina-fecha-2017-com-recorde-de-refugiados-sirios-acolhidos/>>. Acesso em: 31/01/2019.

- **Austrália**

ACNUR - 24 de julho de 2017 - "Filippo Grandi, chefe do ACNUR, pede à Austrália o fim da perigosa prática de detenção 'offshore'". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2017/07/24/filippo-grand-chefe-do-acnur-pede-a-australia-o-fim-da-perigosa-pratica-de-detencao-offshore/>>. Acesso em: 15/01/19.

EuroNews - 2 de fevereiro de 2017 - "O destino dos refugiados na Austrália". Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2017/02/02/o-destino-dos-refugiados-na-australia>>. Acesso em 15/01/19.

BBC Brasil - 31 de agosto de 2001 - "Aumenta pressão para que Austrália receba refugiados". Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010830_refugiados1.shtml>. Acesso em 15/01/19.

BBC Brasil - 23 de janeiro de 2002 – "Situação de refugiados causa renúncia na Austrália". Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020123_australiadtl.shtml>. Acesso em 15/01/19.

El País, NAIARA GALARRAGA GORTÁZAR - 28 de outubro de 2017 - "Missão da Austrália: dissuadir os refugiados". Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509094341_467132.html>. Acesso em 15/01/19.

- **Bangladesh**

YouTube, “Os acontecimentos em todo o Brasil & no mundo” - 17 de setembro de 2017 -”URGENTE (BANGLADESH VAI AJUDAR POVO DE MIANMAR QUE ESTÃO NA POBREZA TOTAL)“.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PluLUnSfSAA>>. Acesso em 15/01/19.

RLRM – 2016 - Bangladesh.pdf – 2016 - “Bangladesh”. Disponível em: <<https://www.acn.org.br/wp-content/uploads/attachments/RLRM-2016-Bangladesh.pdf>>. Acesso em 15/01/19.

Amnistia Internacional - 20 de junho de 2018 - “Bangladesh: Se necesita ayuda internacional urgente para las personas refugiadas rohingyas”. Disponível em:

<<https://www.amnesty.org/es/latest/news/2018/06/refugee-day-bangladesh-rohingya/>>. Acesso em 15/01/19.

ACNUR Brasil, Tim Gaynor - 21 de março de 2018 - “ONU precisa de US\$ 951 milhões para ajudar refugiados Rohingya em Bangladesh”. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2018/03/21/onu-precisa-de-us-951-milhoes-para-ajudar-refugiados-rohingya-em-bangladesh/>>. Acesso em 15/01/19.

ACNUR Brasil, Joseph Surja Tripura - 2 de março de 2018 - “Refugiados rohingya são acolhidos por agricultores de Bangladesh”. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2018/03/02/refugiados-rohingya-sao-acolhidos-por-agricultores-de-bangladesh/>>. Acesso em 15/01/19.

ACNUR Brasil - 24 de novembro de 2017 - “Desperado, o povo rohingya chega em Bangladesh em frágeis botes”. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2017/11/24/desperado-o-povo-rohingya-chega-em-bangladesh-em-frageis-botes/>>. Acesso em 15/01/19.

ACNUR Brasil - 31 de outubro de 2017 - “Refugiados rohingya recebem assistência psicológica em Bangladesh”. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2017/10/31/refugiados-rohingya-recebem-assistencia-psicologica-em-bangladesh/>>. Acesso em 15/01/19.

ACNUR Brasil - 21 de setembro de 2017 - “Em perigosa travessia marítima, o povo de rohingya busca segurança em Bangladesh”. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2017/09/12/em-perigosa-travessia-maritima-o-povo-de-rohingya-busca-seguranca-em-bangladesh/>>. Acesso em 15/01/19.

- **Brasil**

Ministério das Relações Exteriores - 2016 - “Refugiados e CONARE”. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>>. Acesso em 14/01/2019.

Folha de São Paulo - 2018 - “Estrangeiros buscando refúgio no Brasil mais que dobraram em um ano”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/estrangeiros-buscando-refugio-no-brasil-mais-que-dobraram-em-um-ano.shtml>>. Acesso em: 14/01/2019.

UOL Educação - 2017 - “Crise migratória - cresce fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil”. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/crise->

migratoria-cresce-fluxo-de-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-no-brasil.htm>. Acesso em 14/01/2019.

TodaMatéria - Juliana Bezerra - 2018 - "Refugiados". Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/refugiados/>>. Acesso em 14/01/2019.

Correio Braziliense - 2019 - "Governo Bolsonaro retira o Brasil do Pacto Global pela Imigração da ONU". Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/08/interna-brasil,729696/brasil-deixa-pacto-global-pela-imigracao-da-onu.shtml>>. Acesso em 14/01/2019.

Providence - 2018 - "Venezuelan Refugees in Brazil: Is Xenophobia Replacing Kindness?". Disponível em: <<https://providencemag.com/2018/09/venezuelan-refugees-in-brazil-is-xenophobia-replacing-kindness/>>. Acesso em 14/01/2019.

- **Burundi**

ACNUR Brasil - 2018 - "Burundi". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/burundi/>>. Acesso em 16/12/2018.

Brasilecola - Wagner de Cerqueira e Francisco - 2018 - "Dados de Burundi". Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/burundi.htm>>. Acesso em 16/12/2018.

ONU News - Eleutério Guevane - 2017 - "Refugiados do Burundi devem chegar a meio milhão este ano". Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/05/1586491-refugiados-do-burundi-devem-chegar-meio-milhao-este-ano>>. Acesso em 16/12/2018.

EXAME - 2015 - "União Africana alerta que não permitirá genocídio no Burundi". Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/uniao-africana-alerta-que-nao-permitira-genocidio-no-burundi/>>. Acesso em 16/12/2018.

- **Canadá**

Hypeness - 2017 - "Canadá está investindo 50 milhões em moradias temporárias para refugiados". Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2018/06/canada-esta-investindo-50-milhoes-em-moradias-temporarias-para-refugiados/>>. Acesso em 09/01/2019.

E-visa Immigration - 2018 - "Futuro da imigração: Canadá aumenta meta para novos imigrantes até 2021" - Disponível em: <<https://www.evisaimmigration.com/futuro-da-imigracao-canada-aumenta-meta-para-novos-imigrantes-ate-2021/>>. Acesso em 09/01/2019.

Agência Brasil - Da Radio France Internationale - 2017- "Canadá oferece residência temporária a refugiados barrados por Trump". Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-01/canada-oferece-residencia-temporaria-refugiados-barrados-por-trump>>. Acesso em 09/01/2019.

ACNUR - 2016 - "Patrocínio privado de refugiados no Canadá é apresentado a países da Europa e América Latina". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/12/23/patrocínio-privado-de-refugiados-no-canadá-e-apresentado-a-países-da-europa-e-américa-latina/>>. Acesso em 09/01/2019.

Olhares do mundo - 2017 - "Canadá abre portas a imigrantes e refugiados para continuar a crescer". Disponível em: <<https://olharesdomundo.wordpress.com/2017/05/24/canadá-abre-portas-a-imigrantes-para-continuar-a-crescer/>>. Acesso em 09/01/2019.

AMNESTY International - 2017 - "Refugee Protection in Canada". Disponível em: <<https://www.amnesty.ca/our-work/issues/refugees-and-migrants/refugee-protection-canada>>. Acesso em 09/01/2019.

- **Chade**

ONU BR - Nações Unidas no Brasil - 2018 - "ACNUR: mais de 5 mil refugiados da República Centro-Africana chegam ao Chade". Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acnur-mais-de-5-mil-refugiados-da-republica-centro-africana-chegam-ao-chade/>>. Acesso em 11/01/2019.

MSF - Médicos Sem Fronteiras - 2015 - "Chade: milhares de refugiados nigerianos em busca de segurança". Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/chade-milhares-de-refugiados-nigerianos-em-busca-de-seguranca>>. Acesso em 11/01/2019.

UN News - 2016 - "Refugees in Chad facing continued food insecurity, joint UN agency assessment reveals". Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2016/11/546372-refugees-chad-facing-continued-food-insecurity-joint-un-agency-assessment>>. Acesso em 11/01/2019.

European Commission - 2018 - "EU aid for recent Central African refugees in Chad". Disponível em: <https://ec.europa.eu/echo/news/eu-aid-recent-central-african-refugees-chad_en>. Acesso em 11/01/2019.

- **China**

ACNUR, Vivian Tan - 22 de novembro de 2013 - "Escolas chinesas oferecem educação primária para refugiados". Disponível em: <<https://www.acnur.org/noticias/noticia/2013/11/5b081d041a/escuelas-chinas-ofrecen-educacion-primaria-a-los-refugiados.html?query=China>>. Acesso em 03/02/2019.

ACNUR, Vivian Tan - 8 de junho de 2017 - "China puede desempeñar un papel clave en la solución de la crisis de los refugiados, dice Alto Comisionado". Disponível em: <<https://www.acnur.org/noticias/noticia/2017/6/5b7e71df15/china-puede-desempenar-un-papel-clave-en-la-solucion-de-la-crisis-de-los-refugiados-dice-alto-comisionado.html?query=China>>. Acesso em 03/02/2019.

ACNUR - 8 de junho de 2017 - "Alto Comissário busca aumentar a cooperação com a China". Disponível em: <<https://www.acnur.org/noticias/press/2017/6/5b7e71de37/alto-comisionado-busca-aumentar-la-cooperacion-con-china.html?query=China>>. Acesso em 03/02/2019.

DN - 12 de dezembro de 2017 - “China está a construir campos de refugiados na fronteira com a Coreia do Norte”. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/china-esta-a-construir-campos-de-refugiados-na-fronteira-com-a-coreia-do-norte-8979030.html>>. Acesso em 03/02/2019.

EBC - 19 de maio de 2017 - “Chineses são os mais dispostos a acolher refugiados, diz Anistia Internacional”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-05/chineses-sao-os-mais-dispostos-acolher-refugiados-indica-pesquisa-da>>. Acesso em 03/02/2019.

Folha de S. Paulo, Jane Perlez - 12 de dezembro de 2017 - “China teme crise e planeja campos para refugiados da Coreia do Norte”. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1942636-china-teme-crise-e-planeja-campos-para-refugiados-da-coreia-do-norte.shtml>>. Acesso em 03/02/2019.

Estadão Internacional - 10 de outubro de 2018 - “China legaliza campos de concentração para 'reeducação' muçulmanos”. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,china-legaliza-campos-de-concentracao-para-reeducar-muculmanos,70002542836>>. Acesso em 03/02/2019.

HM, Diana do Mar - 29 de novembro de 2018 - “Refugiados | Um contexto chamado China”. Disponível em: <<https://hojemacau.com.mo/2018/11/29/refugiados-um-contexto-chamado-china/>>. Acesso em 03/02/2019.

- **Coreia do Sul**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - “Coreia do Sul - Estatísticas principais”. Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/kor/estatistica-apresentacao-coreia-do-sul.php>>. Acesso em 02/02/2019.

RTP Notícias - RTP - 2018 - “Protestos contra refugiados iemenitas aumentam na Coreia do Sul”. Disponível em:

<https://www.rtp.pt/noticias/mundo/protestos-contrarefugiados-iemenitas-aumentam-na-coreia-do-sul_n1093117>. Acesso em 02/02/2019.

BBC News Brasil - Alba Morgade - 2018 - “Os “fantasmas” do racismo na Coreia do Sul, um dos países mais prósperos do mundo”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44936068>>. Acesso em 02/02/2019.

- **Cuba**

G1 - Globo Notícias - France Presse - 2017 - “Migração cubana, meio século de tensão entre Washington e Havana”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/migracao-cubana-meio-seculo-de-contencioso-entre-washington-e-havana.ghtml>>. Acesso em 06/01/2019.

Renova Mídia - 2018 - “Cuba é o segundo maior exportador de refugiados para o Brasil”. Disponível em: <<https://renovamidia.com.br/cuba-exportador-refugiados-brasil/>>. Acesso em 06/01/2019.

G1 - Globo Notícias - 2017 - "Donald Trump anuncia revisão do acordo de Obama com Cuba". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/donald-trump-anuncia-cancelamento-do-acordo-com-cuba.ghtml>>. Acesso em 06/01/2019.

Agência Brasil - 2018 - "Em 18 anos, 5,7 mil cubanos solicitaram refúgio no Brasil". Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/em-18-anos-57-mil-cubanos-solicitaram-refugio-no-brasil>>. Acesso em 06/01/2019.

G1 - Globo Notícias - 2014 - "Obama e Raúl Castro anunciam retomada das relações de Cuba e EUA". Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/obama-e-raul-castro-anunciam-restabelecimento-de-relacoes-de-cuba-e-eua.html>>. Acesso em 06/01/2019.

Expansión - 2017 - "Cae el número de inmigrantes que viven en Cuba". Disponível em: <<https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/cuba>>. Acesso em 06/01/2019.

- **Egito**

MigraMundo - Rodrigo Borges Delfim - 2018 - "Migrantes e refugiados no Egito enfrentam rejeição e racismo". Disponível em: <<https://migramundo.com/imigrantes-e-refugiados-no-egito-enfrentam-rejeicao-e-racismo-nas-periferias/>>. Acesso em 26/12/2018.

Human Rights Watch - 2016 - "World Report 2018: Egypt". Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/egypt>>. Acesso em 26/12/2018.

Médicos sem fronteiras - 2017 - "Egito". Disponível em: <<https://www.msf.org/pt-br/international-activity-report-2017/egito>>. Acesso em 26/12/2018.

Al.Monitor - Amira Sayed Ahmed - 2018 - "Egypt rejects EU plan to force refugees into camps" (Egito rejeita plano da UE para forçar refugiados em acampamentos). Disponível em: <<https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/07/egypt-syrian-refugees-eu-plan-migrant-centers.html>>. Acesso em 26/12/2018.

UNHCR - 2018 - "Egypt" (Egito). Disponível em: <<http://reporting.unhcr.org/node/2540?y=2019#year>>. Acesso em 26/12/2018.

- **Espanha**

Diário de Notícias, Lusa - 11 de junho de 2018 - "Espanha acolhe refugiados do navio que Itália e Malta recusaram". Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/espanha-vai-acolher-refugiados-no-porto-de-valencia-9431693.html>>. Acesso em 17/01/2019.

Diário de Notícias, Lina Santos - 18 de junho de 2018 - "Imigrantes em Espanha sim, mas depende como chegam". Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/imigrantes-em-espanha-sim-mas-depende-como-chegam-9478740.html>>. Acesso em 17/01/2019.

Observador, António Araújo/LUSA - 12 de junho de 2018 - "Acolhimento de refugiados por Espanha representa "verdadeiro espírito europeu", afirma Marcelo". Disponível em:

<<https://observador.pt/2018/06/12/acolhimento-de-refugiados-por-espanha-representa-verdadeiro-espirito-europeu-afirma-marcelo/>>. Acesso em 17/01/2019.

Agência Brasil, Agência EFE - 17 de junho de 2017 - “Milhares de pessoas exigem que governo da Espanha receba mais refugiados”. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-06/milhares-de-pessoas-exigem-que-governo-da-espanha-receba-mais>>. Acesso em 17/01/2019.

Euronews, Ricardo Borges de Carvalho - 08 de agosto de 2018 - “Espanha diminui benefícios a migrantes ilegais”. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/08/08/espanha-diminui-beneficios-a-migrantes-ilegais>>. Acesso em 17/01/2019.

Tvi24, ALM com Lusa - 08 de novembro de 2018 - “Alemanha e Espanha defendem “distribuição justa” de migrantes e refugiados”. Disponível em: <<https://tvi24.iol.pt/internacional/11-08-2018/alemanha-e-espanha-defendem-distribuicao-justa-de-migrantes-e-refugiados>>. Acesso em 17/01/2019.

DW, AV/kna/dpa/ots - 27 de julho de 2018 - “Espanha teme nova onda migratória”. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/espanha-teme-nova-onda-migrat%C3%B3ria/a-44857458>>. Acesso em 17/01/2019.

Euronews - 01 de outubro de 2018 - “Espanha recolheu mais 675 migrantes no Mediterrâneo”. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/10/01/espanha-recolheu-mais-675-migrantes-no-mediterraneo>>. Acesso em 17/01/2019.

Sputnik - 30 de junho de 2018 - “Espanha aceita novo navio de refugiados impedidos de entrar na Itália”. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/europa/2018063011603164-espanha-refugiados-imigrantes-italia-espanha-libia/>>. Acesso em 17/01/2019.

- **Estados Unidos da América**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - “Estados Unidos - Estatísticas principais”. Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/usa/estatistica-apresentacao-estados-unidos.php>>. Acesso em 02/02/2019.

Sputnik Brasil - 2018 - “ACNUR cobra dos EUA respeito a protocolos internacionais de proteção a refugiados”. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/americas/2018111012646863-acnur-eua-protocolos-internacionais-refugiados-america-central/>>. Acesso em 02/02/2019.

Veja - 2018 - “EUA limitam a 30.000 admissões de refugiados em 2019”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/eua-limita-a-30-000-admissao-de-refugiados-em-2019/>>. Acesso em 02/02/2019.

El País - Pablo Guimón - 2018 - “Trump ameaça suspender ajuda à América Central e fechar a fronteira com o México”. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/internacional/1546027471_245355.html>. Acesso em 02/02/2019.

Veja - 2018 - “Ausência dos EUA e de outros peso-pesados ameaça Pacto de Migração”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/ausencia-dos-eua-e-de-outros-peso-pesados-ameaca-pacto-de-migracao/>>. Acesso em 02/02/2019.

O GLOBO - Elisa Martins - 2018 - “EUA lideram novos pedidos de refúgio em 2017, diz Acnur”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eua-lideram-novos-pedidos-de-refugio-em-2017-diz-acnur-22800350>>. Acesso em 02/02/2019.

R7 Internacional - Gabriela Lisbôa - 2018 - “EUA pretende receber 15 mil refugiados a menos em 2019”. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/eua-pretende-receber-15-mil-refugiados-a-menos-em-2019-19092018>>. Acesso em 02/02/2019.

G1 Globo - France Presse - 2019 - “Trump anuncia pronunciamento sobre muro entre EUA e México e visita a fronteira”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/08/trump-anuncia-pronunciamento-sobre-muro-eua-mexico-e-visita-a-fronteira.ghtml>>. Acesso em 03/02/2019.

TRT Português - 2019 - “EUA mandam mais tropas para sua fronteira com o México”. Disponível em: <<http://www.trt.net.tr/portuguese/mundo/2019/02/01/eua-mandam-mais-tropas-para-sua-fronteira-com-o-mexico-1137014>>. Acesso em 03/02/2019.

- **Etiópia**

Vatican News - 2018 - “Etiópia: 1 milhão de deslocados que precisam de ajuda”. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2018-08/etiopia-deslocados-ajuda-medicos-fronteiras.html>>. Acesso em 03/01/2019.

UNHCR - 2018 - “Ethiopia”. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/ethiopia.html>>. Acesso em: 03/01/2019.

Norwegian Refugee Council - 2018 - “How is Ethiopia welcoming its refugees?”. Disponível em: <https://www.nrc.no/news/2018/may/how-is-ethiopia-welcoming-its-refugees/>. Acesso em 03/01/2019.

UNHCR - 2018 - “Country”. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/en/country/eth>>. Acesso em 03/01/2019.

- **França**

ACNUR - 25 de abril de 2017 - “Vilarejo na França abre portas de castelo para acolher refugiados”. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2017/04/25/vilarejo-na-franca-abre-portas-de-castelo-para-acolher-refugiados/>>. Acesso em 21/01/2019.

MSF - 17 de novembro de 2017 - “França: situação de refugiados em Paris é crítica”. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/franca-situacao-de-refugiados-em-paris-e-critica>>. Acesso em 21/01/2019.

FOLHA, Diogo Bercito - 30 de maio de 2018 - "Governo francês desmonta campos de refugiados em Paris". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/governo-frances-desmonta-campos-de-refugiados-em-paris.shtml>>. Acesso em 21/01/2019.

FOLHA, Adam Nossiter - 27 de fevereiro de 2018 - "França monta posto avançado na África para tentar reduzir fluxo migratório". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/franca-monta-posto-avancado-na-africa-para-tentar-reduzir-fluxo-migratorio.shtml>>. Acesso em 21/01/2019.

DW, CA/dpa/afp - 13 de fevereiro de 2016 - "França rejeita acolher mais refugiados". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/fran%C3%A7a-rejeita-acolher-mais-refugiados/a-19047391>>. Acesso em 21/01/2019.

DW, KG/ap/rtr - 12 de fevereiro de 2016 - "Cresce violência contra migrantes em Calais". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/cresce-viol%C3%Aancia-contra-migrantes-em-calais/a-19045938>>. Acesso em 21/01/2019.

VOXeup, Stéphanie Maurice - 2 de outubro de 2013 - "Toda a Europa é melhor do que a França". Disponível em: <<https://voxeurop.eu/pt/content/article/4193261-toda-europa-e-melhor-do-que-franca>>. Acesso em 21/01/2019.

RFI, Márcia Bechara - 17 de outubro de 2018 - "França: Plano com mais de 100 medidas visa integrar refugiados em mercado de trabalho". Disponível em: <<http://br.rfi.fr/economia/20181017-como-franca-prepara-mercado-de-trabalho-para-integrar-refugiados>>. Acesso em 21/01/2019.

RFI - 9 de abril de 2018 - "França recebeu mais de 100 mil pedidos de asilo político em 2017". Disponível em: <<http://br.rfi.fr/franca/20180409-franca-recebeu-mais-de-100-mil-pedidos-de-asilo-politico-em-2017>>. Acesso em 21/01/2019.

Exame, EFE - 1 de agosto de 2018 - "França aprova projeto de lei para dificultar imigração ilegal". Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/franca-aprova-projeto-de-lei-para-dificultar-imigracao-ilegal/>>. Acesso em 21/01/2019.

- **Grécia**

ACNUR, Tania Karas - 24 de agosto de 2016 - "Chefe do ACNUR diz que Grécia necessita de ajuda da UE para conter a crise de refugiados". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/08/24/chefe-do-acnur-diz-que-grecia-necessita-de-ajuda-da-ue-para-conter-a-crise-refugiados/>>. Acesso em 25/01/2019.

ACNUR - 16 de março de 2016 - "Mais de um milhão de refugiados viajam à Grécia desde 2015". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/03/16/mais-de-um-milhao-de-refugiados-viajam-a-grecia-desde-2015/>>. Acesso em 25/01/2019.

ACNUR - 1 de março de 2016 - "ACNUR alerta para crise humanitária iminente na Grécia". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/03/01/acnur-alerta-para-crise-humanitaria-iminente-na-grecia/>>. Acesso em 25/01/2019.

ACNUR - 23 de fevereiro de 2016 - "Estudo do ACNUR revela perfil, motivação e necessidades de refugiados sírios e afegãos que chegaram à Grécia em 2016". Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2016/02/23/estudo-do-acnur-revela-perfil-motivacao-e-necessidades-de-refugiados-sirios-e-afegaos-que-chegaram-a-grecia-em-2016/>>. Acesso em 25/01/2019.

ACNUR - 10 de dezembro de 2015 - "Pesquisa do ACNUR revela que a maioria dos sírios que chegam à Grécia são estudantes". Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2015/12/10/pesquisa-do-acnur-revela-que-a-maioria-dos-sirios-que-chegam-a-grecia-sao-estudantes/>>. Acesso em 25/01/2019.

ACNUR, Melissa Fleming - 14 de outubro de 2015 - "Chefe do ACNUR agradece à Grécia pelo aprimoramento dos esforços para as pessoas que continuam chegando". Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/14/chefe-do-acnur-agradece-a-grecia-pelo-aprimoramento-dos-esforcos-para-as-pessoas-que-continuam-chegando/>>. Acesso em 25/01/2019.

ACNUR - 3 de fevereiro de 2015 - "Sírios enfrentam desespero e perigos na tentativa de chegar à Grécia". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2015/02/03/sirios-enfrentam-desespero-e-perigos-na-tentativa-de-chegar-a-grecia/>>. Acesso em 25/01/2019.

ACNUR - 21 de setembro de 2010 - "ACNUR: Situação do refúgio na Grécia é uma "crise humanitária". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2010/09/21/acnur-situacao-do-refugio-na-grecia-e-uma-crise-humanitaria/>>. Acesso em 25/01/2019.

MSF - 4 de dezembro de 2014 - "União Europeia e Grécia viram as costas para refugiados que chegam às Ilhas Gregas". Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/uniao-europeia-e-grecia-viram-costas-para-refugiados-que-chegam-ilhas-gregas>>. Acesso em 25/01/2019.

MSF - 16 de julho de 2017 - "Grécia: milhares de imigrantes e refugiados estão submetidos a condições precárias na fronteira com a Antiga República Iugoslava da Macedônia". Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/grecia-milhares-de-imigrantes-e-refugiados-estao-submetidos-condicoes-precarias>>. Acesso em 25/01/2019.

ONUBR - 31 de agosto de 2018 - "ONU alerta para situação insustentável de centro de acolhimento de refugiados na Grécia". Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-situacao-insustentavel-de-centro-de-acolhimento-de-refugiados-na-grecia/>>. Acesso em 25/01/2019.

DN, Patrícia Viegas - 25 de julho de 2018 - "Crise, refugiados e incêndios. As três tragédias gregas". Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/crise-refugiados-e-incendios-as-tres-tragedias-gregas-9634150.html>>. Acesso em 25/01/2019.

BBC, Catrin Nye - 30 de agosto de 2018 - "O 'pior campo de refugiados do mundo', onde até crianças tentam o suicídio". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45350156>>. Acesso em 25/01/2019.

Euronews - 11 de março de 2018 - "Refugiados em condições desumanas na Grécia". Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/03/11/refugiados-em-condicoes-desumanas-na-grecia>>. Acesso em 25/01/2019.

Euronews, João Duarte Ferreira - 23 de novembro de 2018 - "Refugiados na Grécia preparam-se para enfrentar o inverno". Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/11/23/refugiados-na-grecia-preparam-se-para-enfrentar-o-inverno>>. Acesso em 25/01/2019.

Gazeta do Povo, Patrick Kingsley - 20 de outubro de 2018 - "Os horrores de um campo de refugiados na Grécia". Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-horrores-de-um-campo-de-refugiados-na-grecia-aemieb58rf8drm4g7m74l6esx/>>. Acesso em 25/01/2019.

- **Haiti**

Mundo educação - "Haiti". Disponível em:

<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/haiti.htm>>. Acesso em 05/12/2018.

Global Issues - 2010 - "Haiti". Disponível em: <<http://www.globalissues.org/article/141/haiti>>. Acesso em 05/12/2018

- **Honduras**

BBC News - 2009 - "Presidente de Honduras é detido e exilado pelo Exército". Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090628_honduras_atualiza_rw>. Acesso em 21/11/2018.

BBC News Mundo - Ana Gabriela Rojas - 2018 - "Caravana de migrantes: Exaustos e famintos, milhares de hondurenhos chegam ao México rumo aos EUA 'em busca de emprego e segurança'". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45926416>>. Acesso em 21/11/2018.

El País - Majo Siscar Banyuls - 2013 - "O crime marca as eleições em Honduras". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/22/internacional/1385085365_618941.html>. Acesso em 21/11/2018.

Actualitix. World Atlas - Statistics by country - 2016 - "Honduras - IDH - Índice de Desenvolvimento Humano". Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/hnd/honduras-indice-de-desenvolvimento-humano.php>>. Acesso em 21/11/2018.

ACNUR - 2018 - "Honduras". Disponível em: <<https://www.acnur.org/honduras.html>>. Acesso em 21/11/2018.

- **Hungria**

ACNUR - 2018 - "Relatório do ACNUR revela mudanças no movimento migratório na Europa". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/04/11/relatorio-do-acnur-revela-mudancas-do-movimento-migratorio-na-europa/>>. Acesso em 21/11/2018.

PÚBLICO - Clara Barata - 2018 - "No dia dos refugiados, Hungria aprova lei que torna crime ajudá-los". Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/06/20/mundo/noticia/no-dia-dos-refugiados-hungria-aprovou-lei-que-torna-crime-ajudalos-1835279>>. Acesso em 21/11/2018.

- **lêmen**

BBC News - 2017 - “Cinco pontos para entender a guerra civil no lêmen, que já matou quase 10 mil em dois anos”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42234853>>. Acesso em 29/11/2018.

ACNUR - 2017 - “Plano europeu de responsabilidade imigratória e refugiados regionais”. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/partners/donors/589497d07/2017-regional-refugee-migrant-response-plan-europe-january-december-2017.html>>. Acesso em 29/11/2018.

EL PAÍS - Saná - 2018 - “Clamor internacional pelo ataque no lêmen que matou 40 crianças”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/10/internacional/1533917360_424175.html>. Acesso em 29/11/2018.

- **Índia**

Observador - 2017 - “Índia reforça fronteira com Myanmar para impedir entrada de refugiados da minoria rohingya”. Disponível em:

<<https://observador.pt/2017/09/15/india-reforca-fronteira-com-myanmar-para-impedir-entrada-de-refugiados-da-minoria-rohingya/>>. Acesso em 29/11/2018.

ACNUR - 2012 - “Refugiados na Índia compartilham as lutas diárias com o chefe do ACNUR”. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/news/latest/2012/12/50d47f056/refugees-india-share-daily-struggles-unhcr-chief.html>>. Acesso em 28/11/2018.

O Globo - Heloísa Traiano - 2018 - “Exclusão de Censo coloca em risco milhões de muçulmanos na Índia”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/exclusao-de-censo-coloca-em-risco-milhoes-de-muculmanos-na-india-22931562>>. Acesso em 30/11/2018.

- **Irã**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - “Irã: estatísticas principais”. Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/irn/estatistica-populacao-ira.php>>. Acesso em 30/11/2018.

BBC News - 2016 - “Migração Global em gráficos” - Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/especial/1323_migration/page11.shtml>. Acesso em 30/11/2018.

Em.com.br Internacional - AFP - 2017 - “ONU elogia Irã por acolhimento a refugiados”. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/03/16/interna_internacional,854824/onu-elogia-ira-por-acolhimento-a-refugiados.shtml>. Acesso em 30/11/2018.

BBC News - 2001 - “Situação dos refugiados é precária na fronteira com o Irã”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011107_ajudacs.shtml>. Acesso em 30/11/2018.

- **Iraque**

Toda Matéria - "Guerra do Iraque" - Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/guerra-do-iraque/>>. Acesso em 30/11/2018.

G1 Globo - 2015 - "Iraque teve em 2014 o ano com mais mortes civis desde 2006 e 2007", Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/iraque-teve-em-2014-o-ano-com-mais-mortes-entre-civis-desde-2006-e-2007.html>>. Acesso em 30/11/2018.

ACNUR - 2017 - "Iraque". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/iraque/>>. Acesso em 30/11/2018.

- **Israel**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - "Israel: Estatísticas Principais". Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/isr/estatistica-apresentacao-israel.php>>. Acesso em 30/11/2018.

ACNUR - 2018 - "O ACNUR pede a Israel que revise sua política de realocações forçadas". Disponível em: <<https://www.acnur.org/noticias/briefing/2018/1/5af2c72e10/www.html>>. Acesso em 30/11/2018.

DN (Diário de Notícias) - 2018 - "Israel permite retirada de refugiados sírios como "gesto humanitário excepcional". Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/israel-permite-retirada-de-refugiados-sirios-como-gesto-humanitario-excepcional-9622451.html>>. Acesso em 30/11/2018.

BBC News - 2018 - "Oito perguntas para entender o conflito entre palestinos e israelenses". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42268607>>. Acesso em 03/12/2018.

- **Itália**

European Union (External action) - 2018 - "EU in the world". Disponível em: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/area/geo_en>. Acesso em 03/12/2018.

TERRA Notícias - Gavin Jones - 2018 - "Itália não será mais "campo de refugiado", diz novo governo". Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/italia-nao-sera-mais-campo-de-refugiados-da-europa-diz-novo-governo,67a6969f58a09b1aa730e0a2a6b0e3e874l9i26t.html>>. Acesso em 03/12/2018.

ESTADÃO - O Estado de S. Paulo - 2018 - "Itália põe em prática 'tolerância zero' com imigrantes". Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,italia-poe-em-pratica-tolerancia-zero-com-imigrantes,70002345592>>. Acesso em 03/12/2018.

Comissão Europeia - 2018 - "A União Europeia e a crise migratória". Disponível em: <<http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/migration-crisis/pt/#what-is-the-eu-doing>>. Acesso em 03/12/2018.

European Commission. Disponível em <https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/communication_on_the_european_agenda_on_migration_en.pdf>. Acesso em 03/12/2018.

- **Japão**

ACNUR - 2018 - “Japão ingressa no programa de reassentamento do ACNUR”. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2010/09/28/japao-ingressa-no-programa-de-reassentamento-do-acnur>>. Acesso em 04/12/2018.

O Globo (Mundo) - Reuters - 2018 - “Apesar de número recorde de pedidos, Japão aceitou apenas 28 refugiados em 2016”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/apesar-de-numero-recorde-de-pedidos-japao-aceitou-apenas-28-refugiados-em-2016-20897558>>. Acesso em 04/12/2018.

PopulationPyramid.net - 2018 - “Densidade populacional do Japão em 2018”. Disponível em: <<https://www.populationpyramid.net/pt/densidades-populacionais/jap%C3%A3o/2018/>>. Acesso em 04/12/2018.

- **Jordânia**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - “Jordânia - Estatísticas principais”. Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/jor/estatistica-apresentacao-jordania.php>>. Acesso em 15/01/2019.

Sua Pesquisa.com - 2019 - “Liga Árabe - o que é, objetivos principais, países membros, fundação, resumo, bandeira, sede, definição, bibliografia, dados econômicos e sociais, estrutura”. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/geografia/liga_arabe.htm>. Acesso em 15/01/2019.

EBC - Da Agência Lusa - 2015 - “Países islâmicos se unem para combater o terrorismo”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-12/paises-islamicos-se-unem-para-combater-terrorismo>>. Acesso em 15/01/2019.

EXAME - EFE - 2018 - “Jordânia adverte que não receberá mais refugiados sírios”. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/jordania-adverte-que-nao-recebera-mais-refugiados-sirios/>>. Acesso em 15/01/2019.

Agenzia Fides - 2016 - “Ásia/Jordânia - A Jordânia é o país com mais refugiados. Caritas Jordaniana: situação insustentável e perigosa”. Disponível em: <http://www.fides.org/pt/news/60902-ASIA_JORDANIA_A_Jordania_e_o_pais_com_mais_refugiados_Caritas_Jordaniana_situacao_insustentavel_e_perigosa>. Acesso em 15/01/2019.

- **México**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - “México - Estatísticas principais”. Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/mex/estatistica-apresentacao-mexico.php>>. - Acesso em 17/01/2019.

Cola da web - Renan Bardine - 2018 - "Imigração Ilegal - Estados Unidos". Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/sociologia/imigracao-ilegal-estados-unidos>>. Acesso em 17/01/2018.

Terra - 2005 - "Imigrantes ilegais nos EUA podem chegar a 11 milhões". Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI491818-EI318,00.html>>. Acesso em 17/01/2018.

- **Myanmar**

International Crisis Group - 15 de dezembro de 2016 - "Mianmar: uma nova insurgência muçulmana no Estado de Rakhine". Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/myanmar/283-myanmar-new-muslim-insurgency-rakhine-state>>. Acesso em 03/02/2019.

Amnestía Internacional, UTC-27 de junho de 2018 - "Myanmar: Altos mandos militares deben responder ante la justicia por crímenes de lesa humanidad contra la población rohingya". Disponível em: <<https://www.amnesty.org/es/latest/news/2018/06/myanmar-military-top-brass-must-face-justice-for-crimes-against-humanity-targeting-rohingya/>>. Acesso em 03/02/2019.

AL JAZEERA - 25 de agosto de 2017 - "Deadly clashes erupt in Myanmar's restive Rakhine state". Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/08/deadly-clashes-erupt-myanmar-restive-rakhine-state-170825055848004.html>>. Acesso em 03/02/2019.

El País - 18 de setembro de 2017 - "Famintos e amontoados: crise dos refugiados de Myanmar supera capacidade de ajuda humanitária". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/17/internacional/1505660801_923922.html>. Acesso em 03/02/2019.

Observador, João Costa - 13 de setembro de 2017 - "Quem são os rohingyas e por que fogem de Myanmar?". Disponível em: <<https://observador.pt/2017/09/13/quem-sao-os-rohingya-e-por-que-fogem-de-myanmar/>>. Acesso em 03/02/2019.

CICV - "Refugiados de Myanmar". Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/refugiados-myanmar>>. Acesso em 3/02/2019.

MSF - 13 de março de 2007 - "Refugiados de Mianmar em Bangladesh: sem lugar para ir". Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/refugiados-de-mianmar-em-bangladesh-sem-lugar-para-ir>>. Acesso em 03/02/2019.

Euronews, João Paulo Godinho - 25 de agosto de 2018 - "Um ano de refugiados Rohingya a fugir de Myanmar". Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/08/25/um-ano-de-refugiados-rohingya-a-fugir-de-myanmar>>. Acesso em 03/02/2019.

National Geographic - 30 de outubro - "Crise no Myanmar - O Que Precisa de Saber". Disponível em: <<https://www.natgeo.pt/refugiados/2017/10/crise-no-myanmar-o-que-precisa-de-saber>>. Acesso em 03/02/2019.

BBC Brasil - 13 de setembro de 2017 - "Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869>>. Acesso em 03/02/2019.

Último Segundo - iG - 7 de setembro de 2017 - "Crise em Myanmar gera mais de 160 mil refugiados em duas semanas". Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2017-09-07/myanmar-refugiados-bangladesh.html>>. Acesso em 03/02/2019.

- **Países Baixos**

Observador, João Francisco Gomes - 21 de setembro de 2016 - "Holanda. Refugiados terão de se comprometer por escrito a respeitar valores ocidentais". Disponível em:

<<https://observador.pt/2016/09/21/holanda-refugiados-terao-de-se-comprometer-por-escrito-a-respeitar-valores-ocidentais/>>. Acesso em 03/02/19.

Euronews - 24 de setembro de 2018 - "Projeto inovador quebra preconceito contra refugiados na Holanda". Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/05/23/projeto-inovador-quebra-preconceito-contrarefugiados-na-holanda>>. Acesso em 03/02/19.

RFI - 21 de dezembro de 2018 - "Missas de 24 horas impedem que policiais expulsem família de refugiados na Holanda". Disponível em: <<http://br.rfi.fr/europa/20181221-missas-de-24-horas-impedem-que-policiais-expulsem-familia-de-refugiados-na-holanda>>. Acesso em 03/02/2019.

Casal Nômade - Nayara Rebello - "A Holanda é tão segura que as prisões estão virando abrigos para refugiados". Disponível em: <<https://casalnomade.com/holanda-e-tao-segura-que-as-prisoese-stao-virando-abrigos-para-refugiados/>>. Acesso em 03/02/2019.

Government of the Netherlands - "Refugees in the Netherlands". Disponível em: <<https://www.government.nl/topics/asylum-policy/refugees-in-the-netherlands>>. Acesso em 03/02/2019.

Immigration and Naturalisation Service, Ministry of Justice and Security - "The Netherlands and the flow of refugees". Disponível em: <<https://ind.nl/en/about-ind/Pages/The-Netherlands-and-the-flow-of-refugees.aspx>>. Acesso em 03/02/2019.

XPAT.NL - "Refugees in the Netherlands". Disponível em: <<https://www.xpat.nl/expat-netherlands/first-steps/refugees/>>. Acesso em 03/02/2019.

DutchNews.nl - 29 de agosto de 2018 - "One in five vulnerable Syrian refugees are rejected by NL because of their views". Disponível em: <<https://www.dutchnews.nl/news/2018/08/one-in-five-vulnerable-syrian-refugees-are-rejected-by-nl-because-of-their-view/>>. Acesso em 03/02/2019.

The Borgen Project, Emma Majewski - 1 de maio de 2017 - "10 Facts About Refugees in the Netherlands". Disponível em: <<https://borgenproject.org/facts-about-refugees-in-the-netherlands/>>. Acesso em 03/02/2019.

CBS - 1 de junho de 2018 - "Over 2 thousand invited refugees in 2017". Disponível em: <<https://www.cbs.nl/en-gb/news/2018/22/over-2-thousand-invited-refugees-in-2017>>. Acesso em 03/02/2019.

- **Palestina**

Worldatlas - 2019 - "Mapa da Palestina (Ou Territórios Palestinos)". Disponível em: <<https://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/lgcolor/palestinianlinks.htm>>. Acesso em 02/02/2019.

Vermelho - 2014 - "Declaração de independência, impunidade e violência na Palestina". Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/253448-9>>. Acesso em 02/02/2019.

Brasil Escola - 2019 - "Criação do Estado de Israel". Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-criacao-estado-israel.htm>>. Acesso em 02/02/2019.

- **Paquistão**

Actualitix World Atlas - Statistics by country - 2016 - "Paquistão - Estatísticas principais". Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/pak/estatistica-apresentacao-paquistao.php>>. Acesso em 03/02/2019.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees) - 2014 - "Conflitos no norte do Paquistão provocam mais de 400.000 deslocamentos". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2014/06/27/conflitos-no-norte-do-paquistao-provocam-mais-de-400-000-deslocamentos/>>. Acesso em 03/02/2019.

Medecins sans Frontieres (Médicos sem Fronteiras) - 2014 - "MSF oferece ajuda humanitária a refugiados paquistaneses no Afeganistão". Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/msf-oferece-ajuda-humanitaria-refugiados-paquistaneses-no-afeganistao>>. Acesso em 03/02/2019.

- **Quênia**

Expo Group - 2017 - "Kenya country information" (Informações sobre o país no Quênia). Disponível em: <https://www.expogr.com/kenya_country_information.php>. Acesso em 22/12/2018.

DW - Sarah Steffen - 2015 - "Destino de 350 mil refugiados somalis no Quênia é incerto". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/destino-de-350-mil-refugiados-somalis-no-qu%C3%AAnia-%C3%A9-incerto/a-18446848>>. Acesso em 22/12/2018.

The International Rescue Committee (O Comitê Internacional de Resgate) - 2017 - "Women and girls exploited in exchange for money to buy food" (Mulheres e meninas exploradas em troca de dinheiro para comprar comida). Disponível em: <<https://www.rescue.org/video/women-and-girls-exploited-exchange-money-buy-food>>. Acesso em 22/12/2018.

The International Rescue Committee (O Comitê Internacional de Resgate) - 2018 - "Kenya" (Quênia). Disponível em: <<https://www.rescue.org/country/kenya>>. Acesso em 22/12/2018.

- **Reino Unido**

ACNUR - 9 de abril de 2013 - "ACNUR parabeniza ação promovida pelo Reino Unido para acabar com o limbo jurídico da apatridia". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2013/04/09/acnur-parabeniza-acao-promovida-pelo-reino-unido-para-acabar-com-o-limbo-juridico-da-apatridia/>>. Acesso em 24/01/2019.

Nações Unidas Brasil - 26 de fevereiro de 2018 - "Em parceria com a ONU, Reino Unido já recebeu 10,5 mil refugiados em quatro anos". Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/em-parceria-com-a-onu-reino-unido-ja-recebeu-105-mil-refugiados-em-quatro-anos/amp/>>. Acesso em 24/01/2019.

G1, France Presse - 8 de fevereiro de 2017 - "Reino Unido acolherá apenas 10% do total prometido de menores refugiados". Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/reino-unido-acolhera-apenas-10-do-total-prometido-de-menores-refugiados.ghtml>>. Acesso em 24/01/2019.

ONU News, Monica Grayley - 22 de fevereiro de 2018 - "Reino Unido informa que acolheu mais de 10,5 mil em parceria com ACNUR". Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/02/1611871>>. Acesso em 24/01/2019.

Gatestone Institute, Judith Bergman - 16 de agosto de 2018 - "Reino Unido: Discriminação aos Refugiados Cristãos". Disponível em: <<https://pt.gatestoneinstitute.org/12878/gra-bretanha-refugiados-cristaos>>. Acesso em 24/01/2019.

Estadão, Jamil Chade - 03 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,londres-pagara-para-paises-latinos-e-asiaticos-receberem-refugiados,70001652482.amp>>. Acesso em 24/01/2019.

EM, AFP - 8 de fevereiro de 2017 - "Reino Unido acolherá apenas 10% do total prometido de menores refugiados". Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/02/08/interna_internacional,846047/amp.html>. Acesso em 24/01/2019.

Folha de S. Paulo, da Redação - 27 de fevereiro de 2004 - "Reino Unido quer criar centros de refugiados longe de seu território". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2702200404.htm>>. Acesso em 24/01/2019.

JusBrasil, Tiago Scher - 2016 - Brexit e Refugiados. Disponível em: <https://tscher.jusbrasil.com.br/noticias/360486443/brexit-e-refugiados/amp>. Acesso em 24/01/2019.

Carta Maior, Marcelo Justo - 30 de agosto de 2015 - "Imigração: qual é a responsabilidade do Reino Unido?". Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Imigracao-qual-e-a-responsabilidade-do-Reino-Unido-/6/34366>>. Acesso em 24/01/2019.

- **República Centro-Africana**

Le Journal International - 2015 - "República Centro-Africana: um país em sangue e fogo". Disponível em: <https://www.lejournalinternational.fr/Republica-Centro-Africana-um-pais-em-sangue-e-fogo_a2881.html>. Acesso em 16/12/2018.

ACNUR - 2018 - "República Centro-Africana". Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/republica-centro-africana/>>. Acesso em 16/12/2018.

IG - Ítalo Piva e Vinicius Gomes - "O horror na República Centro-Africana". Disponível em:

<<https://www.revistaforum.com.br/digital/138/republica-centro-africana-o-horror-o-horror/>>. Acesso em 16/12/2018.

- **República Democrática do Congo**

BBC - 2018 - "Fugindo da guerra, congoleses enfrentam violência, racismo e desemprego para recomeçar no Brasil". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44893024>>. Acesso em 14/12/2018.

CICV - 2018 - "Refugiados na República Democrática do Congo". Disponível em:

<<https://www.icrc.org/pt/refugiados-na-republica-democratica-do-congo>>. Acesso em 14/12/2018.

Brasil Escola - 2018 - "República Democrática do Congo". Disponível em:

<<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-congo.htm>>. Acesso em 14/12/2018.

MPI - 2016 - "Democratic Republic of the Congo: A Migration History Marked by Crises and

Restrictions". Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/democratic-republic-congo-migration-history-marked-crises-and-restrictions>>. Acesso em 14/12/2018.

- **Ruanda**

ACNUR - 2018 - "Ruanda". Disponível em: <<https://www.unhcr.org/rwanda.html>>. Acesso em 19/12/2018.

Cidade Virtual - "Causas e consequências da crise de refugiados". Disponível em:

<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/swr/cx1-3.html>. Acesso em 19/12/2018.

Actualitix World Atlas - Statistics by country 2016 - "Ruanda - Estatísticas principais". Disponível em:

<<https://pt.actualitix.com/pais/rwa/estatistica-meio-ambiente-ruanda.php>>. Acesso em 19/12/2018.

- **Rússia**

O Globo - Mundo - 2018 - "Rússia apela na ONU por reconstrução da Síria e repatriação de refugiados". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/russia-apela-na-onu-por-reconstrucao-da-siria-repatriacao-de-refugiados-22927745>>. Acesso em 02/02/2019.

DW - Iya Kovall - 2015 - "Rússia nega acolhimento a refugiados sírios". Disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-br/r%C3%BAssia-nega-acolhimento-a-refugiados-s%C3%ADrios/a-18712047>>. Acesso em 02/02/2019.

O Globo - Mundo - 2018 - "Rússia apresenta plano para levar 1,7 milhão de refugiados de volta à Síria" - Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/russia-apresenta-plano-para-levar-17-milhao-de-refugiados-de-volta-siria-22904605>>. Acesso em 02/02/2019.

The Borgen Project - 2017 - "Seven Facts About Refugees in Russia". Disponível em: <<https://borgenproject.org/refugees-in-russia/>>. Acesso em 02/02/2019.

UNHCR - 2019 - "Russian Federation". Disponível em: <<http://reporting.unhcr.org/node/2551>>. Acesso em 02/02/2019.

- **Síria**

EBC - Renata Giraldi - 2012 - "Síria pode ser suspensa de Organização para Cooperação Islâmica". Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2012/08/siria-pode-ser-suspensa-da-organizacao-de-cooperacao-islamica>>. Acesso em 15/01/2019.

G1 Globo - 2018 - "EUA, Reino Unido e França lançam ataque contra a Síria em resposta a suposto uso de armas químicas". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-anuncia-ataque-na-siria.ghtml>>. Acesso em 03/02/2019.

Toda Matéria - Juliana Bezerra - 2019 - "Guerra na Síria" - Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/guerra-na-siria/>>. Acesso em 03/02/2019.

BBC News - Marc Weller - 2018 - "Os bombardeios dos EUA e aliados foram legais?". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43769662>>. Acesso em 03/02/2019.

El País - Yolanda Monge - 2019 - "EUA iniciam retirada da Síria, mas não revelam prazos nem cifras". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/11/internacional/1547207300_346417.html>. Acesso em 03/02/2019.

- **Somália**

DW - Bettina Rühl - 2013 - "Refugiados na Somália convivem com insegurança e habitação precárias". Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/refugiados-na-som%C3%A1lia-convivem-com-inseguran%C3%A7a-e-habita%C3%A7%C3%A3o-prec%C3%A1rias/a-17051849>>. Acesso em 20/12/2018.

MigraMundo - Rodrigo Borges Delfim - 2017 - "Ignorada, Somália é o quarto país que mais gera refugiados do mundo". Disponível em: <<https://migramundo.com/ignorada-somalia-e-o-quarto-pais-que-mais-gera-refugiados-do-mundo/>>. Acesso em 20/12/2018.

Veja - Gustavo Silva - 2017 - "Somália: tudo o que você precisa saber sobre o país". Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/somalia-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pais/>>. Acesso em 20/12/2018.

ONU BR - 2017 - "Sem doações, 1 milhão de refugiados da Somália ficam sem esperança de regressar ao país". Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/sem-doacoes-1-milhao-de-refugiados-da-somalia-ficam-sem-esperanca-de-regressar-ao-pais/>>. Acesso em 20/12/2018.

UNHCR - 2018 - "Somalia". Disponível em: <https://www.unhcr.org/somalia.html>. Acesso em 20/12/2018.

- **Sudão do Sul**

ACNUR - 2017 - "Crise de refugiados do Sudão do Sul é a que cresce mais rapidamente no mundo". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2017/03/22/crise-de-refugiados-do-sudao-do-sul-e-a-que-cresce-mais-rapidamente-no-mundo/>>. Acesso em 17/12/2018.

G1 - 2017 - "Sudão do Sul: como o país mais novo do mundo mergulhou num caos de guerra e fome". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/sudao-do-sul-como-o-pais-mais-novo-do-mundo-mergulhou-num-caos-de-guerra-e-fome.ghtml>>. Acesso em 17/12/2018.

ONU BR - 2017 - "Crise de refugiados fugindo do Sudão do Sul é a que cresce mais rapidamente no mundo, diz ONU". Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/crise-de-refugiados-fugindo-do-sudao-do-sul-e-a-que-cresce-mais-rapidamente-no-mundo-diz-onu/>>. Acesso em 17/12/2018.

ACNUR - 2018 - "Sudão do Sul". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/sudao-do-sul/>>. Acesso em 17/12/2018.

- **Suécia**

BBC NEWS Brasil - 18 de fevereiro de 2018 - "Como a Suécia se tornou o centro da extrema-direita e do supremacismo branco na Europa". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43062949>>. Acesso em 24/01/2019.

BBC NEWS Brasil - 20 de fevereiro de 2017 - "O que aconteceu na Suécia? A resposta do país escandinavo aos comentários de Trump". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39026207>>. Acesso em 24/01/2019.

G1, France Presse - 20 de fevereiro de 2017 - "Terrorismo, criminalidade e imigração na Suécia: Trump diz a verdade?". Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/terrorismo-criminalidade-e-imigracao-na-suecia-trump-diz-a-verdade.ghtml>>. Acesso em 24/01/2019.

EXAME, EFE - 21 de fevereiro de 2017 - "Com refugiados, Suécia teve aumento populacional recorde em 2016". Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/com-refugiados-suecia-teve-aumento-populacional-recorde-em-2016/amp/>>. Acesso em 24/01/2019.

Olhares do Mundo - Maio de 2018 - "Reconhecida por acolher refugiados, Suécia vê crescer movimento contra imigrantes". Disponível em: <<https://olharesdomundo.wordpress.com/2018/06/04/reconhecida-por-acolher-refugiados-suecia-ve-crescer-movimento-contra-imigrantes/amp/>>. Acesso em 24/01/2019.

DW, Richard Orange - 21 de novembro de 2015 - "Suécia chega ao limite na acolhida de refugiados". Disponível em: <<https://m.dw.com/pt-br/suecia-chega-ao-limite-na-acolhida-de-refugiados/a-18866901>>. Acesso em 24/01/2019.

Sputniknews - 24 de junho de 2016 - "Premiê sueco defende sistema unificado para refugiados na Europa". Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/amp/europa/2018062411554895-suecia-europa-sistema-unificado-uniao-europeia/>>. Acesso em 24/01/2019.

- **Turquia**

Sputniknews - 3 de maio de 2017 - "UE precisa da Turquia para controlar refugiados, não para ser um estado-membro". Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/amp/opiniaio/201705038307098-ue-turquia-refugiados-adesao-membro/>>. Acesso em 25/01/2019.

Público, Rita Siza - 14 de março de 2019 - "A relação é má, mas UE quer pagar mais à Turquia para travar refugiados". Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/03/14/mundo/noticia/bruxelas-pede-mais-3-mil-milhoes-de-euros-para-o-programa-de-apoio-aos-refugiados-sirios-na-turquia-1806601/amp>>. Acesso em 25/01/2019.

Público, Benjamin Abtan e Beate Klarsfeld - 18 de julho de 2017 - "O acordo entre a UE e a Turquia sobre refugiados tem que acabar". Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/07/18/mundo/opiniaio/o-acordo-entre-a-ue-e-a-turquia-sobre-refugiados-te-que-acabar-1779368/amp>>. Acesso em 25/01/2019.

Conselho Europeu, Conselho da União Europeia - 29 de junho de 2018 - "Mecanismo em Favor dos Refugiados na Turquia: Estados-Membros chegam a acordo sobre as modalidades de financiamento adicional". Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2018/06/29/facility-for-refugees-in-turkey-member-states-agree-details-of-additional-funding/>>. Acesso em 25/01/2019.

Folha de S. Paulo, Diogo Bercito - 2 de junho de 2018 - "Refugiados sírios viram tema-chave de eleição na Turquia". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/amp/mundo/2018/06/refugiados-sirios-vm-tema-chave-de-eleicao-na-turquia.shtml>>. Acesso em 25/01/2019.

Euronews - 28 de setembro de 2017 - "O que faz a UE para ajudar os refugiados sírios na Turquia?". Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2017/09/28/o-que-faz-a-ue-para-ajudar-os-refugiados-sirios-na-turquia>>. Acesso em 25/01/2019.

TRT - 13 de julho de 2018 - "Anunciado atual número de refugiados sírios na Turquia". Disponível em: <<http://www.trt.net.tr/portuguese/turquia/2018/07/13/anunciado-atual-numero-de-refugiados-sirios-na-turquia-1011672>>. Acesso em 25/01/2019.

Carta Maior, Ali Bilgic, The Conversation - 8 de fevereiro de 2018 - "Turquia usa refugiados sírios como moeda de troca no ataque aos curdos". Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Turquia-usa-refugiados-sirios-como-moeda-de-troca-no-ataque-aos-curdos-/6/39325>>. Acesso em 25/01/2019.

Diário de Notícias, Lusa - 27 de junho de 2017 - "Migrações: Refugiados sírios na Turquia já são mais de três milhões". Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/amp/migracoes-refugiados-sirios-na-turquia-ja-sao-mais-de-tres-milhoes-8594534.html>>. Acesso em 25/01/2019.

- **Uganda**

ONU News - 2018 - "Elogiado como 'modelo', Uganda recebe mais de 500 refugiados por dia".

Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/01/1608611>>. Acesso em 20/12/2018.

Expresso - 2018 - "Quando muitos países fecham as portas aos refugiados, o Uganda abre-as de par em par". Disponível em: <<https://expresso.sapo.pt/internacional/2018-10-29-Quando-muitos-paises-fecham-as-portas-aos-refugiados-o-Uganda-abre-as-de-par-em-par#gs.9lIP1Bk>>. Acesso em 20/12/2018.

Euro News - Monica Pinna - 2016 - "Uganda: Terra, educação e trabalho para os refugiados".

Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2016/11/17/uganda-terra-educacao-e-trabalho-para-os-refugiados>>. Acesso em 20/12/2018.

Público - 2018 - "Uganda pode ter inflacionado número de refugiados para receber mais dinheiro".

Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/02/20/mundo/noticia/uganda-pode-ter-inflacionado-numero-de-refugiados-para-receber-mais-dinheiro-1803827>>. Acesso em 20/12/2018.

The International Rescue Committee (Comitê Internacional de Resgate) - 2018 - "Uganda crisis briefing" (Briefing da crise no Uganda). Disponível em: <<https://www.rescue.org/country/uganda>>.

Acesso em 20/12/2018.

- **Venezuela**

G1 - 2018 - "Como os países vizinhos têm reagido à chegada de milhares de imigrantes da Venezuela". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/20/como-os-paises-vizinhos-tem-reagido-a-chegada-de-milhares-de-imigrantes-da-venezuela.ghtml>>. Acesso em 13/12/2018.

G1 - Sandra Cohen - 2018 - "Análise: Como a Venezuela passou de destino de imigrantes a origem do êxodo em massa na América Latina". Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/21/analise-como-a-venezuela-passou-de-destino-de-imigrantes-a-origem-do-exodo-em-massa-na-america-latina.ghtml>>. Acesso em 13/12/2018.

BBC - 2018 - "ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311>>. Acesso em 13/12/2018.

→ **REFERÊNCIAS GERAIS:**

ACNUR - 2016 - "Plano regional de resposta migracional a Europa". Disponível em:

<http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/RRMRP%20Europe%20Jan.-Dec%202016%20-%20Revision%20May%202016.pdf#_ga=2.131462095.1178822386.1542208296-2009325867.1542208296>. Acesso em 30/11/2018.

ACNUR - 2018 - "Publicações". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/publicacoes/>>. Acesso em 30/11/2018.

ACNUR - 2017 - "Deslocamento Forçado em 2017". Disponível em: <http://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.93698909.1178822386.1542208296-2009325867.1542208296>. Acesso em 30/11/2018.

ACNUR - 2018 - "Reassentamento e documentos em inglês e espanhol". Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/reassentamento/>>. Acesso em 30/11/2018.

ACNUR - 2017 - "Plano regional de resposta migracional a Europa". Disponível em: <<https://www.unhcr.org/partners/donors/589497d07/2017-regional-refugee-migrant-response-plan-europe-january-december-2017.html>>. Acesso em 30/11/2018.

NEXO - Rodolfo Almeida e Gabriel Zanlorenssi - 2018 - "De onde saem (e para onde vão) os refugiados segundo a ONU". Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/06/25/De-onde-saem-e-para-onde-v%C3%A3o-os-refugiados-segundo-a-ONU>>. Acesso em 30/11/2018.

Guia do Estudante - Redação - 2017 - "Primavera Árabe - resumo". Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/primavera-arabe-resumo/>>. Acesso em 16/02/2019.

Estudo Prático - Katheryne Bezerra - 2015 - "Primavera Árabe - Resumo histórico". Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/primavera-arabe/>>. Acesso em 16/02/2019.

ONU - 2019 - "Terrorismo". Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em 26/02/2019.

Alunos Online - Wagner de Cerqueira e Francisco - 2019 - "Os Curdos: uma nação sem Estado". Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/oscurdos.html>>. Acesso em 26/02/2019.

Alma de Viajante - Ana Isabel Mineiro - 2017 - "Curdistão, o país do nunca". Disponível em: <<https://www.almadeviajante.com/curdistao-o-pais-do-nunca/>>. Acesso em 26/02/2019.

NEXO Jornal - Matheus Pimentel - 2017 - "Como está o Curdistão iraquiano, 1 mês após votar pela independência?". Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/26/Como-est%C3%A1-o-Curdist%C3%A3o-iraquiano-1-m%C3%AAs-ap%C3%B3s-votar-pela-independ%C3%Aancia>>. Acesso em 26/02/2019.

EL PAÍS - Rafael de Miguel - 2019 - "May cede e abre as portas para adiar data do Brexit". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551180744_124454.html>. Acesso em 01/03/2019.

Instituto Humanitas Unisinos - 30 de agosto de 2017 - "Rohingyas: o povo muçulmano que o mundo esqueceu". Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571178-rohingyas-o-povo-muculmano-que-o-mundo-esqueceu>>. Acesso em 21/03/2019.

El País, Alberto G. Palomo - 18 de dezembro de 2017 - "Povo rohingya: o êxodo perpétuo dos apátridas". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513167960_768282.html>. Acesso em 21/03/2019.

Visão, Luís Ribeiro - 14 de outubro de 2017 - "A história do povo que ninguém quer". Disponível em: <<http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2017-10-14-A-historia-do-povo-que-ninguem-quer>>. Acesso em 21/03/2019.

Observador, João Costa - 13 de setembro de 2017 - "Quem são os rohingyas e por que fogem de Myanmar?". Disponível em: <<https://observador.pt/2017/09/13/quem-sao-os-rohingya-e-por-que-fogem-de-myanmar/>>. Acesso em 21/03/2019.

BBC News Brasil - 13 de setembro de 2017 - "Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869>>. Acesso em 21/03/2019.

RTP Notícias - 27 de agosto de 2018 - "Um ano depois, sem fim à vista". Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/crise-rohingya-um-ano-depois-sem-fim-a-vista_i1095420>. Acesso em 21/03/2019.

Brasil Escola - Eduardo de Freitas - 2019 - "Geografia: O número de imigrantes nos Estados Unidos". Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-numero-imigrantes-nos-estados-unidos.htm>>. Acesso em 22/03/2019.

EL PAÍS - Jan Martínez Ahrens - 2018 - "Trump usa o terrorismo para atacar a imigração e endurecer as leis de acolhimento". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/16/internacional/1516126608_242000.html>. Acesso em 22/03/2019.

O GLOBO (Mundo) - 2019 - "EUA e Talibã chegam a esboço de acordo de paz no Afeganistão". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eua-taliba-chegam-esboco-de-acordo-de-paz-no-afeganistao-23407555>>. Acesso em 29/03/2019.

G1 GLOBO - 2019 - "Parlamento britânico tem votação decisiva sobre Brexit; UE se prepara para saída sem acordo". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/29/parlamento-britanico-tem-votacao-decisiva-sobre-brexit-eu-se-prepara-para-saida-sem-acordo.ghtml>>. Acesso em 29/03/2019.

MAPA ÊXODO – 2019. Disponível em: <<http://esodi.mediciperidirittiumani.org/#occidentale-est>>. Acesso em 09/04/2019.

G1 GLOBO - 2019 - "Câmara dos EUA aprova fim do apoio a Arábia Saudita na guerra Iêmen". Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/04/camara-dos-eua-aprova-fim-do-apoio-a-arabia-saudita-na-guerra-do-iemen.ghtml>>. Acesso em 16/04/2019.